

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ANA ROSA SUDÁRIO

FALAS, IMAGENS, ESCRITOS E RISOS: UMA HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM TERESINA (1979 – 1984)

TERESINA – PI
AGOSTO / 2008

ANA ROSA SUDÁRIO

FALAS, IMAGENS, ESCRITOS E RISOS: UMA HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM TERESINA (1979 – 1984)

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em História do Brasil da Universidade
Federal do Piauí – UFPI, para obtenção do título
de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges
Ferro

TERESINA – PI
AGOSTO/2008

ANA ROSA SUDÁRIO

FALAS, IMAGENS, ESCRITOS E RISOS: UMA HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM TERESINA (1979 – 1984)

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em História do Brasil da Universidade
Federal do Piauí – UFPI, para obtenção do título
de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges
Ferro

Aprovado em: _____ / _____ / 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro
ORIENTADORA / Universidade Federal do Piauí / UFPI

Prof^a. Dr^a. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz
EXAMINADORA / Universidade Federal do Piauí / UFPI

Prof. Dr. José Ribamar Torres Rodrigues
EXAMINADOR / Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina / FAETE

Prof^a. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro
SUPLENTE / Universidade Federal do Piauí / UFPI

Para meu pai, *in memoriam*, Mudesto Leôncio
Sudário.

Pelo seu entusiasmo com a vida acadêmica,
Pela paixão que teve pelo Movimento
Estudantil de Teresina,

E, sobretudo, pela sua peripécia de ter
atravessado gerações, vivendo e lidando com
algumas utopias daquele universo estudantil.

AGRADECIMENTOS

Sempre que lia os agradecimentos de um trabalho, confesso que considerava um tanto quanto excessivos, de certa forma, desnecessários. Hoje, reconfesso, depois da tentativa de escrever estes textos, sem esta parte, faltaria a este trabalho um pedaço, estas páginas onde agora agradeço:

À sutileza da orientação da professora Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro, seu apoio e estímulo;

À Graça Sudário, irmã Lalá, que pela sua gigante generosidade, sonhou junto comigo, do começo até hoje;

À Ducarmo Sudário, irmã Nenê, que me tornou tia e virou mãe de meus filhos, tornando tudo possível;

Aos meus filhos Leonardo, Givago e Carolina, porque, a partir daí, tudo começou;

Ao Artur Leôncio, para que leia um dia, por qualquer motivo, com qualquer interpretação;

Ao Felipe, que tem a extraordinária capacidade de ser companheiro em todos os momentos;

Aos amigos da primeira turma do Mestrado: Bernardo Sá, Ana Cristina Brandim, Amparo, Marcos Vilhena, Paulo Gutemberg, Johny, Daniel, Jaqueline, Francisco de Assis, Sônia, Lidiane e Shamália;

Ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPI, por me disponibilizar seus arquivos;

À Virginia Marques, não só pelos trabalhos de digitação, mas, sobretudo, pela amizade;

Ao professor Dr. Edson do Prado Pfützenreuter, pelo apoio e contribuição dados através das nossas longas conversas;

Ao professor Msc. Kléber Montezuma, que enquanto Secretário de Educação do Município de Teresina, soube reconhecer a relevância do Mestrado para a minha condição profissional de docente.

À Eliete, funcionária da Coordenação do Curso de Mestrado em História;

Ao professor Dr. Pedro Vilarinho, pelo incentivo e disponibilidade de sempre me socorrer;

Aos professores da primeira turma do Mestrado em História do Brasil da UFPI:

- professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento, pela utopia, dedicação e luta na criação do mestrado, aliás, marcas de sua trajetória como historiador;

- professora Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro, que nas críticas aos projetos de pesquisa passava segurança e determinação que eram essenciais para uma turma que iniciava; particularmente, agradeço-lhe também, pela amizade;

- professor Dr. Paulo Ângelo, pela exaustiva demonstração de competência, responsabilidade e compromisso com o Programa;

- professor Dr. Edwar Castelo Branco, pelas leituras e sugestões que fez ao meu projeto de pesquisa, a primeira vez ainda na especialização, pela vibração, energia e entusiasmo passados à turma, fundamentais naquele momento.

A todos que militaram no Movimento Estudantil Universitário na UFPI, nos anos setenta e oitenta, tornando possível este trabalho.

À Zélia Maria Carvalho, pela amizade certa e valiosa.

À professora Dr^a. Teresinha Queiroz, cuja existência transborda em sensibilidade e competência como amiga e historiadora, ocupando espaço na historiografia piauiense quase impossível de não ser visitado por aqueles que enveredam pelo fazer historiográfico. A ela, aqui, o meu reforço em agradecimentos.

INGRATIDÃO

Beira de cais naquela tarde
Teu rastro infindo na estrada
Eu estava tão sozinho
Mesmo antes de acontecer
O tão triste, até um dia!
Coisa que eu nunca gostei.

Lembra que tudo era saudade,
Lembra que tudo era poeira,
Eu estava com o teu cheiro
E abraçado ao desespero
E tentava tantas vezes,
Me esconder pra me ausentar.

Quando o inverno chegava,
E o verão terminava,
Não te deixei sozinha.
E quando a vida arruinava,
Eu chorava dobrado,
Por você e por mim.

Quando a bandinha passava,
Você segurava,
Com fé, minha mão.
Ah, eu duvido que alguém
Tenha feito até hoje,
Tal ingratidão.

(Naeno. I FEMP/UFPI)

RESUMO

O Movimento Estudantil Universitário é o objeto de estudo dessa dissertação, analisar as representações que foram construídas sobre ele em Teresina, de 1979 a 1984, foi a nossa proposta maior. Objetiva-se compreender dentro desse universo cultural, as articulações, lutas, práticas e utopias, representadas por aqueles que efetivamente militavam no Movimento Estudantil na Universidade Federal do Piauí, mas, também, por aqueles sujeitos que não sendo militantes, analisavam aquelas manifestações estudantis. O Movimento Estudantil nacional foi utilizado na comparação entre espaços praticados, não vislumbrando localizar pontos em comum nem gerar generalizações, mas indicar especificidades, tensões e novos sentidos. O Movimento Estudantil universitário em Teresina, na virada da década de 1970 e parte da década de 1980, não é estranho ao que acontecia em nível nacional, mas possui suas particularidades e sentidos atribuídos.

PALAVRAS – CHAVE: Movimento Estudantil. Universitários. Representação.

ABSTRACT

The student movement in universities is the main subject in this work, analysing the representations about it in Teresina, capital of Piauí, from 1979 to 1984 it has been our major purpose. This work to intend understand, according to culture context, the articulations, context, actions and utopy represented by people that militated in the student movement at the Federal University of Piauí, but also shows us as society to faced this facts. The student movement has been studied in Brasil to compare the movement around the country without point likeness neither general ideas. However it wants to slow us specifytes, tensions and new meaning. The student movement in the universities in Teresina, on 70's and 80's wasn't different in other parts of Brasil. Otherwise it has your own particularities and meaning.

KEY WORDS: Student movement. Universitarries. Representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Charge produzida no ano de 2006 representando o movimento Estudantil brasileiro na década de 1970 -----24
- Figura 2: Prédio onde funcionava em Teresina, a Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1951. Atualmente funciona a Biblioteca Pública Des. Cromwell de Carvalho-----31
- Figura 3: Prédio onde funcionou a Faculdade Católica de Filosofia, Praça Saraiva, Teresina. -----33
- Figura 4: Bandeira – poema criado pelo artista plástico Hélio Oiticica em 1968-----36
- Figura 5: Logomarca da campanha de retomada da antiga sede da UNE na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, 2007 -----37
- Figura 6: Caricatura de Ziraldo, sem data, sobre o Ato Institucional n. 5 assinado pelo presidente da República general Artur da Costa e Silva no ano de 1968.-----38
- Figura 7: Momento do incêndio do prédio da UNE, Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, em 1964.-----39
- Figura 8: Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina e o professor Manoel Paulo Nunes em destaque na solenidade de instituição da UFPI no ano de 1968.-----41
- Figura 9: Cartaz com slogan de propaganda do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que celebrava o “milagre brasileiro” de desenvolvimento -----45
- Figura 10: Vista atual da cidade de Teresina-PI -----48
- Figura 11: Capa da Revista Veja, de 16/10/68 sobre o 30º Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo -----51
- Figura 12: O Presidente João Batista Figueiredo em sua difícil missão de condução do processo de “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, 1979 -----54
- Figura 13: Comício dos Estudantes / Encerramento da Campanha Eleitoral para o DCE – UFPI 1979 -----55
- Figura 14: Fonte: Jornal Unidade, UNB, nov.1979 -----58
- Figura 15: Crítica aos estudantes que usavam o Movimento Estudantil como trampolim para a política partidária -----62
- Figura 16: Capa da Carta Programa da Chapa Travessia, que concorreu nas eleições para o DCE/UFPI, Gestão 79/80 -----66

Figura 17: Estudantes na fila de matrícula na UFPI -----	69
Figura 18: Crítica às filas que se formavam na UFPI em períodos de matrículas ---	70
Figura 19 - Fonte:Jornal Boca do Estudante, Alagoas, 1979 -----	71
Figura 20 - Fonte: Panfleto do Movimento Estudantil do Rio de Janeiro, 1979.-----	72
Figura 21: Especulações que envolviam o Vereador que havia tentado a implantação do passe estudantil nos coletivos de Teresina em 1979 -----	78
Figura 22 - Fonte: O Dia, 3 ago. 1979 -----	79
Figura 23: Professor José Camilo da Silveira Filho - Reitor da UFPI (1976-1981) e Ruy César Presidente da UNE, 1979 -----	81
Figura 24 -Fonte: Charge de ilustração de uma nota sobre o I FEMP na UFPI, Jornal do Calouro, 1979 -----	84
Figura 25 - Fonte: Jornal Movimento, p.24, out.1979 -----	86
Figura 26 - Fonte: O Estado.Teresina.2 ago.1979 -----	87
Figura 27 - Fonte: Jornal do Calouro,Teresina,1979 -----	87
Figura 28 - Fonte: Jornal do Centro Acadêmico de Economia da UFPI, divulgando eleições livres naquela entidade para a gestão. Teresina. UFPI, 80/81.-----	90
Figura 29: Eleições CA de Economia na UFPI 1980 -----	91
Figura 30 - Fonte: Boletim Informativo do DCE / UFPI, 1980 -----	92
Figura 31 - Fonte: Jornal Unha de Gato, Teresina, DCE/UFPI, 1980-----	93
Figura 32 - Fonte: Capa da carta programa da Chapa Resistência, que concorreu às eleições DCE/UFPI, 1980.-----	94
Figura 33: Estudantes da UFPI em passeata, protestando contra a poeira que invadia o Campus -----	95
Figura 34: Estudantes em assembléia no auditório da UFPI -----	96
Figura 35: Estudantes no congresso da UNE em Piracicaba- SP -----	98
Figura 36 - Fonte:Boletim Informativo, DCE- UFPI, out. 1980 -----	98
Figura 37 - Fonte: Boletim Nova Ação, Salvador-BA, 1980-----	99
Figura 38 - Fonte:Jornal da Manhã,Teresina 1980 -----	101
Figura 39 - Fonte: Jornal da Manhã, Teresina, 1980 -----	102

Figura 40: Fonte: Jornal da Manhã, Teresina, 13 set. 1980 -----	105
Figura 41: Universitários da UFPI divulgando as bandeiras de lutas da greve no centro da cidade -----	107
Figura 42: Fonte: O Dia, Teresina, 1981 -----	109
Figura 43: Universitários em greve de fome na UFPI -----	115
Figura 44: Universitários aguardando Assembléia Geral para discutir questões relativas à greve estudantil de 1982.-----	117
Figura 45: Capa da Carta Programa da Chapa “Viração” que concorreu às eleições do DCE/UFPI para a gestão 1983/ 1984.-----	120
Figura 46 - Diálogo imaginário entre o presidente da Republica João Batista Figueiredo e Ulisses Guimarães, presidente do PMDB e um dos líderes da campanha Diretas- Já.-----	121
Figura 47 - Tancredo de Almeida Neves – 34º presidente da República Federativa do Brasil indicado pelo Colégio Eleitoral, faleceu antes de tomar posse do cargo em 21 de abril de 1985.-----	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFPI – Associação do Corpo Docente da Universidade Federal do Piauí.

AI-5 – Ato Institucional n. 5.

APEP – Associação dos Professores do Estado do Piauí.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

ASI – Assessoria de Segurança.

CA – Centro Acadêmico.

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CCE – Centro de Ciências da Educação

CCEP – Centro Colegial dos Estudantes Piauienses.

CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras.

CCN – Centro de Ciências da Natureza

CCS – Centro de Ciências da Saúde.

CEB – Casa do Estudante do Brasil.

CEF – Conselho Federal de Educação.

CEP – Centro Estudantil dos Estudantes.

CPC – Centro Popular de Cultura.

CT – Centro de Tecnologia

CUT- Central Única dos Trabalhadores.

DCE – Diretório Central dos Estudantes.

DI – Departamento de Inteligência.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

FAFI – Faculdade Católica de Filosofia.

FEMP – Festival Estudantil de Música Popular.

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí.

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MEC / USAID - Ministério da Educação e Cultura./ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.
NMS – Novos Movimentos Sociais.
PCdoB – Partido Comunista do Brasil.
PDS – Partido Democrático Social.
PDT – Partido Democrático Trabalhista.
PFL – Partido da Frente Liberal.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.
PSD - Partido Social Democrático.
PT – Partido dos Trabalhadores.
PP – Partido Popular.
RU – Restaurante Universitário.
SNI – Serviço Nacional de Informação.
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.
UDN – União Democrática Nacional.
UEE – União Estadual dos Estudantes.
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPES – União Piauiense dos Estudantes Secundaristas.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO -----	15
2 – DA CASA À PRAIA E ÀS RUAS: REBELDES E REVOLUCIONÁRIOS -----	23
3 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O ANO DE 1979: TODA A UTOPIA POSSÍVEL -----	47
4 – GESTOS E PRÁTICAS: JUVENTUDE E MOVIMENTOS NA DÉCADA DE 1980 -----	89
5 – CONCLUSÃO -----	127
REFERÊNCIAS E FONTES -----	129
ANEXO A – CONTRATO DE TRABALHO/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – 1971-----	133
ANEXO B - ESTATUTO DO DIRETÓRIO SETORIAL CROMWELL DE CARVALHO, DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ / 1974 -----	134
ANEXO C – JORNAL UNHA DE GATO – ÓRGÃO INFORMATIVO DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ / 1979 -----	143
ANEXO D – JORNAL O ECO – ÓRGÃO INFORMATIVO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ / 1980 - -----	151
ANEXO E – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O DCE/UFPI 1980 -----	157
ANEXO F – CARTA ABERTA AOS ESTUDANTES E À POPULAÇÃO DCE/UFPI 1980-----	158

1 INTRODUÇÃO

No início da década de 1980, Antônio Mendes Júnior, em sua obra, *Movimento Estudantil no Brasil*, reclama da falta de estudos no país sobre o tema, ao tempo em que argumenta:

A participação política dos estudantes na História-recente ou não - de nosso país tem sido vista por estudiosos e pesquisadores quase sempre como um fenômeno de importância secundária. Daí, a ausência praticamente total de estudos e trabalhos sobre o tema, [...] lacuna esta que se torna ainda mais evidente quando comparada com a abundância de pesquisas sobre outros tipos de movimentos sociais e políticos. Argumenta-se, muitas vezes, que o caráter transitório da condição de estudantes—a passagem pelos bancos acadêmicos seria uma etapa relativamente rápida, [...] faria com que o movimento estudantil apresentasse certa “fluidez”, que o tornaria incapaz de organizar e levar adiante uma ação política de longo prazo¹

Percebe-se, assim, que o autor justifica a falta de estudos sobre o movimento estudantil, à luz da concepção sobre movimento social da qual, aliás, ele discorda, pois o Movimento Estudantil-ME era visto como movimento pontuado e passageiro, sem adequar-se à organização e a ação em longo prazo dos outros movimentos sociais. Realmente, nos anos 80, ocorreu uma grande visibilidade política dos movimentos sociais, sobretudo dentro do debate historiográfico. Dessa forma, o historiador identifica a ausência da produção histórica e a justifica.

O fato do ME não se enquadrar no conceito de movimento social lhe reservaria o lugar do não possível de ser estudado, ou por outra, o lugar da interrogação: como abordá-lo? Qual o campo teórico que poderia informá-lo e torná-lo historicamente inteligível? É interessante atentar para o quanto são definidores de realidades históricas, os conceitos que vasculham os acontecimentos.

¹ MENDES Jr., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7 – 8. (Coleção Tudo é História)

Glória Gohn² analisa que, a partir dos anos 80, emergiram os Novos Movimentos Sociais (NMS), o que ampliaria o campo conceitual em termos de movimento social. Podemos fazer referência a praticamente dois paradigmas, o europeu e o norte – americano.

Na Europa, faz – se necessário aludir duas abordagens, a marxista e a dos Novos Movimentos Sociais, em que o novo se encaminha para aquelas camadas sociais que não se encontravam em condições miseráveis de existência, mas que passaram a se organizar em torno de problemáticas mais específicas, das mulheres, dos estudantes, pela paz, etc, contrapondo–se aos clássicos movimentos dos operários. A abordagem dos NMS viria com explicações mais conjunturais, dos microprocessos da vida cotidiana, recortando a realidade e observando mais de perto a política dos novos atores. Cultura, identidade, subjetividade, representação, etc., são algumas das categorias de análises, sendo a identidade coletiva, representações coletivas e micropolítica do poder, alguns conceitos aplicados. Alguns estudiosos como Foucault ³, Castoriadis ⁴, Guattari ⁵ e Melucci ⁶, influenciaram essa pesquisa sobre a identidade dos movimentos, no ouvir as falas, na captura das práticas cotidianas de seus atores.

O paradigma norte – americano, nos anos 80, desenvolveu um intenso debate com a abordagem dos Novos Movimentos Sociais, resultando numa perspectiva que irá predominar na América, que enfatizava o processo político das mobilizações e as bases culturais que lhe davam sustentação. Dessa forma, ganham sentido os movimentos de caráter libertário ou emancipatórios, como os de índios, negros, mulheres, ou seja, das chamadas minorias, além, dos movimentos populares urbanos e lutas pela terra. Novas releituras irão indicar novas categorias de análises.

² GOHN, Maria de Glória. **Teorias dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2006, p.284-285.

³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1981.

⁴ CASTORIADIS, C; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵ GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶ MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais, **Revista Lua Nova**, n. 17. São Paulo: CEDEC, 1989.

No Brasil, a abordagem culturalista das análises dos Novos Movimentos Sociais se contrapõe à análise marxista mais presente nos estudos dos movimentos populares, mas que, também, passaram a ressaltar a questão da construção da identidade coletiva dos grupos. Assim, entre os autores nacionais, a ênfase maior seria dada à identidade dos novos atores políticos. Entretanto, é preciso considerar, no Brasil, ainda no começo dos anos oitenta, o aparecimento de novos tipos de movimentos, em função da conjuntura nacional, como o movimento dos desempregados e das Diretas Já, ligados à falta de trabalho para todos e ao desejo de lutar contra o regime militar. O processo de transição democrática no Brasil, também retira a autonomia enquanto categoria na análise dos movimentos, e o Estado passa a ser olhado não como o grande inimigo, mas como o principal interlocutor dos movimentos sociais ⁷.

Em Teresina, o Movimento Estudantil Universitário também conta com pouquíssimos estudos, temática praticamente não evidenciada pela historiografia piauiense, apesar de ser uma história recente e com bastante documentação disponível. Assim, analisar as representações elaboradas sobre o ME Universitário em Teresina de 1979 a 1984, é a proposta desse trabalho. Para tanto, algumas indagações se colocam: como o Movimento Estudantil foi representado pela imprensa local? No ano de 1979, considerado como um dos marcos do Movimento Estudantil universitário em Teresina, quais os fatos e representações que o informam dentro do ME local? Quais as representações elaboradas na década de 1980 acerca das articulações, lutas e utopias do Movimento Estudantil Universitário de Teresina?

Pesquisar o movimento estudantil na Universidade Federal do Piauí, não se constituiu em problema por ausência de fontes, orais ou escritas. É um tempo recente que garante a existência das pessoas envolvidas e dos materiais escritos. Jornais e outros documentos da época foram localizados na Casa Anísio Brito, Diretório Central dos Estudantes – DCE – UFPI e no acervo pessoal do Sr. Mudesto Leôncio Sudário ⁸. A documentação escrita disponível é numerosa e diversificada.

⁷ GOHN, op. cit. , 2006, passim.

⁸ Mudesto Leôncio Sudário foi funcionário da Faculdade de Direito em Teresina-PI, lotado no Diretório Acadêmico “João XXIII” no ano de 1967. Foi funcionário da Universidade Federal do Piauí no período de 1971 a 1993, quando se aposentou do serviço público, sempre com lotação funcional em Diretórios Setoriais e Centros Acadêmicos.

São jornais estudantis e jornais de circulação em Teresina, revistas, panfletos, cartas programas de campanhas eleitorais, boletins informativos dos estudantes e resultados de congressos estudantis. A dificuldade foi selecionar quais documentos seriam utilizados no trabalho. O que excede em fontes, falta em produção sobre a temática; localizamos apenas alguns valiosos artigos, escritos por Antônio Fonseca dos Santos Neto⁹, Marcos Lopes¹⁰ e José Dias de Almeida¹¹.

O foco do olhar da pesquisa é a Universidade Federal do Piauí, em Teresina, não existindo a proposta de pesquisar o Movimento Estudantil Secundarista, nem abarcar os Pólos Universitários da UFPI existentes naquele período em algumas cidades piauienses. O trabalho pode perder em amplitude de espaços praticados, mas, certamente, ganha na perspectiva de aprofundar o olhar sobre as fontes. Também não é interesse específico usar o Movimento Estudantil como pretexto para estudar a Ditadura Militar no Piauí, falar dos estudantes açoitados, torturados e perseguidos pelo regime instalado no Brasil a partir de 1964, para isso, bastaria uma rápida pesquisa bibliográfica, afinal, o recorte temporal é profundamente estereotipado nas diversas construções sobre a História do Brasil.

Todavia, o regime militar não pode ser ignorado, nem o quanto esse modelo de Estado amedrontou e povoou o imaginário dos que habitavam os espaços da UFPI naqueles anos. Com certeza, não existe a pretensão de uma pesquisa fixa em tempos e lugares, ela fica à mercê, dentro do esforço de compreensão, de recuos ou avanços no tempo e de algumas construções históricas. Teresina é, portanto, o espaço, capital do Estado que sediava a Universidade Federal do Piauí.

Este não é um trabalho sobre imagem, ou de leituras de imagens, elas foram utilizadas como ilustrações, que permitem visualizações não só de fatos, mas, também de representações. Também não se constitui uma análise das práticas da juventude teresinense dentro do recorte temporal definido como interesse, entretanto, o Movimento Estudantil como foco, invariavelmente nos faz

⁹ SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. O movimento estudantil no Piauí anos 70. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Ano VIII, n.18, dez. 1994.

¹⁰ LOPES, Marcos. A história recente do movimento estudantil universitário piauiense. **Almanaque da Parnaíba**. 60 ed.. Parnaíba-PI: Ranulpho Raposo. 1985.

¹¹ ALMEIDA, José Dias de. **Resistência e rebeldia em busca de cidadania - DCE: 15 anos livre na UFPI**. Teresina: EDUFPI, 1995.

compreendê-lo como espaço de sociabilidades juvenis, esta perspectiva, não foi negligenciada.

A Universidade Federal do Piauí foi instalada em Teresina no ano de 1971, portanto o final da década de setenta e a década de 1980 são os anos iniciais do Movimento Estudantil Universitário, isto é, falando do ME a partir da instalação da UFPI. O ano de 1979 é destacado em algumas obras publicadas sobre o Movimento Estudantil Brasileiro, sobretudo, por ser o ano que apontou efetivamente para o início da abertura democrática do país, além da reconstrução da União Nacional dos Estudantes - UNE, desativada oficialmente pelo governo em 1964.

Em 1979, foi realizado o 31º Congresso Nacional de Estudantes que, dentre outras deliberações, organizou as eleições nacionais para a entidade, conseguindo levar às urnas, em todo o país, 350 mil universitários. Na virada da década de 1970 para a década de 1980, a universidade passou a ser coberta por cartazes que falavam das grandes campanhas nacionais, que no geral, estavam relacionadas ao desejo de abertura política e à implantação da democracia no país. As assembléias estudantis davam conta das grandes lutas nacionais, mas, também, falavam em favor da resolução urgente de problemas específicos da UFPI, como por exemplo, questões de estrutura física do Campus. A greve geral foi o grande instrumento de luta ao longo da década de oitenta e a perspectiva do fim do regime militar no Brasil movia e agitava parte das comunidades universitárias.

Justificar os recortes temporais dos interesses de pesquisas, sempre nos pareceu tarefa complicada, repleta de nuances e difíceis de gerar consenso ou aceitação mesmo como uma justificativa para quem ler. Mas é uma opção carregada de subjetividades que não escapa do quadro maior de representações daquele que a fez. De 1979 a 1984, estes cinco anos, nos parecem suficientes para os nossos interesses de pesquisa neste trabalho, para analisar as práticas e as representações do real que se fazem aparecer nos anos iniciais do Movimento Estudantil na UFPI. O ano de 1979, destaca a fase de reconstrução da UNE enquanto entidade nacional de referência para o movimento e, em Teresina, é o ano em que o movimento inicia a construção de suas entidades de base desligadas legalmente da administração superior da universidade. O ano de 1984, mostra indícios de uma nova conjuntura, de um novo momento que se anuncia para o ME, a escassez de documentação, por exemplo, a partir deste ano, é um dado que,

longe de ser um empecilho para pesquisas, revela a necessidade de outro esforço teórico-metodológico, de um outro problema de pesquisa a ser encaminhado.

Trabalhar com um tema tão contemporâneo, além de suscitado e instigado pela minha vivência no ME, como primeira tesoureira do Diretório Setorial de Educação “Professor Camilo Filho”, na Gestão 1980/1981, presidente do Centro Acadêmico de História na Gestão 1984/1985 e secretária de divulgação do Diretório Central dos Estudantes, DCE, Gestão 1985/1986, na UFPI; demandaram alguns cuidados, algumas considerações. As falas, imagens e escritos do período, pululam ainda vivamente no hoje, muitos dos que militaram permanecem atuantes na sociedade. É preciso lidar com a memória subjetiva de quem escreve e a análise histórica que é necessária, assim como com às inúmeras experiências de determinados grupos e segmentos que se sobressaem ainda em pontos de vistas, e que, de certa forma, tentam se impor. É no contato com fontes diversificadas e, às vezes, conflitantes entre si, produzidas em lugares sociais diferentes, que acontece o possível da escrita por um autor, que também lê a partir de um lugar social específico. É nisso que residem os riscos e, portanto, o desafio do escrever.

Assim, o entendimento das fontes como representação do real proposto por Roger Chartier¹², o seu conceito de representação, tornou-se essencial no desdobramento desse trabalho, atravessando-o em todos os seus textos. Orienta-nos à escrita e discute a narrativa, a escrita que produz o texto e como esse texto é reinterpretado pelo leitor.

A leitura, segundo ele é rebelde e vagabunda, o historiador no seu processo de produção, constrói a sua narrativa com os seus significados, mas o leitor reinterpreta o escrito e o ressignifica, retrabalha, apontando novos sentidos. Certeau¹³ nos ajudou a olhar a cultura de forma plural, como trabalho realizado em toda a extensão da vida social. As reflexões de Arthur Poerner¹⁴, sobre o poder jovem dentro do movimento dos estudantes nos ajudaram no entendimento do contexto nacional. Sua pesquisa parte do Brasil – Colônia e chega até o primeiro mandato do atual

¹² CHARTIER, Roger, **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1988. (Coleção Memória e Sociedade)

¹³ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 4 ed. São Paulo: Papyrus, 2005 (Coleção Travessia do Século)

¹⁴ POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil – Colônia até o Governo Lula**. 5. ed. Rio de Janeiro. Booklink, 2004

presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Importantes informações e análises de Fonseca Neto¹⁵, ex – liderança estudantil que militou no ME de Teresina, foram utilizadas a partir de alguns de seus artigos.

A partir da idéia das fontes como representação social, elas foram olhadas, lidas e cruzadas. A comparação entre espaços distintos, o ME nacional e o ME local, tentou não criar generalizações abstratas, mas indicar especificidades, tensões e novos sentidos.

A estruturação do trabalho foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, “Da Casa à Praia e às Ruas: Rebeldes e Revolucionários,” localiza brevemente a União Nacional dos Estudantes (UNE), em seus anos iniciais, ressaltando algumas análises do Movimento Estudantil em Teresina na década de sessenta, e a fundação e instalação da Universidade Federal do Piauí em 1971.

O segundo, “O Movimento Estudantil e o Ano de 1979: Toda a Utopia Possível”, procura analisar o ano a partir de fragmentos que tratam do Movimento Estudantil nacional, como marco do ME nacional, e as representações elaboradas no espaço específico do movimento em Teresina.

O terceiro capítulo, “Gestos e Práticas: Juventude e Movimentos na Década de 1980”, apresenta as articulações, lutas e utopias do ME em Teresina, e como essas práticas são significadas, dadas a ler nesse período.

2 DA CASA À PRAIA E ÀS RUAS: REBELDES E REVOLUCIONÁRIOS

“Era um dia, era claro, quase meio
Era um canto calado, sem ponteio
Violência, viola, violeiro
Era morte em redor, mundo inteiro.”

(Ponteio. Edu Lobo e Capinam 1967)

Dia 12 de novembro de 2006, uma crônica em um jornal, “Um Congresso que Afugentou a Escuridão”, é chamativa e instigante.

¹⁵ SANTOS NETO, op. cit.1994.

As aulas daquela manhã do começo de 1979 estavam chatas como nunca, até eles aparecerem nos convidando a participar do congresso de reconstrução de uma tal União Nacional dos Estudantes, marcado para acontecer na Bahia dali a alguns dias, entre 29 e 30 de maio. Gaiato como sempre, levantei o braço manifestando o interesse e a disposição em colaborar com o ressurgimento de tão importante entidade, embora nada soubesse, na época, a respeito das lutas patrióticas e democráticas travadas pela UNE, tanto em defesa do ensino superior de qualidade como de um Brasil mais justo e soberano. Mas, no fundo, queria mesmo, a exemplo de outros colegas da Biologia, era conhecer e desfrutar das belezas de Salvador, cidade de praias lindíssimas, de comidas apetitosas, de ritmos ecléticos e envolventes e, sobretudo, de mulheres bonitas e extremamente sensuais.

[...] foi ali, no meio de tudo aquilo, vivenciando um misto de indignação e esperança, que senti uma vontade danada de chorar, um chuvaço de lágrimas e soluços que não tinha jeito de querer estancar, sob os olhares preocupados e comovidos dos que formavam a nossa delegação. Mal sabiam que o choro do “Piauí”, como me tratavam por lá, era a expressão dolorosa e sincera de alguém inconformado com o seu estado de alienação que, a partir daquele momento, prometia não só estar mais atento aos acontecimentos como metido nos embates políticos de seu povo.

Que não abriria mão, inclusive, de saber o que se passava no mundo e no Brasil, como o desaparecimento de Honestino Guimarães, o estudante de geologia da UNB e presidente da UNE homenageado naquele encontro, preso e sumido desde outubro de 1970, quando tinha apenas 26 anos e um caminhão de utopias e desejos.¹⁶

O cronista refere - se ao 31º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes - UNE, ocorrido no primeiro semestre de 1979 na cidade de Salvador - Bahia. A pergunta é imediata: quantos desses cronistas compareceram ao congresso de reconstrução da UNE? Ou, quantos estudantes não foram, naquele momento, participar do congresso movido inicialmente apenas pelas belezas naturais de Salvador, e não exatamente pela militância política, ou como forma de encaminhar e fortalecer as lutas anunciadas pela UNE? Quando o cronista sugere ter - se envolvido no clima do evento no seu desenrolar, isto nos leva a perceber um deslocamento de análise, uma mudança de sentido em relação ao movimento, que não foi promovida pelo balanço da viagem ou porque as belezas exaltadas da cidade tenham desaparecido quando de sua chegada. Os sentidos dados às coisas são construções sociais que se dinamizam nas paisagens que vão surgindo, na interação de cores, sabores, palavras, gestos e textos, por isso existem vários sentidos, e não um único sentido sempre para aquilo que se apresenta.

¹⁶ SOARES, Wellington. Um congresso que afugentou a escuridão. **Meio Norte**, Teresina, 12 nov. 2006, Suplemento Vida, Crônica da Cidade, p. 2.

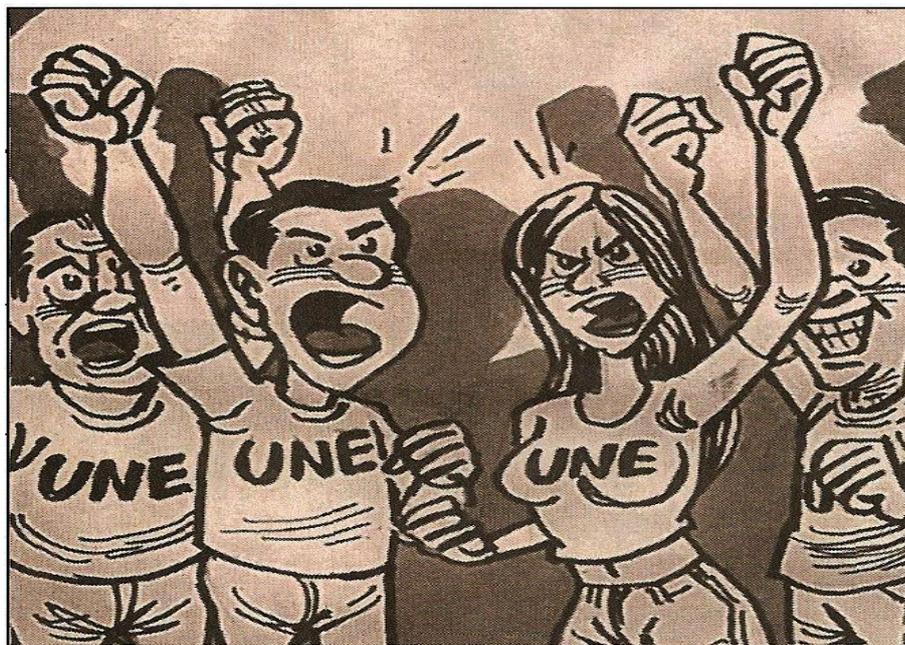


Figura 1- Charge produzida no ano de 2006, representando o movimento Estudantil brasileiro na década de 1970.

Fonte: **Meio Norte**, Teresina, 12 nov. 2006. Crônica da Cidade, p.2.

Alguns apoios manifestados em favor da realização do congresso referem – se ao movimento estudantil como homogêneo e combativo, como, por exemplo, um manifesto de apoio dos setores democráticos e populares da cidade de Salvador – BA,

O povo brasileiro vive momentos importantes de sua luta histórica, na conquista de seus objetivos. Após 15 anos de um regime antipopular, que para garantir a dominação dos grandes capitais nacionais e estrangeiros submeteu os trabalhadores a sofrimentos e misérias, os setores populares retomam e avançam em sua luta. Exigem melhores salários. Bradam contra a alta do custo de vida. Reconstroem as suas entidades representativas. Denunciam a repressão e os crimes políticos. Lutam por uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, por Liberdades Democráticas e por uma Constituinte livremente eleita. Os estudantes têm sido parcela destacada no apoio a essas lutas. Combativamente têm quebrado os limites impostos pela Ditadura: nas greves por melhores condições de ensino, nas passeatas e atos políticos, no apoio às greves dos trabalhadores, na reconstrução de suas entidades livres e representativas. São anos de sofrimentos e de lutas que não podem ser esquecidos. Como esquecer as torturas às suas lideranças, como o ex-estudante Aldo Arantes? Como esquecer que a Ditadura incendiou o prédio da UNE em 64, que reprimiu o seu último Congresso em 68? Como esquecer o assassinato do estudante Alexandre Vanucchi Leme e o desaparecimento de Honestino Guimarães? O povo brasileiro se lembrará sempre das combativas intervenções da UNE ao longo de nossa história: a luta contra o Nazi – Fascismo e pela redemocratização em 1945. A campanha “O Petróleo é Nosso”. A criação do Centro Popular de Cultura. A passeata dos 100 mil em 1968. Hoje a UNE ressurgiu. Assegurar a sua reorganização é incentivar o surgimento das autênticas representações nacionais dos trabalhadores. É assim estimular o reergimento dos sindicatos rurais e urbanos. É, enfim, a certeza de que conseguiremos a conquista definitiva da liberdade de organização e manifestação para todos os setores populares irmanados no objetivo único

de construção de um governo voltado para a defesa dos seus interesses. Para a Ditadura mais um desgaste, mais um passo para o seu isolamento. Para nós, um imenso significado de reorganização e unidade das forças democráticas e populares. Este é o sentido da nossa solidariedade e disposição em apoiar e assegurar o êxito da realização do Congresso da UNE. Momento de grande significação e esforço conjunto no avanço do movimento que tão caro custou a milhares de brasileiros.
POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E EDUCAÇÃO.
POR LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO.
POR ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA. POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.¹⁷

O documento destaca alguns fatos que marcam a história da União Nacional dos Estudantes (UNE). Representando os estudantes brasileiros, a entidade nasceu em agosto de 1937, por ocasião do I Conselho Nacional dos Estudantes, momento anterior a instauração da ditadura Vargas no Brasil. Getúlio Vargas, coordenou o golpe do Estado Novo que duraria até o ano de 1945. Estávamos, portanto, às vésperas de um golpe e da elaboração de uma Constituição, que iria definir o mandato do presidente do Brasil em seis anos como autoridade suprema, e com o Poder Executivo facultando-lhe legislar por meio de decretos-leis, proibindo greves, instituindo pena de morte, entre outras disposições.

Curiosamente, a entidade que, algumas décadas mais tarde, seria considerada uma ameaça ao poder instituído, desenvolvendo atividades subversivas e alheias aos interesses nacionais, não nasceu exatamente como oposição ao contexto político do país ou como forma de fortalecer as lutas nacionais democráticas. Surgiu no I Conselho Nacional dos Estudantes, organizado pela Casa do Estudante do Brasil (CEB), órgão então dirigido por sua fundadora e presidente vitalícia, Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça. Poeta, *socialite* e esposa do historiador e goleiro da seleção brasileira, Marcos Carneiro de Mendonça.¹⁸

Regado a chocolate e com direito à presença solene do ministro da Educação, o I Conselho, que havia sido convocado pela CEB, teve suas atividades dirigidas pela presidente, tendo sido aprovada de início, a proposta do então presidente do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais, presente ao

¹⁷ TODO apoio ao Congresso de Reconstrução da UNE. **Manifesto de Apoio dos Setores Democráticos e Populares da Bahia ao Congresso de Reconstrução da UNE.** 29 e 30 de maio. Aprovado em Assembléia do Trabalho Conjunto no dia 5 de maio de 1979.

¹⁸ POERNER, op. cit. 2004, p. 123.

encontro, de que estava terminantemente proibida, naquele evento, qualquer discussão de “temas políticos”. Acordo feito, foi votado um regimento e eleita uma diretoria em 12 de agosto de 1937, para representar a Casa do Estudante do Brasil junto à Confédération Internationale des Étudiants, órgão sediado na Bélgica.

Vale lembrar que a CEB era um órgão paraoficial e simpático ao poder público. Dando continuidade ao evento, em 13 de agosto a segunda plenária acontece com o propósito de votar os estatutos, tarefa, aliás, não concluída. Assim, pelos dias em que se desenrolou o encontro, 11 de agosto e 12 de agosto, aparecem em algumas fontes como datas distintas para a fundação da UNE.

Para Poerner ¹⁹, os estatutos não tiveram naquela ocasião sua aprovação concluída, porque os trabalhos foram suspensos devido a importância dada a comemoração do oitavo aniversário da fundação da Casa do Estudante do Brasil, considerada, no mesmo dia, de utilidade pública, pelo interventor federal Henrique Dodsworth. Acrescenta ainda, que a UNE teve um reconhecimento oficioso em dezembro de 1938, com o 2º Congresso Nacional dos Estudantes e o reconhecimento oficial, em 11 de fevereiro de 1942, com o Decreto-lei nº 4.105, tendo sido revogado pela ditadura militar brasileira em 1964, com a Lei Suplicy de Lacerda. A lei pretendia desarticular o Movimento Estudantil, colocando todas as entidades estudantis sob a tutela do Ministério da Educação, dependendo dele quanto a verbas e orientação.

Nesse sentido, a UNE como entidade política representativa dos estudantes universitários brasileiros, apareceu do seu desligamento com a CEB e da realização do II Congresso Nacional dos Estudantes em 1938, quando se nega a denominá-lo de II Conselho Nacional dos Estudantes. Iniciou o ano de 1940, sendo convidada a desocupar o espaço físico onde estava instalada dentro da CEB, em função dos constantes conflitos com a sua direção. Enquanto entidade autônoma, ao longo da década de 1940, ganha visibilidade opondo-se ao fim da Ditadura do Estado Novo e ao Nazi-Fascismo, posicionando-se no conflito da Segunda Guerra Mundial a favor do rompimento do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

No pós-guerra, a UNE será influenciada politicamente pelo grupo “Movimento pela Reforma”, de cunho socialista, e a “Aliança Liberal Acadêmica”, de cunho direitista. De 1947 a 1950, predominaram grupos socialistas, momento de

¹⁹ POERNER, op. cit. 2004, p. 124.

envolvimento da UNE em grandes campanhas nacionais. A partir de 1956, é visível o predomínio na entidade de grupos ligados à União Democrática Nacional (UDN), em conjunto com a citada Aliança Liberal Acadêmica. Fica então polarizada, internamente a entidade entre liberais, chamados de direita e a denominada esquerda liderada pelos comunistas.

Tais informações não têm importâncias em si mesmas, mas na medida em que demonstram a multiplicidade, as diferentes visões de mundo e de opções políticas que nos impossibilitam de considerar o movimento estudantil, mesmo o nacional como um bloco homogêneo, ou capturá-lo a partir de um único lugar. Certeau considera que não existe em lugar nenhum, um posto de observação de onde se possa abarcar em totalidade uma sociedade, o seu presente, o seu futuro. Os princípios universais desapareceram no presente, “[...] devemos primeiramente tentar saber como as racionalidades que permaneceram necessárias podem surgir de situações particulares e se inserir na ação.”²⁰

O ME, torna – se espaço de práticas culturais da juventude brasileira, espaço de vários ângulos, de lateralidades, de esquerda, direita, centro – esquerda, centro – direita, ou seja, eram lugares político-partidários nos quais os alunos eram enquadrados. No Movimento Estudantil universitário teresinense, encontravam-se estudantes que participavam das atividades promovidas pelos diretórios ou que militavam enquanto diretores em entidades, mas que não tinham nenhuma vinculação político-partidária dentro da sociedade, tampouco pouco em grupos políticos estudantis. Os estudantes que militavam eram, necessariamente, qualificados politicamente a partir dos critérios engendrados dentro dos espaços praticados culturalmente por cada grupo; a partir daí, os elementos são identificados e passam a identificar um grupo, um movimento. Como afirma Stuart Hall²¹, “[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, [...]”. As práticas sociais vão sendo remexidas, revistas e redefinidas, sempre em função das novas comunicações que informam essas mesmas práticas.

²⁰ CERTEAU. op.cit, 2005. p.191

²¹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 12.

Medeiros, comentando sobre a década de 1960 no Piauí, afirma que:

A sociedade piauiense que se via como atrasada e estagnada, passa a estar concretamente e a se ver ideologicamente como parte de uma sociedade nacional em crise e transformação. Os impasses da integração piauiense na economia nacional foram conscientizados por diversos segmentos sociais. [...] Embora fossem um contingente muito pequeno – 248, em 1959 e 431, em 1964 – os universitários piauienses ocupavam posição estratégica por sua mobilidade e capacidade de intervenção. [...] O movimento estudantil organizado na União Piauiense dos Estudantes Secundários (UPES), filiada à UBES (União Brasileira de Estudantes Secundários); e nos Centros Acadêmicos de cada Faculdade, articulados na União Estadual dos Estudantes (UEE) filiada à UNE (União Nacional dos Estudantes). Além de suas reivindicações específicas, os estudantes atuavam como dinamizadores culturais e difusores nas idéias reformistas junto aos setores populares.²²

A União Estadual dos Estudantes (UEE – PI) representava as Escolas Superiores do Piauí, desaparecendo logo após o golpe militar de 1964, o Centro Estudantil Piauiense (CEP), fundado na década de 1930, foi unificado em 1969 à União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), que, na seqüência, daria origem ao Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP).

A Ditadura Militar que se instalou no Brasil a partir da ação golpista de 1964, como todo regime político de exceção, passou a tentar silenciar a voz de todos os setores da população que ameaçassem o poder instituído e a sua longevidade. Esse fato ressalta no país, as atividades de algumas entidades que representavam parcelas da população brasileira, muitos não resistindo à censura e às perseguições.

A UNE, enquanto representação juvenil, é solicitada a tomar e a tornar público posições em relação àquele momento político. Desconfiados e antipáticos aos ideais comunistas, os militares perseguiam as possibilidades de oposição à ditadura, incendiaram ainda em 1964, a sede da UNE que ficava situada na Praia do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro. Invadiram as instalações da Faculdade Nacional de Direito, confiscaram documentos e acervos históricos do Centro Acadêmico Cândido Oliveira. Metralharam a frente da faculdade e tentaram também incendiá-la, mesmo estando ocupada por estudantes. O ato foi impedido por Ivan Proença, então capitão do Exército, que pagou com sua expulsão das forças armadas, o “atrevimento”, assim considerado pelos seus superiores.

²² MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996, p. 110 – 111 – 114

Os militares estreavam de forma triunfal, demonstrando claramente e abertamente, até onde poderiam chegar à defesa de seus interesses. Vinte e sete dias após ter sido declarada ilegal pelo governo do presidente Castelo Branco, em julho de 1966, a UNE reuniu – se clandestinamente em Belo Horizonte, para realizar o 28º Congresso de sua história. Mas, ao contrário do ano anterior em que o congresso da entidade foi realizado em São Paulo sem nenhuma repressão militar, este quase foi inviabilizado, inclusive a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais foi invadida enquanto o encontro acontecia em outro espaço diferente do que fora anunciado como forma de driblar os policiais militares.

No final da década de 1960, Teresina já contava com algumas faculdades, ainda não havia sido instalada o que seria a Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), atualmente a UFPI. A Faculdade de Direito do Piauí foi fundada em 1931. A Faculdade de Filosofia foi fundada em 1952, mas teve curta duração, em 1958, foi criada com a denominação de Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, no mesmo ano, foi assinado decreto federal concedendo autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, história, geografia e letras neolatinas. A Faculdade de Medicina foi fundada em 1968 e, a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi fundada em 1953, sendo que, o curso de odontologia começou a funcionar em 1956 e o curso de farmácia não chegou a funcionar. Estas faculdades, posteriormente, foram incorporadas à Universidade Federal do Piauí.²³

²³ BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1994. p. 199.

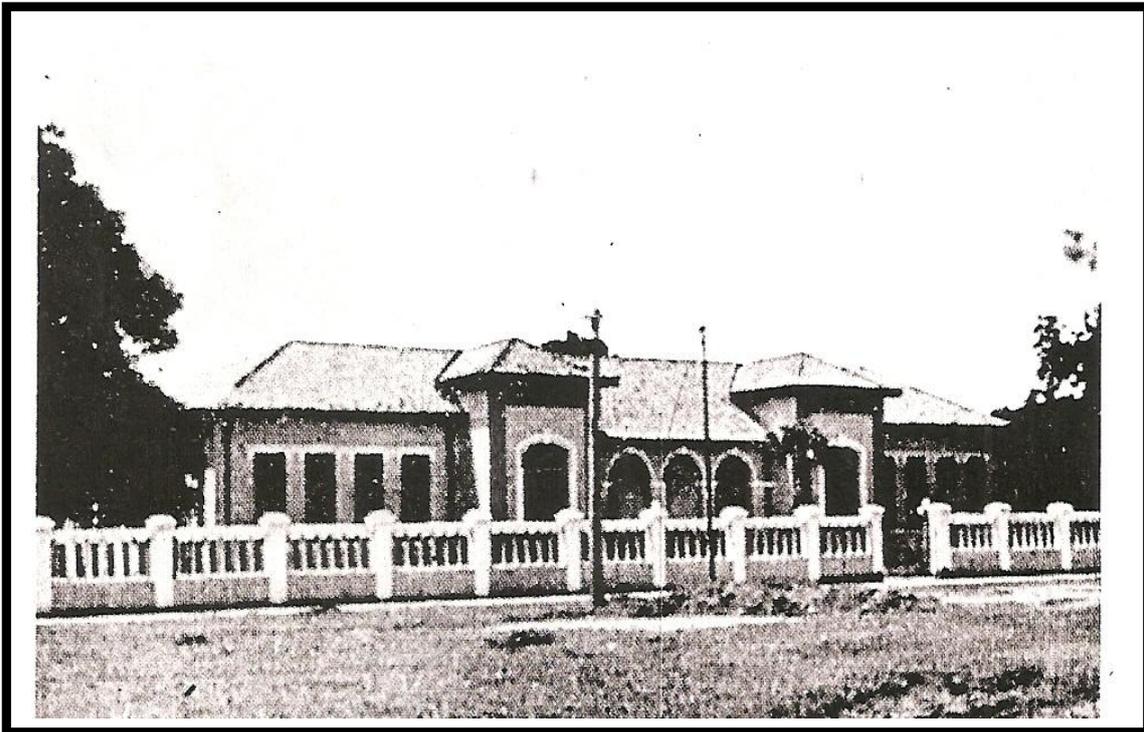


Figura 2 - Prédio onde funcionava em Teresina, a Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1951. Atualmente funciona a Biblioteca Pública Des. Cromwell de Carvalho.
Fonte: Edição comemorativa, 150 anos de Teresina. **O Dia**, p. 145, 2002.

As fontes disponíveis e consultadas sobre o movimento estudantil em Teresina nesse período apontam o Centro Acadêmico da Faculdade Católica de Filosofia, como o mais atuante e reconhecido pela sociedade. Como diz Medeiros, “Era entre os universitários, sobretudo da [...] (FAFI), que o movimento tinha raízes. O auge dessa movimentação foi o ano de 1968, com suas manifestações e o congresso nacional da UNE.”²⁴

A FAFI, portanto, era a faculdade que mantinha um número maior de cursos, conseqüentemente um maior número de alunos. Além disso, percebe – se que sua direção, católica, assumia uma postura alinhada àquela ala da Igreja Católica, que dentro dos seus limites se colocava como opositora e questionadora dos desatinos cometidos pela ditadura contra as liberdades individuais.

Em falas sobre o ME desse período, em Teresina, temos a visão de quem estudou na FAFI e militou no movimento,

As outras faculdades eram mais moderadas, em 68 a agitação foi tão intensa em Teresina, que a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Medicina começaram a se integrar ao movimento, somente a Faculdade de

²⁴ MEDEIROS, op. cit. p. 116.

Direito não participou. [...] faltavam muitas coisas, não tinha verba para o centro acadêmico [...] o isolamento das faculdades, a falta de um campus universitário, se os estudantes estivessem no mesmo espaço o movimento teria tido mais vigor [...] aqui era diferente do Sul, não tinha luta armada [...] era um movimento pequeno de juventude de classe média. [...] Esse foi o movimento possível diante das condições objetivas do Piauí.²⁵

E de quem dirigiu a FAFI,

[...] as lutas desses estudantes não teve grande força em Teresina, as condições eram mais precárias, e isto atrapalhava a organização de um movimento no mesmo modelo que ocorria em outras regiões do país. Estes estudantes teresinenses aspiravam o fim da ditadura e a volta da liberdade perdida, e para conseguirem isto reagiam da maneira que era possível, mesmo diante de muitas dificuldades.[...] eram muito limitadas, eles pichavam muros com frases que pediam o fim da ditadura [...] faziam panfletagem [...] Aquele tipo de manifestação que geralmente vemos da época , como passeatas com multidões, seqüestros de embaixadores, jovens pegando em armas para reagir, não ocorreu em Teresina, [...] o movimento aqui não teve muita força, e a precariedade do lugar impossibilitava estas práticas.²⁶

A primeira análise é de um militante do movimento estudantil na FAFI, nos últimos anos da década de 1960. A segunda, de quem dirigiu a instituição de 1968 e permaneceu no curso, chefiando o Departamento de Filosofia da FUFPI, nos seus primeiros dois anos de funcionamento. Inicialmente, essas falas nos remetem ao trabalho da memória. Enquanto depoimentos que foram dados na atualidade, eles coincidem no comparativo das ações estudantis em nível local e nacional, reafirmando assim, que as memórias são suscitadas pelo presente, respondem as perguntas elaboradas pelo presente. Quando rememoramos, não voltamos ao passado para resgatá-lo na sua integralidade da verdade absoluta, que ficou nesse sentido, a memória é sempre atualizada dentro das nossas práticas do momento em que estamos a rememorar, das nossas concepções, visão de mundo, julgamentos, reflexões e novos significados. Há, contudo, que ter em vista ainda, que não lembramos tudo, residindo aí um processo seletivo. Michael Pollak²⁷ lembra que a

²⁵ Entrevista com Antônio José Medeiros. Secretário de Educação do Estado do Piauí. 11/07/2004. Entrevista cedida para a estudante Renata Flávia de Sousa Brandão.

²⁶ Entrevista com o Pe. Raimundo José Airemorais Soares. Diretor da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), no final da década de 1960. 06/02/2004. Entrevista cedida para a estudante Renata Flávia de Sousa Brandão

²⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

memória é seletiva, que a contra partida da memória é o esquecimento, por isso, não é possível lembrar tudo, e não lembramos tudo por inúmeros motivos, como, por exemplo, não querer lembrar-se de situações que nos foram traumáticas, ou desinteressantes.



Figura 3 – Prédio onde funcionou a Faculdade Católica de Filosofia, Praça Saraiva, Teresina.
Fonte: Edição comemorativa, 150 anos de Teresina. **O Dia**, p. 189, 2002.

Tratando da década de sessenta e da juventude, é indispensável a leitura de Queiroz,

[...] a juventude se torna protagonista principal de sua própria trajetória, fazendo ver e valer sua nova presença no mundo, realçando algumas das maneiras a partir das quais se faz visível e presente, e ainda, embora de forma tangencial, como esses modos de ser jovem rebatem em nossa vida hoje, sejamos jovens ou não tão jovens. [...] O primeiro sentido atribuído de forma generalizada para todos os segmentos sociais é o do arbítrio e da contenção política. Sem embargo do efetivo peso da instância política, é necessário nuançar essa presença em situações e espaços distintos. Quanto ao segundo sentido – o da liberação da sexualidade feminina – a excessiva ênfase nessa dimensão da experiência das mulheres obscurece

o extraordinário leque de formas de expressão da vivência feminina em mutação no período.²⁸

É claro que o interesse de pesquisa da historiadora nessa produção da qual retiramos o fragmento acima, é realçar a juventude com o foco de observação, como ela mesma afirma, voltado para a década de sessenta no Brasil, com suas microrrevoluções e suas macrorrepercussões, onde chama a atenção para as generalizações excessivas, e como elas podem obscurecer outras expressões de vivências da juventude nos anos sessenta. Todavia, mesmo a nossa pesquisa fazendo referências ao universo do Movimento Estudantil, consideramos também, que algumas generalizações que tentam informar temporalmente um jeito característico de estar jovialmente no mundo, possam ter pouco poder explicativo, levando a comparações e comprometendo algumas tentativas de leituras de determinado universo.

Algumas representações se referem aos anos cinqüenta como o “anos dourados” e a juventude, “rebeldes sem causa”, os anos sessenta correspondem aos “anos rebeldes” e a juventude, à “juventude revolucionária”, que dentro do movimento estudantil lutou contra a ditadura, pegou em armas, militou politicamente e significou juventude plena. Da mesma forma, a “juventude shopping center” é o carimbo que recebe o jovem a partir da década de 1990. São dessas marcas que estamos falando, que são totalitárias, quando adotadas nos velam as vistas para outras possibilidades, para outras experiências que foram vividas dentro das condições de existir desses jovens ao longo dos tempos.

O Movimento Estudantil é espaço de sociabilidade juvenil. Compreendemos que das representações sobre a juventude citadas acima, as dos anos sessenta e setenta, invariavelmente apontavam para estas práticas dentro do ME, funcionando este como vitrine, confirmação ou não do modelo da época. Ora, a juventude brasileira não comportava dentro daquele modelo que congregava uma determinada marca juvenil, tivemos movimentos estudantis, com militâncias que partiram de uma referência mais ampla, mas que não conseguiram escapar de lugares e práticas mais singulares. E o lugar para aqueles que, inventaram/reinventaram outras experiências?

²⁸ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**, Recife: Edições Bagaço, 2006, p.274.

Há que se compreender que a juventude é uma construção de fato, social e cultural. Onde, quando e como, são perguntas que respondidas, dizem para o historiador sobre um determinado sentido dado a juventude..” [...] em nenhum lugar, em nenhum momento da história, a juventude poderia ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos. Sempre e em todos os lugares, ela é investida também de outros valores.”²⁹

Queiroz ³⁰, apagando as marcas e despindo os modelos, consegue trazer à tona os processos sociais da década de sessenta no Brasil, as permanências que ainda tencionam no presente, a força das práticas culturais de uma época que se sobressaem aos esquemas de época da repressão ou da revolução sexual. O peso da política atenuado em situações e espaços distintos, e a excessiva ênfase na liberação da sexualidade feminina, substituída pelo interesse no leque de formas de expressão da vivência feminina em mutação nesta época. Curiosamente, é a partir desse olhar, das macrorrepercussões desse período de que fala a autora, que conseguimos compreender porque, quase quatro décadas depois, ainda ouvimos de alguns na atualidade: “o movimento estudantil não é mais aquele dos anos sessenta e setenta... o movimento acabou, hoje, não tem mais estudante combativo...”



²⁹ LEVI, Giovanni. SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos Jovens I: da antiguidade a era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 14

³⁰ QUEIROZ, op. cit. 2006.

Figura 4- Bandeira – poema criado pelo artista plástico Hélio Oiticica em 1968.

A UNE lançou em 2007 a campanha denominada “De volta pra casa” ou “Meu apoio é concreto”, que no início do mesmo ano, inspirou a organização de um bloco carnavalesco para desfilarmos no carnaval do Rio de Janeiro, com um cadenciado samba enredo,

“O Cafofo é meu”

Refrão: O cafofo é meu... e eu vou ocupar
Tava em frente à praia
Me tiraram na marra
Na marra eu vou voltar

(Já arrei) Já arrei minha barraca
Vou buscar o que é meu
Porque eu vou voltar
para a cidade (onde?)
Onde o CPC nasceu

Rio de Janeiro
Voltei para casa pra soltar minha voz
No carnaval eu canto pro Brasil inteiro
O Rio é UNE e a UNE somos nós

(é carnaval) É Carnaval
Minha folia eu vou montar
E nesse ano de virada
Estudante cara – pintada
O cuca vai bombar!!!
Porque o cafofo é meu!!³¹

Depois do incêndio no prédio da UNE, em 1964, somente no governo de Itamar Franco (1993-1995), o terreno foi doado a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-UBES para a construção de suas sedes, já que em 1980, sob ordens militares, foi completamente demolido o que restava do antigo prédio. Como funcionava ali um estacionamento, a disputa terminou na justiça que deu ganho de causa aos estudantes. Representando as duas entidades os alunos ocuparam o terreno e intensificaram, a partir de 2007, a campanha de arrecadação de fundos para construção das duas sedes, além da construção também de um Centro Cultural, afinal, aquele incêndio no passado, destruiu também o Centro Popular de Cultura (CPC), importante espaço de criação e recriação das artes no

³¹ O CAFOFO é meu... e eu vou ocupar!!! Disponível em www.une.org.br Acesso em: 10/06/2008.

Brasil, na década de 1960. Com um projeto arquitetônico elaborado e doado aos estudantes por Oscar Niemeyer, apoio de alguns políticos, artistas e ex – lideranças estudantis, a luta para angariar fundos pauta-se, como dizem, no desejo de voltar à casa, onde tudo começou.



Figura 5- Logomarca da campanha de retomada da antiga sede da UNE na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, 2007.

Fonte: Site www.une.org.br.

A UNE, com seu Prédio incendiado, posta na ilegalidade, a morte de Edson Luís Lima Souto no restaurante Calabouço em 1968, são algumas das cenas que passam em preto e branco na história do movimento estudantil brasileiro. O Ato Institucional nº 5 (AI – 5), sem prazo para sua vigência, dando ao Executivo poderes excepcionais, parecia querer antecipar e cumprir de outro jeito, o título de Zuenir Ventura, “1968: o ano que não terminou.”³²



³² Referência ao livro – VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 3 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Figura 6- Caricatura de Ziraldo, sem data, sobre o Ato Institucional n. 5 assinado pelo presidente da República general Artur da Costa e Silva no ano de 1968.

A propósito do incidente do Calabouço que vitimou um estudante, o historiador Castelo Branco, fazendo uma leitura de uma análise do fato publicada numa revista de circulação nacional, reafirma que a década de sessenta encerra um novo conceito de Movimento Estudantil. Até os anos cinqüenta tinha-se uma idéia romanceada do movimento, sendo chamadas de desfiles pelas autoridades. Tais manifestações estudantis de rua, a partir dos anos sessenta passam a ser nomeadas pelas autoridades, conforme seus interesses cerceadores, de guerrilha urbana, incorporado também à linguagem jornalística. Para o historiador, os anos sessenta trouxeram o novo, trouxeram a problematização em oposição ao momento anterior onde tudo era explicado, assim, “O Movimento Estudantil [...] bom instrumento para se perceber os anos sessenta como um momento em que a diferença tenta irromper e as formas dominantes de pensamento tentam cerceá-la [...]”³³



Figura 7- Momento do incêndio do prédio da UNE a mando dos militares. Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, 1964.

Fonte: Site www.une.org.br.

³³ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.p. 77

A década de 1970, portanto, começa, em nível nacional para o ME, não muito animadora. No entanto, em Teresina, era cumprida uma promessa antiga, a criação de uma universidade. A Universidade Federal do Piauí foi instalada em 1971, mas a sua criação se deu com a Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968. A própria lei previa que as despesas decorrentes da execução da mesma seriam levadas à conta do Orçamento da União, somente em 1969. Nascida sob a forma de fundação, foi denominada como Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), modelo norte – americano inspirado nos acordos assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, seguindo a concepção de universidade do momento. Integraram a FUFPI, inicialmente: Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Faculdade de Direito, de Odontologia, de Medicina, Escola de Enfermagem e a Faculdade de Administração, em Parnaíba.³⁴

Fonseca Neto, tratando da invenção da UFPI, argumenta que:

Esse é um período em que a sociedade piauiense experimentou algumas mudanças sensíveis, evidentemente a par da sensação também sempre presente de que as mudanças, aqui na “provincia”, são insistentemente lentas e sempre ocorrem de maneira que se pode carimbar como tardia. [...] é o fato de ter sido ela “inaugurada” pelo menos duas vezes entre 1969 e 1971.³⁵

Inaugurar uma universidade dentro de um Estado, sem dúvida, se reverteria em reconhecimento político para qualquer governador dentro da concepção “governo de obras”. Santos Neto ainda afirma, que das sete unidades de ensino que compunham a UFPI em sua fase inicial, a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Administração de Parnaíba, só existiam no papel, para completar o número de unidades exigido pela legislação, para criação de uma universidade. A de administração existia em trâmite no Conselho Federal de Educação (CEF), um pedido de autorização e, a de enfermagem, nem havia ainda sido solicitada. Segundo o historiador o texto legal sancionado evidenciava um artifício que resultou na existência das sete unidades, mas fora a lei possível no momento. A decisão de

³⁴ BRASIL. Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 nov, 1968.

³⁵ SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. A invenção da UFPI: elementos estruturantes e interfaces de poder. In: EUGENIO, João Kennedy (org). **Histórias de vários feitos e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto. 2001, p. 10 e 31

adotá-la atendia a condicionamentos políticos muito mais que técnicos, por isso as lacunas e contradições existentes na legislação ³⁶.



Figura 8-Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina e o professor Manoel Paulo Nunes em destaque na solenidade de instituição da UFPI no ano de 1968.
Fonte: Edição comemorativa, 150 anos de Teresina. **O Dia**, p.210, 2002.

A FUFPI refletia o clima vivido no país, Estatuto aprovado por Decreto, que dentre outras, previa que o presidente e o vice – presidentes da instituição seriam indicados pelo Presidente da República, que os escolheria dentro de uma lista tríplice, esta, definida pelo Conselho Diretor. O professor Robert Wall de Carvalho, que era o Diretor da Faculdade de Direito, ficou respondendo pela reitoria da UFPI ao longo do ano de 1971. Outro dado da conjuntura emblemática de sua criação diz respeito à Lei 5.540/68, que regulamentava a reforma do ensino superior e surgiu logo após a instituição da universidade que, assim, nascia sob a égide de alterações em sua organização, mesmo antes de sua instalação.

A Lei introduziu várias alterações na que fora a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, a LDB/61. No chamado ensino de 3º grau na época, sob inspiração da filosofia educacional norte-americana, extinguiu-se a cátedra, unificou-se o vestibular, criou-se o curso básico nas universidades, definiu-se as licenciaturas em curta e média duração e aglutinou as faculdades na universidade, em nome de uma maior concentração de recursos, maior eficácia e produtividade.

³⁶ Ibidem. p. 26-27.

O sistema de matrícula por disciplina foi introduzido, descaracterizando os alunos por turmas, por grupos estáveis. Diretores universitários perdiam a prerrogativa de indicação por pertencerem necessariamente ao corpo docente, agora, bastava, segundo a lei, ter reconhecida competência na vida pública ou empresarial. Assim, os cargos na UFPI poderiam ser ocupados agora, por indivíduos da sociedade piauiense, acabando o critério de ser professor da universidade. As instituições de ensino superior passam à divisão por departamentos, gerando um processo exacerbado de burocratização. A pós-graduação é, inicialmente, assumida por corresponder à idéia de desenvolvimento dos militares.

Assim, o movimento estudantil universitário em Teresina chega à década de 1970, com um amplo espaço físico para se movimentar, espaço proporcional às dificuldades e questões que se chocam. A fala a seguir corrobora,

O Piauí chega aos anos 70 com escassa tradição de organização e de lutas estudantis politizadas. A instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no início dessa década constituirá elemento impulsionador do ME local a médio prazo.³⁷

Teresina então foi a cidade que abrigou a UFPI e as várias expectativas que se formavam, os vislumbres de um movimento estudantil mais conseqüente e aguerrido. A cidade na década de 1970 é assim considerada em discursos,

A pequena cidade de ontem, mediocrizada por falta de tratamento urbanístico, é hoje uma capital aprazível, graças ao milagre da imaginação, da técnica e de recursos que aproveitaram a prata da casa. Teresina é, assim, uma cidade aramada pelas melhores soluções das engenharias cordiais de nosso espírito brasileiro e pela engenharia científica das mais avançadas conquistas do urbanismo moderno. Com a mão – de – obra abundante e engenhosa do trabalhador nordestino, a nova imagem das avenidas, como a Frei Serafim, ganhou o aspecto das melhores tradições brasileiras, com a nobre alvenaria das pedras portuguesas, de que ainda hoje o toque mágico de Burle Marx sabe tirar o melhor partido, nos trechos mais tratados do Rio, São Paulo e do Recife.³⁸

Essa visão sobre Teresina é a visão de um governante, reafirmada em várias ocasiões pelo então governador do Piauí, Alberto Tavares Silva³⁹, cujo primeiro

³⁷ SANTOS NETO, op. cit.1994, p. 51.

³⁸ PIAUÍ. **Mensagem do Governador do Estado do Piauí à Assembléia Legislativa**. Teresina, 1975, p. 10

³⁹ Alberto Tavares da Silva é Engenheiro Civil e foi governador do Estado do Piauí em eleição indireta no período de 1971 a 1975, sendo eleito pelo voto direto para o mesmo cargo para o mandato de 1987 a 1991.

mandato transcorreu de 1971 a 1975, marcou profundamente a população piauiense, suas representações acerca da capital. Seu primeiro mandato passou a ser associado à construção de grandes obras, de trabalho dedicado à cidade.

Teresina, dentro deste discurso, exala modernização que foi possibilitada pela urbanização transcorrida ao longo da década de 1970, desvelando um estreitíssimo vínculo entre progresso e avanços técnicos e arquitetônicos e, como referência de modernização e progresso de forma concreta, as principais capitais brasileiras. A produção historiográfica brasileira dá conta do fascínio que a tríade, técnica, ciência e progresso exercem sobre os governos brasileiros, particularmente na década de 1950, o desenvolvimentismo, são também inspiradores para os governos da Ditadura Militar.

Fonteneles ⁴⁰, analisando o processo modernizador em Teresina na década de 1970, destaca o crescimento da população teresinense como resultante de um acentuado processo migratório proveniente de outros municípios do Piauí, atraídos pela oferta de empregos na construção civil. Ressalta ainda, os investimentos feitos no Piauí pelo Regime Militar no período do governo Alberto Silva, mesmo o governador nunca tendo aceitado essa associação, preferindo justificar a modernização de Teresina, às suas ações em parceria com a população. Fonteneles acrescenta que não pretende negar o caráter empreendedor vigente no Piauí na década de 1970, mas mostrar como essa urbanização tem relação direta com o processo de urbanização iniciado em Teresina na década de 1960.

Em nível nacional, o final da década de 1970, não permite mais mascarar a situação de crise na qual o país havia mergulhado. O tão propalado desenvolvimento brasileiro pelos militares, a divulgação dos índices econômicos de controle da economia, que, sobremaneira marcaram o início da década de 1970 com a ampla urbanização como pano de fundo, eram agora argumentos esvaziados. O “milagre brasileiro” que estampava outdoors já não seduzia mais, “meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil”, já não dava conta do amor, “Brasil, ame – o ou deixe-o” ou, “Ninguém segura a Juventude do Brasil”, soavam mais como premonição de que o regime definitivamente não sustentava mais aquela situação. A

⁴⁰ FONTENELES, Cláudia Cristina da Silva. Entre Heráclito e Parmênides: a modernização em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. Vasconcelos, José Geraldo. (Orgs). **Outras Histórias do Piauí**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 113 – 116 – 117

perspectiva agora da ditadura estava mais para “apesar de você, amanhã há ser outro dia”.

Como afirmava Luís Fernando Veríssimo ⁴¹, no início da década de oitenta, fazendo referência à credibilidade do regime militar por parte da sociedade brasileira, “A velhinha de Taubaté é o último bastião da credulidade nacional [...] O relatório final sobre o caso das bombas no Riocentro foi feito exclusivamente para a velhinha de Taubaté e teve êxito, pois ela foi a única pessoa do país que acreditou. Há alguns anos existiam milhares de brasileiros que acreditavam [...] esse número foi diminuindo até que em 1981 só havia dezessete. Por coincidência, todas as velhinhas. Algumas morreram, outras foram-se desencantando aos poucos.” ⁴²



Figura 9- Cartaz com slogan de propaganda do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que celebrava o “milagre brasileiro” de desenvolvimento.

⁴¹ Luís Fernando Veríssimo é escritor e criou na década de oitenta uma personagem denominada a Velhinha de Taubaté, que sentada assistia tudo o que acontecia no Brasil pela televisão. Era uma crítica à programação da televisão brasileira e particularmente à Rede Globo

⁴² VERÍSSIMO, Luís Fernando. **A velhinha de Taubaté**. Porto Alegre: L&PM, 1983, p. 10-13.

As crescentes dificuldades econômicas deixavam o governo do presidente Ernesto Geisel, que governou de 1974 a 1979, numa posição política mais fragilizada que a dos seus antecessores. Mortes de pessoas públicas declaradamente avessas ao regime militar, exílios de outras, denúncias de torturas, insatisfação da classe trabalhadora que respondia com greves, particularmente das áreas mais industrializadas do país, abalavam o poder instituído em 1964. A classe empresarial brasileira, também começa a reagir diante das dificuldades que se colocam em virtude da imagem negativa que o país projeta no exterior.

Diante das circunstâncias, a ditadura estremece, fica claro que o poder não é uma propriedade apenas do Planalto Central. A “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar começa a ser percebida, cautelosa e controlada no que era possível. Aqui nos ocorre invariavelmente o pensamento de Michel Foucault⁴³, quando desconstrói a idéia de que o Estado seria o órgão central e único poder, afirma que existem formas do exercício do poder diferenciadas daquelas do Estado, como a realidade e as práticas sociais. Os micro-poderes estão presentes na vida cotidiana, se manifestam nas relações pessoais e organizações grupais. Os movimentos sociais dependem do Estado para terem seus pedidos atendidos e, o Estado, em contrapartida, precisa atendê-los para se manter e se sustentar.

⁴³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 3 ed, 1982.

3 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O ANO DE 1979: TODA A UTOPIA POSSÍVEL.

OS HOMENS ARMADOS DE AÇO

A espreita é tão monótona / Como a dor de não saber natureza / Com a faca na mão não tem pressa / Ele sabe lá no fundo um dia um corpo qualquer portará / Sua ira / Não tem barreiras nem piques / Ele apavora joga susto fora / Junto da cerca explode de fúria de animal ferido de tiro / Treme de medo com ele o silêncio / E a morte se agasalha com o seu furor matinal / Mas um dia eu sei / Não vai custar / Uma força inteira de alma inteira / Em dia de sol ou lua clara / Se encontrará com o terrível gigante / E ele sucumbirá pela força da alma inteira / Que se agita assim no ar tão rubra / Num céu antes de homens tão pesados e negros / Os sons de primavera eu sei então virá./
(Chico Castro, 1979)

Teresina, revisitada sob o olhar de um historiador, é assim capturada na sua paisagem de anos setenta,

[...] típica cidade intermediária entre as cidadezinhas de interior e as metrópoles dos grandes centros. Por um lado, era a capital do Estado, com todo o burburinho que esta condição carrega; por outro era uma pacata cidade existindo preguiçosamente às margens dos rios Parnaíba e Poty.⁴⁴

Mas também na mesma década sob o olhar de um poeta,

[...] as algarobas e os oitis não floresciam mais. [...] Os bares nos campus operários reabilitavam o brilho que a aurora escondia, e a decadente Paissandu dava, também, o tom de todas as liberdades possíveis todas as necessidades impossíveis. [...] outros travaram a palavra de vez e morreram, mudando de lado [...] outros apostaram no ofício assecular de levantar estrelas e ofertar um ramo de acácias e um feixe de pétalas para a linguagem como projeto de possibilitar as algarobas e os oitis de Teresina todas as flores possíveis.⁴⁵

⁴⁴ CASTELO BRANCO. op. cit. 2005.p. 203

⁴⁵ ARAÚJO, Emérson. A literatura brasileira de autores piauienses na década de 70 por dentro. Disponível em: <http://emersonaraujo46.blogspot.com>. Acessado em:21/07/2008.

Teresina, se espreguiçando às margens de dois rios, sombreada pelas algarobas e pelos oitis, propiciando ares de liberdade nas discussões empolgadas nos barzinhos, ou na sensação de liberdade dos corpos numa das mais antigas zonas de prostituição da cidade, a Paissandu, compõem cenários, dentre tantos outros que podem ser montados sobre a cidade naquela época.

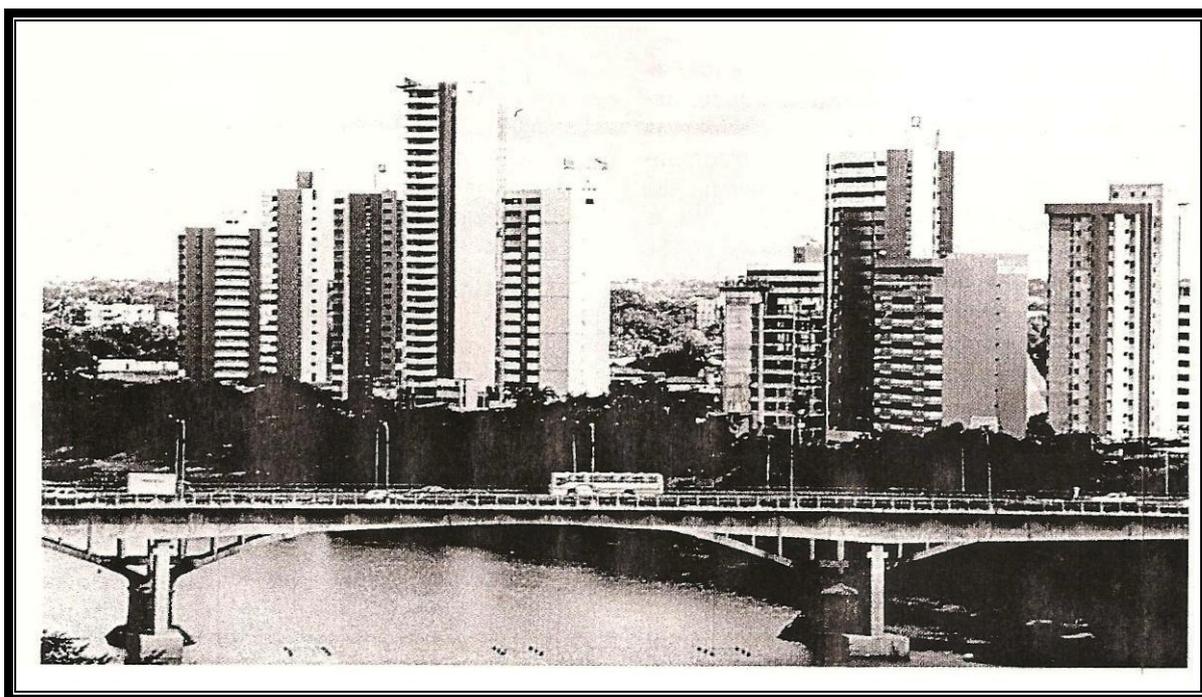


Figura 10- Vista atual da cidade de Teresina-PI.
Fonte: Edição comemorativa, 150 anos de Teresina. **O Dia**, p.230, 2002.

Assim, a cidade vai moldando e remodelando espaços ao longo da década de 1970. O Movimento Estudantil, como veículo mais visível de manifestações da juventude, no seu desenrolar, vai apresentando suas contradições e ambigüidades, sutileza nem sempre percebida por aqueles que insistem nas generalizações, na visão de um movimento estudantil homogêneo, fechado, lacrado e selado, sob o signo da totalidade.

Um exemplo contrário é o fato de a pesquisa apontar que na década de 70, o Movimento Estudantil em nível nacional, comportava a defesa do ensino público e gratuito, mas, também, verbas para as instituições particulares. Em absoluto, trata – se aqui de denegrir a imagem do movimento, a questão é mais teórica, de mostrá-lo prenhe de orientações, de sentidos, porque as análises históricas não operam mais nesse campo genérico.

O movimento estudantil universitário brasileiro, no final da década de 1970, precisamente em 1979, é citado em pronunciamento político no Senado Federal, como um movimento sério e maduro,

Na última reunião da bancada do nosso partido, todos os nossos senadores integrantes manifestaram – se preocupados com as duas situações sociais no país: uma delas era o problema dos metalúrgicos no ABC, já a esta altura em fase de solução; em uma outra, dizia a respeito à questão do próximo congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, marcado para os dias 28 e 29, na cidade de Salvador.

As informações de que éramos detentores diziam que o Governo haveria de opor-se por todos os meios à reunião desse conclave e que, por outro lado, os estudantes estavam determinados a realizar o seu congresso e para isso já estavam se articulando em todos os Estados da Federação. A nossa Bancada constituiu uma comissão para que mantivesse contato com os líderes desse movimento, afim de que, conhecendo melhor seus propósitos, as suas determinações, pudesse interferir de modo a possibilitar a realização desse congresso. A comissão foi constituída de quatro senadores: o Senador Evelásio Vieira, o Senador Marcos Freire, o Senador Henrique Santillo e eu próprio.

[...] Surpreendeu ver uma plêiade admirável de estudantes reunidos para deliberação de seu congresso, em que, Sr. Presidente, o amadurecimento político e a consciência de classe, ainda que transitória, uma classe de passagem, afirmavam a maturidade do estudante brasileiro.

[...] Então, Sr. Presidente, a UNE é uma entidade legal. Os estudantes são uma classe permanente na sua transitoriedade. E eu mesmo fui um dos membros signatários dessa constituição e lamento não ter o seu texto neste momento para dele dar conhecimento ao Senado, para ver a seriedade dos propósitos daquela organização, inclusive o amadurecimento da classe que ele representa.

Pois Sr. Presidente, estamos na seguinte situação: a UNE é uma entidade legal, está com seus estatutos registrados. A classe está organizada a partir de Diretórios, de entidades estaduais em relação à própria unidade nacional. E a informação generalizada que existe é de que há oposição à manifestação desse conclave. Mas, de acordo com a lei, mesmo a lei brasileira, mesmo a destes dias, nenhuma classe ou casta pode opor-se ao direito de reunião e, se alguém se opuser, estará violentando dois princípios basilares.

[...] Assisti, como disse, a reunião preparatória. Estou convencido de que as gerações atuais, com as suas representações na UNE, oferecem, em relação à UNE de nosso tempo, algo de singular: maior grau de maturidade.

46

O Senador defende em seu discurso o direito de realização do Congresso da entidade, ao tempo em que apresenta uma interessante argumentação a favor de seu caráter de legalidade. O governo, em 1964, suspendeu as atividades da UNE através de um ato de força, não houve a sua dissolução judicial como sociedade civil, portanto, não dissolvida judicialmente, ela continuava a existir. Com o Congresso, os estudantes estariam reativando-a como órgão máximo de representação nacional, e, não seria uma entidade ilegal. Ou por outra, não se

⁴⁶ Chaves, Leite. **Discurso pronunciado no Senado Federal** na Sessão de 15 de maio. 1979.

caracterizava como tentativa de reorganizar entidades que tivessem sido dissolvidas por instrumentos excepcionais. Afinal, o presidente Castello Branco via decreto, suspendeu as atividades da UNE por 6 meses. O Ministério Público, na época, pediu junto a uma das varas públicas do Rio de Janeiro, uma ação dissolutória, sendo que o juiz responsável negou o pedido alegando que a UNE não existia legalmente, não sendo possível dissolver o que não existia.

Vale destacar que o Senador Leite Chaves, era ex-militante do movimento estudantil nacional, e um dos políticos que naquele momento se colocava favorável a reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE. É claro que nem todos os políticos brasileiros comungavam dessa idéia, para Chartier, “as representações do mundo sociais assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. [...] o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”⁴⁷

A UNE conseguiu, em 29 de maio de 1979, fazer a abertura do seu primeiro congresso após o incidente de 1968, quando a polícia prendeu os congressistas e inviabilizou o que seria o 30º encontro da entidade, na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo. Em Salvador, no centro de convenções cedido pelo então governador Antonio Carlos Magalhães, mais de cinco mil estudantes participaram do que ficou conhecido como Congresso da Reconstrução.

Discutiu-se o estatuto da entidade, a sua carta de princípios e a eleição da nova diretoria, tendo sido eleita uma diretoria provisória e, a eleição da diretoria definitiva, marcada para o mês de setembro. A diretoria provisória funcionaria como um Conselho, composto por representantes dos DCE's das Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Brasília, Pará, PUC do Rio de Janeiro e da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. A UNE estava reconstruída e saía da clandestinidade, embora ainda não reconhecida pelo governo.

⁴⁷ CHARTIER, op. cit .1988. p.17.



Figura 11- Fonte: Capa da Revista Veja, de 16/10/68 sobre o 30º Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

No entanto, as decisões do congresso de Salvador, pareciam longe do consenso.

Muitos foram os mal entendidos, inclusive colegas chegaram a chamar nossa proposta de "eleição indireta", semelhante á do regime; a dizer que a diretoria seria "biônica", um "conchavo" e que ela cairia sobre a cabeça dos estudantes como um pacotão. Todos os termos grifados foram criados por nós mesmos para desmascarar e ridicularizar as formas que a ditadura apresentava para agredir o povo brasileiro. Achamos que não pode ser considerada assim a nossa proposta não seria uma entidade eleita livre e democraticamente pelos estudantes da UFBA, a se assemelhar ás forças reacionárias que se mantem no poder á custa da violência e do arbítrio eleição direta é aquela em que todos têm condições de votar em seus representantes seja em assembléias ou em urnas. Feito, isto cada votante poderá delegar poderes a alguém que vá defender seu voto adiante. Foi assim que se processaram todas as eleições das diretorias da UNE desde o começo de sua historia. Elas refletiram o avanço ou o atraso do movimento estudantil em cada época, mas significaram o desejo da maioria a diretoria não seria "biônica", pois ela seria indicada pelos estudantes segundo o grau de representatividade que tivessem nos diversos estados conchavão se faz abrindo mão de principios e isso não ocorreu em nenhum momento. Ao se compor uma chapa para dirigir os estudantes nacionalmente é preciso que se leve em conta as forças políticas representativas de fato em cada estado

ou universidade, buscando com isso a unidade dos estudantes. Todos sabem que existem diferentes formas de pensamento e de atuação nas universidades, mas é preciso que se procure o que nos aproxima, o que interessa a maioria, para canalizar forças contra o inimigo que é forte. E finalmente a diretoria não seria um pacote, pois seria composta a partir dessa escolha dos estudantes e não embrulhado num gabinete qualquer do planalto.⁴⁸

Ao longo do encontro, o formato das eleições para eleger a nova diretoria da UNE foi um ponto polêmico e conturbado. Os diretores do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia eram defensores da proposta que seria vencedora no final, eleições no segundo semestre de 1979, com urnas espalhadas por todas as universidades e faculdades do Brasil. Mas esta proposta não era a única, havia aqueles que defendiam as eleições em um congresso dos estudantes e, por isso, acusavam a proposta vencedora e a eleição da diretoria provisória, de biônica⁴⁹, conchavo e pacote. Arthur Poerner comenta o encerramento do 31º congresso da UNE,

O congresso pôde, então, ser concluído com pronunciamento emotivo do ex-vice-presidente e futuro deputado federal José Genoíno (PT-SP), enquanto ainda ecoavam slogans como “na base, agora não houve discussão, diretoria, agora, é um puta pacote” e “abaixo o cupulismo / viva o socialismo”, alguns tentavam entoar o Hino da UNE, de Carlos Lira e Vinicius de Moraes, e outros berravam “a UNE somos nós, nossa força nossa voz”. Terminada a longa e acidentada travessia de Ibiúna a Salvador, a UNE rompia as barreiras da proscricção [...] representando mais de 1,3 milhões de universitários, era a primeira entidade nacional de massa a se reestruturar.⁵⁰

Sobre o congresso da reconstrução, encontramos nas fontes consultadas uma discordância se aquele foi o 30º Congresso da UNE ou o 31º. A questão deriva do ano de 1968, quando os estudantes tentaram realizar o 30º encontro e este foi interrompido pela polícia. Para quem o considera como tendo sido realizado, o de 1979 foi o 31º, mas, outros acham que de fato só ocorreu em 1979, portanto, o 30º.

⁴⁸ 31º CONGRESSO – UNE. **Boletim dos estudantes da Bahia/beba**. Diretório Central dos Estudantes da UFBA. Salvador, jun. 1979, p. 2

⁴⁹ A expressão biônico faz parte de um conjunto de medidas que ficou conhecido como “Pacote de Abril”, decretado em 1977 pelo presidente da República Ernesto Geisel, onde entre outras decisões, definia que os dois senadores que iriam representar cada estado brasileiro, um seria eleito pelo voto direto e o outro seria escolhido de forma indireta, por isso ficaram conhecidos como “senadores biônicos”.

⁵⁰ POERNER, op. cit. 2004, p.290.

O ano de 1979, contou com a conquista da Lei de Anistia para presos políticos e exilados. Anistia que não foi tão “Ampla, Geral e Irrestrita”, como pedia a sociedade civil, ou como uma das campanhas a serem levadas pela UNE durante o ano de 79, decidida no 31º congresso dos estudantes. Afinal, a punição pedida para aqueles que cometeram atos de tortura em nome da Segurança Nacional, foi excluída da lei, fazia distinção entre os tipos de crimes cometidos e não reconhecia os cargos ou patentes perdidos pelos punidos ⁵¹.

Na verdade, a idéia de anistia era bem mais antiga no país, a partir de 1977 se tornou a principal bandeira das manifestações estudantis e passou a atrair cada vez mais vários segmentos da população. Em fevereiro de 1978, foi formado o Comitê Brasileiro pela Anistia e, em seguida, surgiram outros comitês em alguns estados brasileiros.

Dom Paulo Evaristo Arns, um dos mentores do Movimento Brasileiro pela Anistia, disse, em entrevista, no ano de 2004, sobre o regime militar, se sentia insatisfeito com o modelo de anistia que chegou ao Brasil em 1979, para ele foi uma solução pela metade, porque mataram torturando e esse é um crime inafiançável. “Quem mata calmamente, friamente, tem de sofrer um processo e tem de sofrer também as conseqüências do seu ato”. ⁵²



Figura 12: O Presidente João Batista Figueiredo em sua difícil missão de condução do processo de “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, 1979
Fonte: **Jornal Enfim**, p. 32, set. 1979.

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵² ARNS, Dom Paulo Evaristo. Amanhã, na batalha, pensa em mim. **Revista Cult**, São Paulo, n. 78, p. 60, mar., 2004

As insistentes greves dos operários do ABC paulista e mesmo dos estudantes, demonstravam a mobilização como uma possibilidade de pressionar dentro daquele contexto, e a greve é praticamente “institucionalizada” como o grande instrumento de luta a ser explorado na década de 80 que se iniciava, principalmente, pelo movimento estudantil. A reconstrução da UNE, nesse mesmo ano, é mais um acontecimento que ajuda a definir o ano de 1979 como um dos marcos dessa história, a UNE mesmo ainda não legalizada, sai da clandestinidade em suas atividades, participa das grandes lutas nacionais, ganha visibilidade e destaque na imprensa e o apoio aberto de alguns políticos de oposição ao regime militar vigente no país.

É notória, a força que todos esses fatos carregaram para o ano de 1979 no Brasil, e para o ME. Entretanto, faz-se necessário considerar a descontinuidade e as diversas expressões dos movimentos estudantis por todo o país.

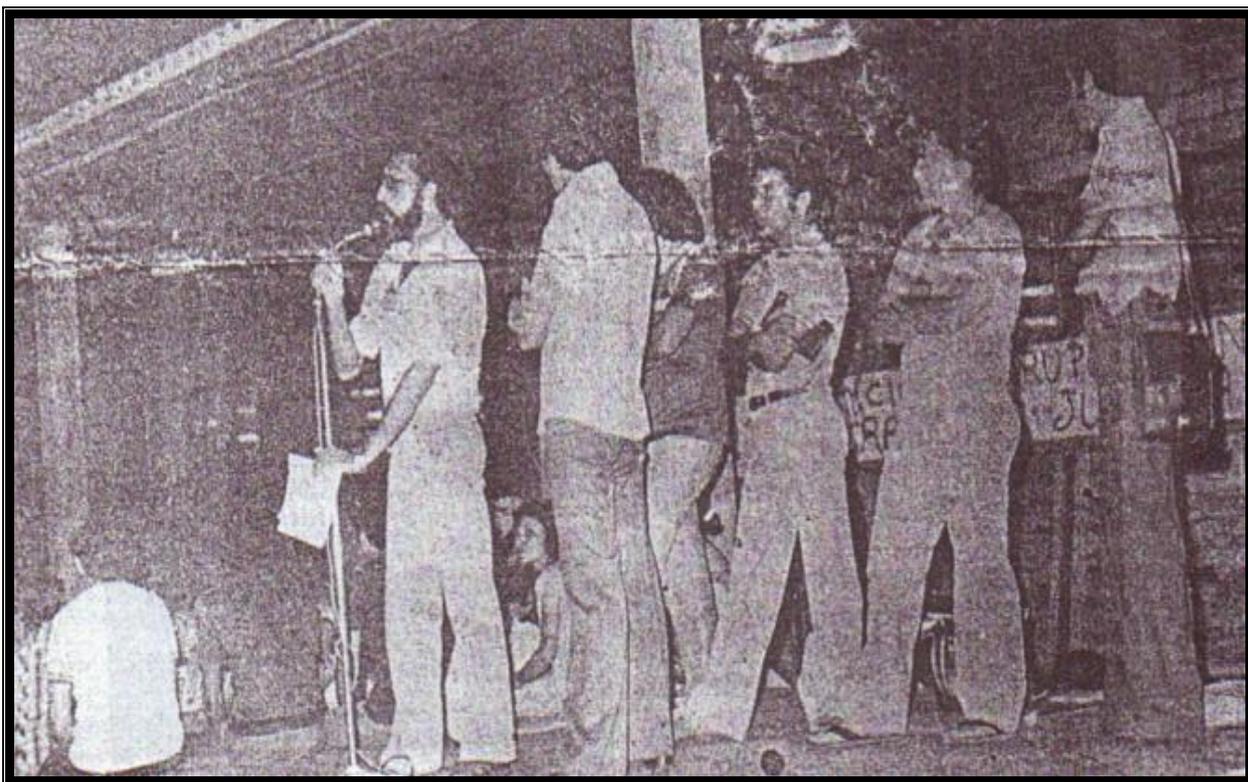


Figura 13: Comício dos Estudantes / Encerramento da Campanha Eleitoral para o DCE – UFPI 1979
Fonte: **O Estado**, Teresina, p. 5, 23 maio, 1979.

Há, assim, por exemplo, representações diferenciadas sobre o significado do ano de 1979 para o Movimento Estudantil. Sem dúvida, nas fontes consultadas o ano é festejado como um dos marcos do movimento em Teresina.

Sobre o ME em Teresina no ano de 1979, por quem nele militou,

O ano de 1979 constitui um marco importante na história do movimento estudantil e na história social e política do país. Em maio de 1979 são revogados os decretos 477 e 228, criados para reprimir a subversão no ensino superior e impedir a livre organização dos estudantes e acontece a reconstrução da entidade máxima dos estudantes brasileiros, a UNE, em cujo congresso de reconstrução contou com uma delegação significativa de estudantes piauienses.⁵³

E por alguém que nele teve uma longa militância,

O ano de 1979 marcou fundamente a história do Brasil pelo que ocorreu de mobilização popular. Grandes greves em São Paulo, a agitação em torno da reconstrução da UNE, a luta pela anistia e o fim do AI-5, a reunião da SBPC em Fortaleza, a rebelião pela meia passagem em São Luís do Maranhão, tudo se dando sob o pano de fundo da vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, confirmam o clima reinante naqueles dias. **A sensação que se tinha era de estar tomando a história nas próprias mãos e construindo das cinzas da ditadura um novo país. Não era pouca coisa sentir-se personagem desse histórico ano, que mais parecia a continuação de 1968, o ano que para os verdadeiros combatentes, como sugere Zuenir Ventura, ainda não tinha terminado.** [grifo nosso]⁵⁴

Notadamente, são reflexões arraigadas a determinadas representações, quer seja do ano de 1979 como sinalizador do processo de abertura política dentro do regime militar no Brasil, ou do ponto de vista dos anos sessenta enquanto expressão da força política organizada da juventude brasileira. Particularmente, do celebrado ano de 1968, cujo fascínio sobrevive na atualidade em alguns discursos acerca do ME.

Nesse sentido, outra ex-liderança do Movimento Estudantil universitário em Teresina, assim se refere, “A partir de maio de 1979 ocorreram alterações significativas. O ponto de partida foi a vitória da chapa Travessia [...]. Essa gestão do DCE, a primeira de conteúdo democrático [...]”⁵⁵ O ano de 1979 é também

⁵³ ALMEIDA, op.cit.1995, p.16.

⁵⁴ SANTOS NETO, op.cit. 1994, p. 55.

⁵⁵ LOPES Marcos. A história recente do movimento universitário piauiense. **Almanaque da Parnaíba**, 60ed. Parnaíba- PI, p.106, 1985.

destacado por um historiador que analisa a história do Brasil, “Ainda em novembro do importante ano de 1979, uma nova legislação partidária foi aprovada [...]”⁵⁶

É plausível refletir que cada representação aponta para um lugar de sujeito que possibilita e justifica ao mesmo tempo, as construções que são elaboradas por esse sujeito. A esse respeito, é interessante também, a fala de quem militou no ME nacional,

A volta dos estudantes às ruas somente se daria em março de 1977, reforçando e intensificando, consideravelmente, a luta contra a ditadura. [...] Problemas como esse contribuíram, em 1977, para engrossar o caldo de protestos [...] Outro centro de irradiação das manifestações de 1977 era a Universidade de Brasília, a primeira em que os estudantes promoveram uma greve geral por tempo indeterminado [...] 1977 não chegou a ser como 1968, “o ano que não terminou” do livro de Zuenir Ventura: acabou em setembro, para as eleições acadêmicas e para as provas finais.⁵⁷

Temos visivelmente neste fragmento, um deslocamento de sentido, do ano de 1979 para o ano de 1977, dentro da década de setenta. Para o autor, 1977 teria sido o ano que após Ato Institucional n. 5 (AI-5/1968), a Lei Suplicy de Lacerda e outras legislações que atingiam diretamente a liberdade de ação do movimento estudantil, quando de fato o movimento volta a ganhar visibilidade. Os primeiros anos da década de 1970, segundo ele, tivemos apenas tentativas e ações isoladas dentro do ME nacional.

Há, também, análises que pontuam o ano de 1979 como evidenciador dos primeiros sinais de desarticulação do Movimento Estudantil no Brasil,

Apesar de a UNE ter sido reconstruída em 1979, o movimento estudantil, nessa época, já começava a apresentar sinais de declínio e, desde então, assistimos a uma crescente despreocupação e desarticulação dos estudantes. No entanto, quase sempre, quando pensamos em Movimento Estudantil nos vêm à cabeça as grandes manifestações do final da década 60 e início da década de 70, quando os estudantes lutavam contra a Ditadura Militar. Isso com a maioria das pessoas, afinal, o Movimento Estudantil das décadas de 60 e 70 acabou se tornando um mito e modelo a ser seguido. No entanto, sabemos que o novo contexto não comporta mais esse modelo de movimento, que só se caracterizou como tal num determinado momento histórico em que a situação política e econômica do país oprimia e, ao mesmo tempo, impelia os jovens a lutarem contra as arbitrariedades do regime militar.⁵⁸

⁵⁶ NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998, p. 81. (Discutindo a História do Brasil)

⁵⁷ POERNER, op.cit. 2004, p. 279-284-285-286.

⁵⁸ BARBOSA, Andreza. A (des) articulação do movimento estudantil: décadas de 80 e 90). **Educação: Teoria e Prática**, v. 10, n.19, p.6, jul.dez.2002

Bem, o texto ressalta, sobretudo, que no ano de 1979, o ME se apresenta de forma desarticulada. Considera o movimento da década de sessenta construído como um determinado modo da juventude atuar na sociedade e, portanto, um risco para as análises comparativas, todavia, termina a autora na compreensão de que o fim da ditadura militar, ou os seus primeiros sinais de crise, foram elemento que favoreceram essa desarticulação. Alguns autores compartilham essa representação, a ausência da ditadura militar no Brasil, teria retirado a razão maior da atuação do Movimento Estudantil, percebendo a partir do ano de 1979 a falta de sentido coletivo da ação estudantil, sem o regime de exceção os estudantes perderam o foco da luta, porque fora a ditadura que lhe dera sentido e visibilidade dentro da sociedade.

Assim, pode-se observar múltiplos sentidos para o ano de 1979, várias visões, esforços de compreensão dos movimentos dos estudantes brasileiros em espaços e temporalidades, em Teresina, faz-se necessário pensar as articulações nas experiências vividas, suas especificidades. Como afirma Ricouer ⁵⁹, o tempo humano é aquele articulado na narrativa, e a narrativa só é significativa quando demonstra traços da experiência temporal, a construção das práticas sociais, não fogem de um espaço e de um tempo.

O General João Baptista Figueiredo assumiu a presidência do Brasil no início de 1979 até 1985, sendo o último presidente do regime militar. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações-SNI, e, como mais uma das incongruências ocorridas no país, sairia do cargo para concretizar o que a ditadura chamava de abertura política iniciada com o seu antecessor, o general Ernesto Geisel. Este colocava nas mãos do seu sucessor a missão de “fazer desse país uma democracia”.

Figueiredo ficou marcado pelas frases exageradas que construía de quando em vez, como, por exemplo, afirmar que preferia o “cheiro dos cavalos ao cheiro do povo” ou, “Não posso obrigar o povo a gostar de mim”, e “Sou o que sou, não vou mudar para que o povo goste”. Dono de haras, era mal humorado e agressivo no discurso. Dias antes de assumir a presidência, um pichador anônimo escreveu no muro de uma residência na cidade de São Paulo: “A presidente dado não se olham

⁵⁹ RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. v.1, Campinas, SP: Papyrus, 1994, p.15.

os dentes”, alusão irônica ao método de eleição via Colégio Eleitoral e à paixão confessa do novo presidente por cavalos.⁶⁰

Apesar do discurso de abertura política do regime militar, o governo reforçava a repressão aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, intervinha em sindicatos, fazia novas ameaças a entidades estudantis e mantinha intacto o aparato repressivo do regime. Dentre as várias reivindicações da sociedade nesse momento, deparava-se com o desejo da plena liberdade partidária, através do pluripartidarismo.



Figura 14- Fonte: **Jornal Unidade**, p. 2, UNB, nov.1979.

Em novembro de 1979, uma nova legislação partidária foi aprovada no Brasil, acabando com o bipartidarismo. Até então, reconhecia-se legalmente no Brasil apenas a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), eram os partidos que representavam respectivamente, o governo e a oposição. Nas universidades as forças políticas eram inúmeras, chamadas genericamente de tendências, umas com mais e outras com menos visibilidade de atuação e algumas consideradas representantes de partidos políticos clandestinos. No geral, as desavenças dentro do Movimento Estudantil – ME universitário, eram comentadas como disputas entre as tendências que se apresentavam,

⁶⁰ JATOBÁ, Roniwalter. **A crise do regime militar**. São Paulo: Ática, 1997, p. 21. (Retrospectiva do Século XX).

A Libelu, uma das mais influentes, de coloração trotskista [...] Unidade, a principal do Rio de Janeiro, que reunia o PCB e o MR-8 [...] Mutirão, que abrigava as tendências Caminhando (PC do B), Refazendo (Ação Popular e Marxista Leninista, a APML, em que se transformara a AP) e a pernambucana Correnteza (PCR – Partido Comunista Revolucionário), [...] Havia outras tendências de cunho mais regional, como Viração, Sangue Novo, Estranho no Ninho, Ovelha Negra, Debate e Ação, Resistência [...]⁶¹

A existência de grupos políticos no movimento estudantil, segundo Poerner⁶², fica evidente quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Os debates na UNE, se dividiam entre o grupo que apoiava a entrada do Brasil ao lado dos Aliados, e o que defendia o apoio ao Eixo. Os grupos se definiam por posições assumidas sobre questões conjunturais ou por lugar de atuação no ME, por regionalismos. Somente a partir da década de 1950, esses grupos passaram a ter influência de partidos políticos, o que não excluía os partidos considerados de direita.

Com o golpe militar de 1964, os partidos políticos foram extintos no Brasil com o Ato Institucional nº 2 (AI – 2) de 1965, no ano seguinte com o sistema do bipartidarismo, passaram a existir apenas o MDB e a ARENA, Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora Nacional, respectivamente. Isto explica a proliferação de inúmeros grupos políticos e partidos que tentavam se manter na clandestinidade atuando no cenário político.

Em Teresina, as lideranças estudantis eram sempre identificadas com alguma tendência ou partido político, algumas soavam positivamente, outras eram consideradas verdadeiras acusações, querelas às vésperas de eleições estudantis,

A política universitária está se transformando, porque muitos estudantes não a fazem com seriedade, nem com respeito aos adversários, pelo menos é o que está acontecendo agora com as minhas chapas adversárias. A afirmação é do candidato a presidência do Diretório Central Estudantil da Universidade Federal do Piauí, [...] que esteve na redação deste jornal na tarde de ontem, para dizer que não vem sendo apoiado pelo Centro de Estudo da Juventude Arenista (Cejapi) como foi denunciado.⁶³

⁶¹ POERNER, op. cit .2004, p. 286 – 287.

⁶² Ibidem, 2004.

⁶³ FONSECA nega apoio da Arena Jovem nas eleições. **O Estado**, 17 maio. 1979, p. 7.

Outras denúncias eram mais enfáticas e agressivas na UFPI,

[...] também está sendo acusado por Cacá, de pertencer a uma organização fascista mais conhecida como Convívio, que é ligada a TFP (Tradição Família e Propriedade), que no ponto de vista do universitário é a organização responsável pelos atos de terrorismo de direita que vem sendo implantado no Brasil e que [...] não passa de um enganador de estudantes e um verdadeiro fascista.⁶⁴

Obviamente que o ME universitário em Teresina não estava dissociado de partidos políticos e grupos, inclusive, ao longo da década de 1980, os que militavam na UFPI, eram identificados como petistas ou tribuneiros. Os petistas porque eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), surgido no início de 1980, e os tribuneiros (alusão em função da venda do Jornal Tribuna Operária do partido na universidade), eram os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

A troca de acusações entre candidatos em período de campanha para eleições estudantis na UFPI, era estratégia que visava tirar votos dos candidatos ou inviabilizar sua candidatura, preferencialmente, bem próximo da eleição, diminuindo suas chances de defesa. A prática, que era bastante comum, desencadeava uma invasão na vida pessoal e estudantil daqueles que lançavam seus nomes. Criava assim, um certo suspense em véspera de pleito, em torno das prováveis acusações que, por ventura, poderiam ser apresentadas. As acusações, em geral, tinham conteúdo político, ligações do candidato com a reitoria, com o partido que representava o regime militar (no caso a ARENA) ou a algum grupo político de tendência direitista, no caso da fonte acima, a Tradição, Família e Propriedade (TFP), que era deliberadamente uma organização anticomunista. Bradar que o candidato era um pelego (de direita), era uma denúncia fortíssima.

Parte das lideranças que militavam no ME em Teresina, como no restante do país, participavam de partidos políticos que partilhavam do projeto político de sociedade que sonhava com a derrubada do sistema capitalista e com a chegada do socialismo, essa era a grande utopia. Diferenciavam-se na forma de como conduzir esse projeto que dependia da orientação política que tinham, através da revolução armada e sangrenta ou, de processo lento e pacífico de conscientização da população.

⁶⁴ LÍDER jovem diz que a greve foi farsa. **A Hora**, 19 set., 1980, p. 2.

E as acusações, eram verdadeiras? Procediam? Ou não passavam de armações engendradas nas reuniões sigilosas em que arquitetavam como chegar ao poder? Seja como for, é preciso dizer que o ME na UFPI, naquele momento, não era constituído na sua totalidade apenas por estudantes que militavam em partidos ditos de esquerda, tampouco é correto afirmar, que ali, as visões de mundo advinham apenas do Partido dos Trabalhadores (PT) ou do Partido Comunista do Brasil (PC do B), aliás, ilegal e atuando na clandestinidade no Brasil naquela época.

Estes tiveram mais domínio da cena estudantil, ganharam mais visibilidade e registros, no entanto, estudantes ligados a partidos chamados de direita, a grupos políticos de orientação socialista diferenciada e, também, aqueles que pregavam a isenção política partidária dentro do movimento, apesar de numericamente pequenos, faziam parte daquele cenário, participaram da construção daquelas práticas. Impossível é pensar que esses singulares não tinham suas práticas imbricadas em outras práticas, influenciando e sendo influenciados. Talvez aí se delineie um novo objeto ou problema de pesquisa, as práticas e representações do movimento estudantil em um dado tempo na UFPI, destes outros grupos que ainda não tiveram passado construído, ou mesmo, das representações do ME para aqueles estudantes que não militaram no movimento.

Forachi, analisando o ME nacional em 1977, afirma que “Cabe mencionar, ainda, os chamados “independentes”, que embora não constituam um grupo organizado, atuam em todas as unidades estudantis.”⁶⁵ Os “independentes” como grupo atuante, existem até hoje no movimento estudantil. A autora analisa que esses jovens tinham dificuldades em assumir compromissos e perderem sua independência, estando mais preocupados com questões pessoais e menos com os destinos políticos do país. Seria a mesma situação da intelectualidade brasileira, o radicalismo neutro, aberto ao discurso oposicionista, mas sem nenhuma posição política definida, assumida.

Na análise de Bourdieu, o movimento estudantil está inserido no político, é da sua natureza e, no espaço político, acontecem disputas de posições,

⁶⁵ FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1977, p.228.

O campo político é o lugar em que se geram, as concorrências entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, nas análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, são reduzidos ao estatuto de consumidores.⁶⁶

No ME universitário teresinense, algumas ex-lideranças chegavam a candidatar-se a cargos na política partidária, o que gerava críticas e desconfianças,

Você que chega e que pode ser alguém consciente (entende o mundo, e o Brasil, a importância do movimento estudantil, a necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita, de uma distribuição justa das riquezas nacionais) ou alguém alienado [...] porque na nossa realidade os diretórios são vistos, comumente, como meio de galgar posição de destaque como forma de enriquecer currículo, são vistos [...] como trampolim para uma futura carreira política (politiqueira). O nível da campanha eleitoral de 78 foi, sem dúvida, muito coerente com o nosso medíocre movimento estudantil. [...] Neste caso nova eleição obrigatória será realizada, [...] e você, calouro, é uma das novidades [...] encare seu voto com maturidade e inteligência, procure conhecer os candidatos [...]⁶⁷

Marcar um período de diferença nas entidades estudantis em relação a diretoria anterior, estudantes que faziam parte de partidos políticos e aqueles que defendiam a isenção político – partidária dentro do movimento, eram posições que perpassavam por aquele espaço de expressões estudantis. Para a teoria marxista, no campo da política não existe neutralidade, todo grupo organizado revela interesses, quer sejam pessoais ou coletivos. Dessa forma, era difícil aceitar por exemplo, os “independentes”, que eram tidos como alienados ou elementos de direita infiltrados no ME, não era o próprio Lênin que afirmava ser o apartidarismo um conceito burguês? Na verdade, as formas dominantes de pensamento tentam cercar a liberdade daqueles que tentam situar-se para além dos lugares que lhes são reservados.

⁶⁶ BORDIEU, Pierre. O tempo e o espaço no mundo estudantil. In: BRITO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 164

⁶⁷ DIRETÓRIOS trampolim para oportunistas? Ou expressão viva da consciência estudantil? **Jornal do Calouro**, DCE, Teresina, 1979. Não paginado.

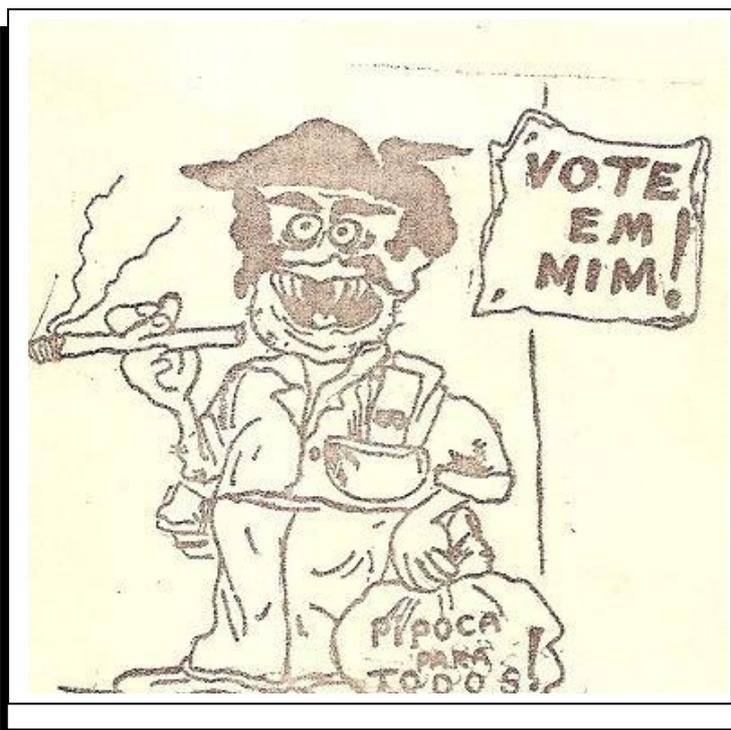


Figura 15: Crítica aos estudantes que usavam o Movimento Estudantil como trampolim para a política partidária.
Fonte: **Jornal do Calouro**, Teresina, DCE, 1979.

Essa visão de mundo predominante nos remete a Chartier,

Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e pontilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar – se inteligível e o espaço ser decifrado. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.[...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tanta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.⁶⁸

São, portanto, as representações daqueles estudantes que atuavam no movimento estudantil que justificam suas relações com o outro, ou como viam aqueles que não compartilhavam de suas idéias.

Marcos Lopes, analisando o ME na UFPI no ano de 1979,

⁶⁸ CHARTIER, op.cit. 1998, p. 17.

Até meados do ano de 1979, o movimento estudantil universitário estava entregue a líderes comprometidos com a reitoria e as classes dominantes locais, preocupados, em explorar a sua condição de representantes estudantis em proveito das ambições pessoais. [...] Poucos meses após a posse da nova diretoria, o DCE foi desatrelado do aparelho administrativo da UFPI, através da aprovação, em assembléia geral, de novos estatutos, de caráter democrático. A nova diretoria organizou o envio da delegação piauiense ao XXX Congresso Nacional dos Estudantes Universitários, o famoso congresso da reconstrução da UNE, realizado no mês de maio, em Salvador, onde milhares de estudantes de todo o país puseram de pé, após um recesso forçado de dez anos, esta entidade tão querida da juventude do povo brasileiro. Essa gestão do DCE, a primeira de conteúdo democrático, deixou aos estudantes e a futuras administrações duas grandes heranças: o jornal "UNHA DE GATO", já tradicional na universidade, e o FEMP (FESTIVAL ESTUDANTIL DE MÚSICA POPULAR), que se realiza anualmente, procurando oferecer espaço á musica e aos artistas piauienses.⁶⁹

Marcos Lopes foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), de 1983 a 1984, tendo sido eleito com a chapa Viração. O DCE em Teresina foi fundado em 1976, o Reitor, Professor Camilo Filho ⁷⁰, tomou a iniciativa, inclusive da elaboração do estatuto, escolha dos diretores e, posse. A entidade nascia tutelada e submetida à burocracia universitária. Anteriormente, em 1974, foram criados os Diretórios Setoriais que eram representações estudantis mais amplas que os antigos Centros Acadêmicos (CA's), que eram representações específicas dos alunos por cursos. Os DS's, representação por Centro de Ensino, portanto, dos cursos que integravam aquele centro, eram fortemente controlados, fiscalizados e direcionados pela administração superior. O Diretório Setorial Cromwell de Carvalho, do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), e o Diretório Setorial 7 de Abril do Centro de Ciências da Saúde (CCS), foram os primeiros a serem criados.

São fragmentos do Estatuto do Diretório Setorial Cromwell de Carvalho,

⁶⁹ LOPES, Marcos. op.cit. 1985, p. 105-106.

⁷⁰ José Camilo da Silveira Filho foi professor catedrático de história da educação no ensino médio em Teresina, professor da Faculdade Católica de Filosofia e reitor da UFPI no período de 1976-1981. Secretário de Finanças do Estado do Piauí (1962), Chefe da Casa Civil do Governador do Piauí (1963-1966) e Secretário do Governo do Piauí (1987). Membro do Conselho Estadual de Educação e das Academias Mafrensina e Piauiense de Letras. Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação em Brasília-DF (1987-1989). Dirigiu alguns jornais em Teresina e publicou várias obras como historiador.

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO – SEDE – OBJETIVOS

Art. 2º – Compete ao Diretório:

e) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo visando à complementação e o aprimoramento da formação universitária;

i) cobrar de seus associados uma taxa anual, no mês de maio, de 5% (cinco por cento) sobre o salário mínimo regional, como contribuição às metas do Diretório.

Art. 3º – Ao Diretório Acadêmico é vedado:

a) unir – se a agremiações políticas ou defender interesses de natureza político – partidária, religiosa ou racial;

c) incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares;

Parágrafo único – A inobservância deste artigo poderá importar na suspensão ou destituição da Diretoria, pelo Diretor do CCHL.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º – Compete à Assembléia Geral

c) deliberar, através de votação direta, sobre assuntos que não sejam da competência da Diretoria do CCHL, do Conselho Departamental ou da Reitoria da Universidade.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA

Art. 15 – A Diretoria será eleita pelo voto direto e obrigatório dos associados.

Parágrafo único – A posse da Diretoria ocorrerá na segunda quinzena do mês de março, com a presença do Diretor e Chefes de Departamentos do CCHL.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO ELEITORAL

Parágrafo único – É vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 23 – As eleições serão realizadas em um só dia dentro do horário de atividades escolares, no recinto universitário, em data fixada pelo Magnífico Reitor.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo único – As reformas aprovadas em Assembléia Geral deverão ter homologação pelo Conselho Departamental do CCHL.

Art. 36 – O presente Estatuto, aprovado pelo Conselho Departamental, entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Teresina – Pl, 03 de abril de 1974 – MANFREDI MENDES DE CERQUEIRA, Diretor do CCHL, substituto, e Presidente do Conselho Departamental.⁷¹

Com este estatuto, ficava tudo oficialmente preparado para o controle dos estudantes na direção da entidade. Feriado universitário em dias de eleições, o voto obrigatório, o aluno que não comparecesse era punido com suspensão o que poderia complicar sua vida acadêmica. Submetidos ao Diretor do Centro, este e outros diretórios que na seqüência serão criados, tinham funcionários que

⁷¹ **ESTATUTO do Diretório Acadêmico “Cromwell de Carvalho”**, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 1974

pertenciam ao quadro administrativo, como qualquer outro setor da universidade. Comentava-se que a correspondência destinada a essas entidades, era fortemente controlada, passavam primeiro pela segurança e, o chefe da segurança, decidia o que seria ou não, entregue. A alínea c, do Art. 9º, deixa claro o poder de deliberação das assembléias realizadas pelas entidades. Sobre violação de correspondência, localizamos a seguinte denúncia,

[...] denunciou ontem que está havendo violação nas correspondências daquele diretório. Ele atribui ao órgão de segurança da Universidade [...] anunciou para a próxima reunião dos diretórios setoriais e central da Universidade e com a reitoria, um relato completo da situação sobre a violação [...] ao reitor José Camilo da Silveira Filho [...] caso contrário, pode levar o diretório a um rompimento total com a Reitoria, tornando-o livre.⁷²

No primeiro semestre de 1979, foram realizadas eleições na UFPI para o Diretório Central dos Estudantes e para os Diretórios Setoriais. Ainda foram eleições coordenadas pela Pró - Reitoria de Ensino e de Graduação, com o voto obrigatório, universal e secreto, sendo o aluno penalizado com suspensão de até trinta dias, caso não comparecesse para votar. Era elegível o estudante regularmente matriculado que já tivesse cursado pelo menos um período letivo e, inelegível, aquele que tivesse contabilizado três ou mais reprovações no seu curso.

Apesar do controle institucional desse pleito em assembléia geral em 79, os estudantes aprovaram à revelia, um novo estatuto para o DCE. Os Diretórios Setoriais permaneceram e, somente a partir de 1980, começaram a ceder lugar para os Centros Acadêmicos (CA's).

⁷² ESTUDANTE denuncia violação de cartas em diretório da FUFPI. **O Estado**. Teresina, p. 4, 2 ago.1979.



Figura 16 - Fonte: Capa da Carta Programa da Chapa Travessia que concorreu nas eleições para o DCE/UFPI, Gestão 79/80.

Para o Diretório Central dos Estudantes concorreram três chapas, Travessia, Manifesto e Debate e Ação. No entanto, poucas horas antes do pleito, a Travessia teve o seu candidato à presidência considerado inelegível. Segundo a comissão, o aluno Antônio Fonseca Neto teria reprovações excessivas no curso de História. O grupo de apoio da chapa alegou que, tendo o candidato matrículas em dois cursos, estava se candidatando pelo curso de Direito e não de História, no qual constavam as reprovações. A impugnação foi mantida, a leitura que ficou e foi divulgada, é que tudo não teria passado de perseguição política. O fato é que a chapa Travessia despontou na contagem de votos e foi eleita para a gestão 1979/1980.

Apesar das eleições estudantis, no ano de 1979, ainda terem sido coordenadas pela administração superior da universidade, a posse dos novos diretores eleitos naquele ano demonstravam novas relações do ME com a UFPI, se comparado com a posse da diretoria do ano anterior.

Foi realizada ontem, às 20 horas, no auditório do campus universitário da Ininga, a posse das novas diretorias do Diretório Central e dos Diretórios Setoriais da Fundação Universidade Federal do Piauí. A solenidade foi presidida pelo reitor José Camilo da Silveira Filho, com a presença dos pró-reitores, chefes de departamentos, professores e estudantes. O governador Dirceu Mendes Arcoverde também esteve presente. O novo presidente do Diretório Central dos Estudantes é o universitário Antônio de Pádua Rodrigues, que cursava Física e Engenharia Civil. Em seguida, às 22 horas baile no Jôquei Clube do Piauí.⁷³

O resultado das eleições para o Diretório Central dos Estudantes no ano de 1979 não foi comemorado com tantas pompas oficiais, mas ganhou as páginas dos jornais locais, um deles publica,

A Pró-reitoria de Ensino e Graduação da Universidade Federal do Piauí divulgou ontem os resultados oficiais nas eleições que, no dia 23 de maio, deram a vitória à chapa "Travessia", que disputava o Diretório Central. [...] Diretório Acadêmico 3 de Março, no campus Ministro Reis Veloso – eleita a chapa encabeçada por José Elmar de Melo Carvalho, que tem como vice-presidente Adrião José Neto; no Centro de Ciências da Natureza foi eleito presidente do diretório José Gomes Neto, sendo vice-presidente Rosa Lina Gomes do Nascimento; para o diretório do Centro de Ciências da Educação elegeram-se Manoel Roque de Araújo Filho, presidente, e Airton José Alves da Silva, vice-presidente; o presidente eleito do diretório do Centro de Ciências Humanas e Letras é Antônio Carlos Resende, presidente, sendo João de Deus Costa, vice-presidente; o diretório setorial do Centro de Tecnologia tem como presidente Reginaldo Rufino Leal e como vice Francisco Luciê Viana; O Diretório Setorial "7 de Abril" do Centro de Ciências da Saúde tem como presidente Marcos Vitor Pereira de Carvalho e Duílio de Sousa Pereira, como vice-presidente; o Diretório do Centro de Ciências Agrárias tem como presidente o estudante Walter Luis Matão Lemos e Jorge Henrique Tourinho como seu vice-presidente. Esse resultado foi comunicado oficialmente ontem, mas não divergiu do que já se conhecia.⁷⁴

Fonseca Neto foi substituído na chapa pelo estudante Luís Castro Barros do Centro de Ciências da Saúde, no entanto, continuou presente na UFPI e acompanhando o processo eleitoral. Tinha – se a sensação e a impressão de que ele permanecia candidato.

As lutas do ME também eram locais, específicas, saídas do cotidiano da vida dos universitários teresinenses. Nem sempre os estudantes estavam com o braço esquerdo erguido, gritando palavras de ordem contra a ditadura militar. Reduzir o preço da alimentação servida no Restaurante Universitário – RU; melhorias na

⁷³ DIRETÓRIO da UFPI recebeu hoje novos diretores. **O Estado**, Teresina, p.4, 17 jun. 1978.

⁷⁴ "TRAVESSIA": vitória confirmada. **O Dia**. Teresina, 8 jun. 1979.

estrutura física da UFPI; concurso público para professores; maior oferta de disciplinas pelos cursos e o fim das taxas pagas pelos serviços prestados pela universidade, eram lutas dos estudantes.

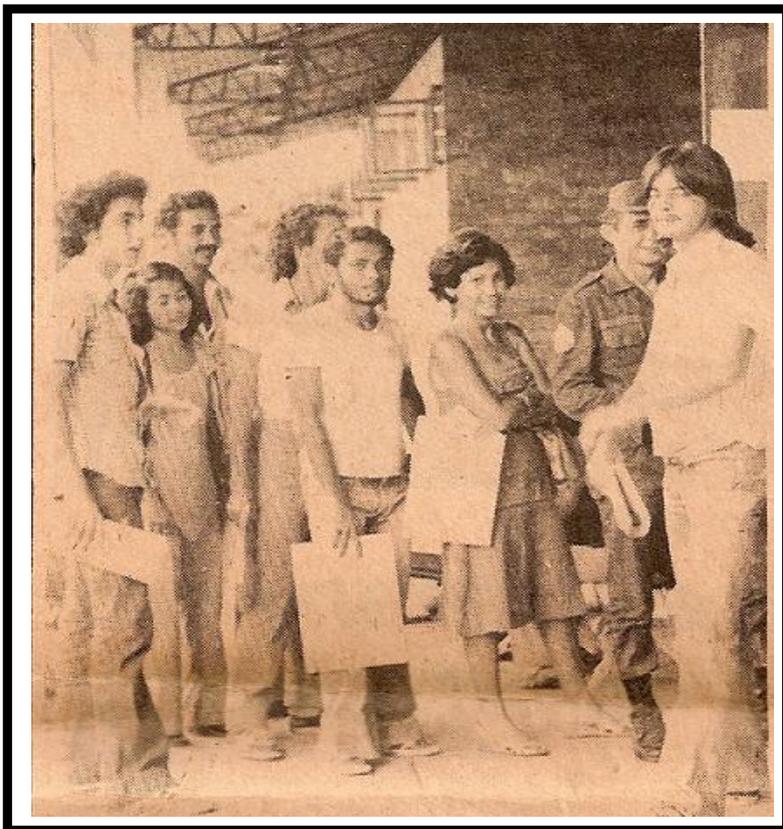


Figura 17: Estudantes na fila de matrícula na UFPI.
Fonte: **O Dia**, Teresina, 25 jul. 1977.

As matrículas nos cursos se davam por disciplinas, o currículo seriado havia sido substituído pelo sistema de créditos herdado da Reforma Universitária de 1968. Com um número reduzido de turmas na oferta, as vagas eram limitadas, formando filas intermináveis nos departamentos, afinal, nem mesmo a efetivação da matrícula era garantia de vaga para o estudante.

Depois da matrícula, a universidade expedia a sua confirmação, logo em seguida, um período para acréscimos e/ou trancamentos, em que o estudante tinha a chance de tentar reorganizar o seu horário de aulas. Esse longo processo em cada uma de suas etapas, inevitavelmente, gerava descontentamento por parte dos universitários.



Figura 18 - Crítica às filas que se formavam na UFPI em períodos de matrículas.
Fonte: **Jornal do Calouro**, Teresina, DCE, 1979.

Essa burocracia que a UFPI não dava conta de resolver, promovia protestos e sarcasmos estudantis. Alguns estudantes nos traços das charges publicadas em jornais, comparavam as filas àquelas que eram rotina em Teresina nos postos de atendimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que revelava no final da década de 1970, a crise que envolvia a saúde pública no Brasil.

Moções circulavam entre os universitários,

Moção de repúdio ao aumento das taxas de refeição

Nós, estudantes presentes ao I Simpósio de Economia Piauiense, tendo em vista um pretendido aumento nos preços das refeições servidas no Restaurante Universitário (RU), repudiamos o referido aumento por entendermos que o mesmo nos onerará ainda mais, no momento em que o nível das nossas necessidades se eleva e as condições financeiras da população brasileira tendem a baixar. Alguns afirmam que a alimentação é barata ao preço de Cr\$ 6,00, opinião que refutamos, pelo fato de que na realidade o MEC cobre, por obrigação, 2/3 do valor real de cada refeição, donde se deduz que o valor da refeição é de cr\$ 18,00 e não 6,00 (seis cruzeiros).

[...] - contra o aumento do preço das refeições.

-abaixo as taxas

-por mais verbas para a educação no orçamento de 1980

-contra o ensino pago

Nota: o DCE estará mudando de sede brevemente. Local: Ao lado da Biblioteca Central ⁷⁵



Figura 19 – Fonte: **Jornal Boca do Estudante**, Alagoas, p. 4, 1979.

Com as negociações, a taxa cobrada pelo Restaurante Universitário – RU, foi mantida, não sofrendo o aumento anunciado pela reitoria. O DCE havia realizado entre os estudantes, um plebiscito onde a pergunta chave era: "O preço da refeição do restaurante deve aumentar"?, Na mesma cédula de votação existia uma segunda indagação, "O ensino deve ser pago?". Vivia-se naquele momento, sob a ameaça do ensino pago nas instituições públicas, particularmente aquelas de ensino superior. A reforma universitária feita no Brasil nos anos iniciais da ditadura militar, demonstrava fortes inclinações privatistas, resultante do Acordo Ministério da Educação e Cultura/Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (MEC/USAID). Essa agência americana destinava verbas e auxílio técnico para

⁷⁵ **MOÇÃO de repúdio ao aumento das taxas de refeição.** Teresina, Comissão Pró-Centro Acadêmico do Curso de Economia, Diretório Central dos Estudantes, UFPI, 1979

projetos de desenvolvimento educacional. Assim, o modelo empresarial norte – americano, era adotado na organização do ensino universitário brasileiro.

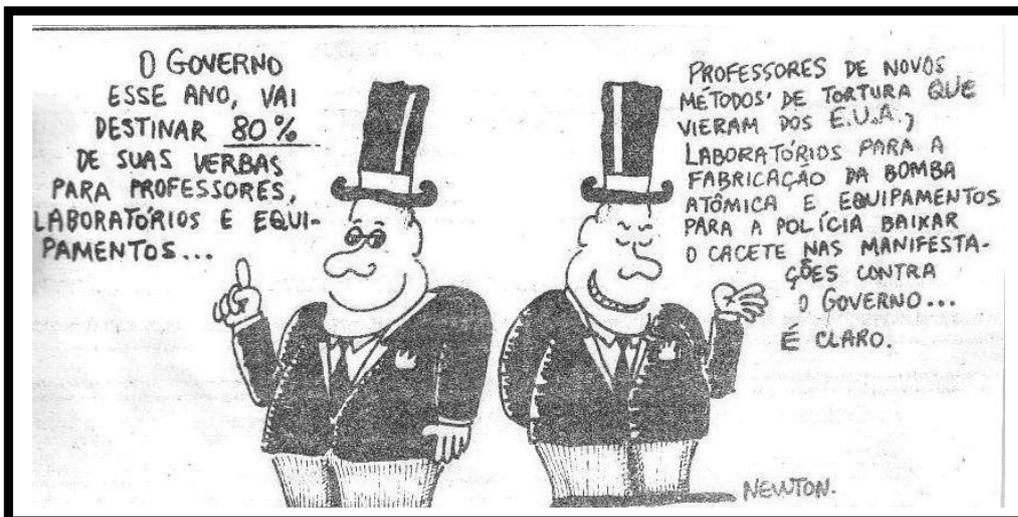


Figura 20 – Fonte: Panfleto do Movimento Estudantil do Rio de Janeiro, 1979.

Numa obra sobre a História do Diretório Central dos Estudantes - DCE, da UFPI, temos uma análise do ME,

Neste primeiro momento de construção e reconstrução das entidades o projeto político do M.E., não é o de busca de uma transformação estrutural que apontasse rumo a uma perspectiva socialista contrapondo-se ao sistema capitalista dominante, mas de luta pelo fim do regime militar, por um governo de democracia popular que envolvesse e ampliasse a cidadania negada a milhões de brasileiros explorados e excluídos do processo político e social.⁷⁶

É importante situar o autor e dizer da natureza da obra, José Dias foi militante do movimento estudantil na UFPI e chegou a integrar nos anos 80, a diretoria do Centro Acadêmico de Ciências Sociais. A obra é comemorativa, como diz no próprio título, dos 15 anos de DCE livre na UFPI, é claro que, desconsiderando o ano de 1976, de sua criação. Tratando do ME a partir do ano de 1979 neste fragmento, deixa claro sua posição sobre a luta do movimento contra o regime militar.

É um contemporâneo falando de um tempo e de um lugar, mas um tempo e um lugar que ele experienciou, e, a partir dessas experiências os representa. René Rémond afirma que “É impossível compreender seu tempo para quem ignora todo o

⁷⁶ ALMEIDA, José Dias de. **Resistência e rebeldia em busca de cidadania - DCE: 15 anos livre na UFPI**. Teresina: EDUFPI. 1995.

seu passado, ser uma pessoa contemporânea é também ter consciência das heranças, consentidas ou contestadas.”⁷⁷

O ano de 1979 aponta como um ano de grandes dificuldades para o ME universitário em Teresina, contava com uma universidade recém – instalada e com problemas que urgiam em soluções e este era o espaço que, sobremaneira, realçava o movimento e o dava a ver. Era um novo espaço a ser praticado, entidades novas, necessidade de mobilização e participação dos estudantes no movimento estudantil, na construção de sua identidade.

Uma das primeiras medidas do presidente João Baptista Figueiredo foi a revogação dos decretos-leis 228/67 e 477/69, dispositivos que de um modo geral, impediam a organização política da sociedade civil, o 477, desarticulava sobremaneira, os movimentos políticos universitários. Diante da revogação, que só, ocorreu em maio de 79, um jornal local comentava sobre o assunto,

O que o estudante universitário piauiense acha do anúncio do governo dizendo que vai acabar com o decreto-lei 477? Na Universidade federal do Piauí o clima se divide entre os otimistas e os pessimistas. Enquanto os primeiros se mostram contentes com a medida, os segundos afirmam que “virá outro mecanismo oficial para substituir o 477”. Quem está com a razão, os pessimistas ou os otimistas? Numa pesquisa de opinião feita por esse jornal, muitos estudantes foram ouvidos. Até mesmo aqueles que não sabem nada sobre o 477, “apenas de ouvir falar”, mas não entendem realmente a finalidade do decreto-lei de 26 de fevereiro de 1969. Da pesquisa entretanto restou uma lição: o estudante universitário de Teresina, hoje, não é mais aquele de há cinco anos, por exemplo [...] eis o texto de 477, na íntegra [...] artigo 1º. Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: 1) alicie ou incite deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento. ([...] 3) pratique atos destinados a organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comício, não autorizados, ou dele participar. [...] ⁷⁸

É notória a classificação dos estudantes em três grupos e um único referencial a que todos são submetidos. Essa visão totalizante é criadora de hierarquias, os melhores e o piores. Consta, no texto, o sentido de ser jovem que rotulou toda aquela geração dos anos 1960 e 1970, jovem: revolucionário, audacioso, capaz de mudar o mundo. É importante a compreensão das

⁷⁷ RÉMOND René. (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2 ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.30

⁷⁸ ESTUDANTES comentam sobre o 477. **O Dia**, Teresina, 1979.

representações que são feitas acerca da juventude ao longo da história para analisar suas práticas, mas, é preciso atentar para as que a aplicação de modelos pode gerar, além do eterno saudosismo ao que já foi, aos que já passaram.

A propósito, Renato Janine afirma que hoje o estatuto do jovem mudou, não mais pautado na vertente revolucionária subversiva,

Hoje a participação dos jovens não chama a atenção como no passado. Falando-se dos jovens de 1968 ou de 1984, a primeira imagem que virá (ou que vinha) ao espírito é a das pessoas na rua; a maior parte deles podia ter outros sonhos, mas a imagem é essa – que não é a que se tem dos jovens atuais, quando a ênfase parece estar em outras relações, mais grupais, menos totalizáveis, de vínculos que vão e vêm, de experiências. [...] O pensamento totalitário casou um enorme mal ao século XX. Por isso, não é nada mau que hoje ele esteja em decadência, isto é, não só que seja contestado teórica e politicamente, mas também que tenha saído do horizonte central da juventude. Contudo, é claro que a ênfase só no grupo, e por vezes no grupo efêmero, pode tornar pobre o horizonte de vida.⁷⁹

Janine considera que essa ênfase no experimental e o crescente desprezo pela totalização que marcou profundamente o pensamento revolucionário, seja muito positivo para que possamos começar a indagar, como fazer para que tanta energia juvenil gere resultados que não se apaguem com o tempo, com a passagem à idade adulta.

Para Abramo⁸⁰, os jovens não percebendo mais o Movimento Estudantil como espaço de vivência social e cultural, iniciaram um processo de ocupação de novos espaços, como música, cinema, vídeo e artes plásticas. Surgem os grupos em torno do estilo, as tribos juvenis: punks, os carecas, metaleiros, os darks, os rappers, os rastafáris, etc.

O Movimento Estudantil como o espaço de sociabilidade juvenil de destaque nas décadas de sessenta, setenta e parte da década seguinte foi descentrado para grupos ainda mais particularizados, mais estreitos do ponto de vista de vivências culturais. Oportunizando a agregação, lugares de possíveis encontros das inúmeras identidades que apresentam o homem pós-moderno.⁸¹

⁷⁹ RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. IN: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.32.

⁸⁰ ABRAMO, Helena N. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Pagina Aberta, 1994.

⁸¹ HALL, op.cit. 2000.

No início de 1979, o presidente do Diretório Setorial Cromwel de Carvalho, faz um apelo ao prefeito de Teresina,

Universitários pedem a Wall que recupere acesso á FUFPI dizendo que expressava o pensamento de todos os estudantes da Fufpi, o presidente [...] compareceu ontem á redação deste Jornal onde fez o seguinte apelo: "que o professor Wall Ferraz, antes de deixar a prefeitura, autorize ao departamento competente a restauração da via de acesso á Universidade, visto que a mesma está em péssimas condições devido as chuvas que tem caído. Em consequência disso, há um grande acumulo de areia dificultando o acesso,pondo em risco os universitários, que são obrigados a trafegar pela contra-mão".Todo acesso está em péssimas condições, adiantou Ezequiel Miranda Dias, mas existem dois pontos onde a situação realmente está critica: na baixa próxima a estrada e noutra próximo dos portões. Devido o terreno ser em decline a enxurrada violenta que vem ocorrendo nesses dias traz barro e areia para o leito da avenida Nossa Senhora de Fátima – única e principal via de acesso – tornando difícil o tráfego.⁸²

De fato, a avenida Nossa Senhora de Fátima, que dava acesso à UFPI, cortando o bairro Jockey Club e o bairro de Fátima era a única via possível. Assim como, apenas uma linha de ônibus levava seus passageiros até a universidade, a linha Jockey Club. Fora essa, a universidade mantinha dois pequenos ônibus, um que trafegava pela zona sul e o outro pela zona norte de Teresina, logo apelidados pelos estudantes de "Camilão". Mas entrar em um "Camilão", alusão ao então reitor Professor Camilo Filho, não era tarefa simples, porque circulavam sempre lotados em função da cobrança através da venda de passes num valor abaixo daqueles praticados na cidade pelos coletivos particulares.

Foi uma das bandeiras do Diretório Setorial Cromwell de Carvalho, do Centro de Ciências Humanas e Letras, logo nos primeiros anos da UFPI, como tentativa de minorar o problema, a campanha pela "Carona Amiga", resultando em placas com esses dizeres, fincadas próximas as paradas obrigatórias dos ônibus dentro da instituição. Vias de acesso, qualidade dessas vias e em que circular por essas vias, eram questões cotidianas enfrentadas nos primeiros tempos. A Ponte da Primavera, ligando zona norte à zona leste foi disponibilizada apenas nos anos oitenta, ampliando o acesso à UFPI.

No início do segundo semestre de 1979, uma ameaça de instituição do passe estudantil nos ônibus coletivos de Teresina, gerou protestos e mobilização em frente à Câmara Municipal. Até então, os estudantes tinham direito a meia passagem

⁸² UNIVERSITÁRIOS pedem a Wall que recupere acesso a UFPI. **O Dia**, Teresina, p. 11, 8 fev. 1979.

mediante a apresentação da carteira estudantil, pagando em espécie os 50% restantes. O então vereador da cidade, José Soares de Albuquerque, apresentou àquele parlamento um projeto que objetivava criar o passe estudantil. A presença dos estudantes em frente à câmara no horário marcado para votação da matéria, tumultuou o centro de Teresina, com a liderança do Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP), representação dos estudantes secundaristas, mas com grande apoio dos universitários. Alguns viam na paisagem “uma evocação dos idos de 68”, mas alguém conseguiu transformar o drama em riso, com um profundo senso de humor,

Quem com “passe” fere compasso será ferido.
A Câmara e o “Passe”.

A coisa andou preta
Na Câmara Municipal
Os estudantes queriam
No Albuquerque meter o pau
E ele por um triz
Quase foi pro hospital.
Até a Polícia estreiou
Seu uniforme de gala
Com gás lacrimogêneo
Substituindo a bala
E se alguém se atravessa
la ser uma M... rala.
O Albuquerque sentiu
Uma vitória amarga
Se escondeu no sanitário
E o Toranga deu descarga
Mas quem pegou o cacete
Foi Jofre costa larga.
O Jofre chegou bem cedo
Foi pro meio da multidão
Pegou uma maçãzada na testa
Que lhe fez um arranhão
E arrancou os três cabelos
Que era sua estimação
[...] O trânsito congestionou
Houve engarrafamento
Não passava nem mosquito
Muito menos pensamento
Mas a Polícia passava
Por ter lindo fardamento.
[...] A Polícia nada fez
Os estudantes muito pior
Ficou tudo como estava
Nem pior e nem melhor
Eu não sei se o passe passa.
Ou se eu é que passo só. ⁸³

⁸³ **A BROCA de Vilson**, Material encontrado no DCE da UFPI sem maiores informações, com formato de jornal alternativo datado de 1979

Chama-nos a atenção, particularmente o final da última estrofe, onde uma certa desilusão perpassa o escrito, por que a frase:” eu não sei se o passe passa ou se eu é que passo só”? Jogo de palavras ou expectativa frustrada em relação ao final do movimento? De qualquer forma, o episódio contagiou e inspirou outros artistas, pois inúmeras charges foram localizadas em outros jornais satirizando o fato. É recorrente na documentação sobre o ME em Teresina, e também nacional, dentro do período estudado, o uso do humor na abordagem de alguns acontecimentos.



Figura 21: Especulações que envolviam o Vereador que havia tentado a implantação do passe estudantil nos coletivos de Teresina em 1979.

Fonte: **O Dia**, 1 ago. 1979.

Motta explica que, “Em épocas de grande insegurança e temor, as formas de linguagem capazes de mobilizar a comicidade e o humor tornam – se particularmente atraentes, pois o riso ajuda a lidar com o medo.”⁸⁴

Marcadas para os dias 3 e 4 de outubro de 79, a UNE realiza eleições diretas para nova diretoria. Os apoios se dividiram entre as lideranças estudantis da UFPI. O DCE apoiou a chapa Mutirão, liderada por estudantes baianos, o Diretório Setorial Cromwell de Carvalho (CCHL), a chapa Liberdade e Luta (Libelu) e, o

⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Patto. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.13.

Diretório 7 de Abril do Centro de Ciências da Saúde, optou em favor da chapa Maioria. O estudante Marcos Vitor, então presidente do Diretório 7 de Abril fazia parte daquela chapa.



Figura 22 - Fonte: **O Dia**, 3 ago. 1979.

O que não se esperava era que um dia antes do pleito, exatamente dia 2 de outubro, o presidente da República João Baptista Figueiredo assinasse um decreto proibindo a participação dos DCEs e Diretórios Setoriais na eleição da UNE. O decreto era claro, seria destituída sumariamente a diretoria que participasse ou se fizesse representar, em “qualquer entidade alheia à instituição de ensino superior [...] a destituição [...] por ato da reitoria [...] cabendo à mesma autoridade promover a eleição de nova diretoria [...]”⁸⁵ Jarbas Passarinho, líder da Arena no Senado, declarava em jornais no primeiro dia das eleições que o governo não aceitava a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e nem a UNE, para fazer política os estudantes tinham os DCEs, afirmava o senador.

⁸⁵ DECRETO proíbe participação de DCEs na eleição da UNE **Jornal do Brasil**. 2 out., 1979.

Apesar do decreto, as eleições foram realizadas e as entidades se envolveram no processo eleitoral, o decreto presidencial não teve grande repercussão nacional, diretórios centrais e acadêmicos se inscreveram no processo.

Em Teresina, apesar do empenho das entidades, a abstenção alcançou 80% e os jornais especulavam as razões de tão alto índice,

Na opinião das lideranças estudantis, o decreto presidencial assinado esta semana, [...], provocou uma queda de entusiasmo que envolvia os alunos. Muitos estudantes do Centro de Ciências de Saúde reclamavam contra as pressões sofridas por parte do Diretor, Nathan Portella, que não queria deixar que fosse colocado naquele centro a urna para coleta dos votos, mas isso terminou sendo feito. Bastante cansados, com o desgaste da arregimentação dos votantes, Lawrence Ferro e Rosângela Monte, dois líderes estudantis, reclamavam da não participação dos universitários teresinenses no processo de reconstrução da UNE. Na opinião de muitos alunos consultados, esse desinteresse é explicado pelo fato de que muitos estudantes de diversos cursos da área de humanidades são adultos, trabalhando o dia inteiro, não chegando a motivar-se para a participação na política estudantil. Por outro lado outros disseram que, por estar o DCE envolvido na elaboração dos estatutos, já com duas assembleias convocadas não se chegando a um denominador comum, isto também contribuiu desmotivação. Na opinião de várias lideranças estudantis, "O importante disso tudo é que pela primeira vez, depois de quinze anos de repressão, se fez uma eleição livre na universidade do Piauí, por isso não se deve levar em consideração o pequeno índice de votantes na eleição da diretoria da UNE".⁸⁶

Alguns fatores devem ser considerados na análise do fragmento. Primeiro, as eleições não envolviam apenas aqueles que militavam no movimento estudantil, requer a presença do aluno não-militante. A UFPI, no ano de 1979, é uma novíssima instituição de ensino superior, contando apenas oito anos de instalação, a União Nacional dos Estudantes (UNE) acabara de ser reconstruída desde o golpe militar. Na verdade, para alguns estudantes teresinenses, era uma entidade desconhecida ou não muito conhecida. Pela natureza política do período e pelos recursos tecnológicos na área da comunicação serem bastante limitados além, da censura, notícias da UNE eram mais acessíveis àquelas pessoas que efetivamente militavam no ME.

Segundo, aquela eleição trazia a novidade do voto livre, o estudante não era obrigado a votar. Votar é um ato que resulta de um motivo, seja coação, obrigatoriedade, medo, compromissos, importância e necessidade reconhecidas, valoração. Igualmente, não votar diante da liberdade de opção, também envolve motivos.

⁸⁶ ABSTENÇÃO alcançou 80% na eleição da UNE aqui. **O Dia**, Teresina, 5 out., 1979.

Sem querer atribuir representatividade ou peso para o fato, alguns boatos circulavam entre alguns estudantes sobre o risco de assinar o nome numa lista de votação para uma entidade ilegal, somado às interpretações equivocadas do decreto do governo que prometia punir severamente as entidades que se envolvessem com o pleito. Era uma questão de dar ou não legitimidade ao pleito. “[...] a legitimidade é sempre uma opinião, uma crença [...].”⁸⁷

Eleição da União Nacional dos Estudantes realizada, foi eleita a chapa Mutirão, tendo como presidente o baiano Ruy César Costa e Silva, que no final do ano de 1979, desembarcou em Teresina para proferir palestra no auditório da UFPI.

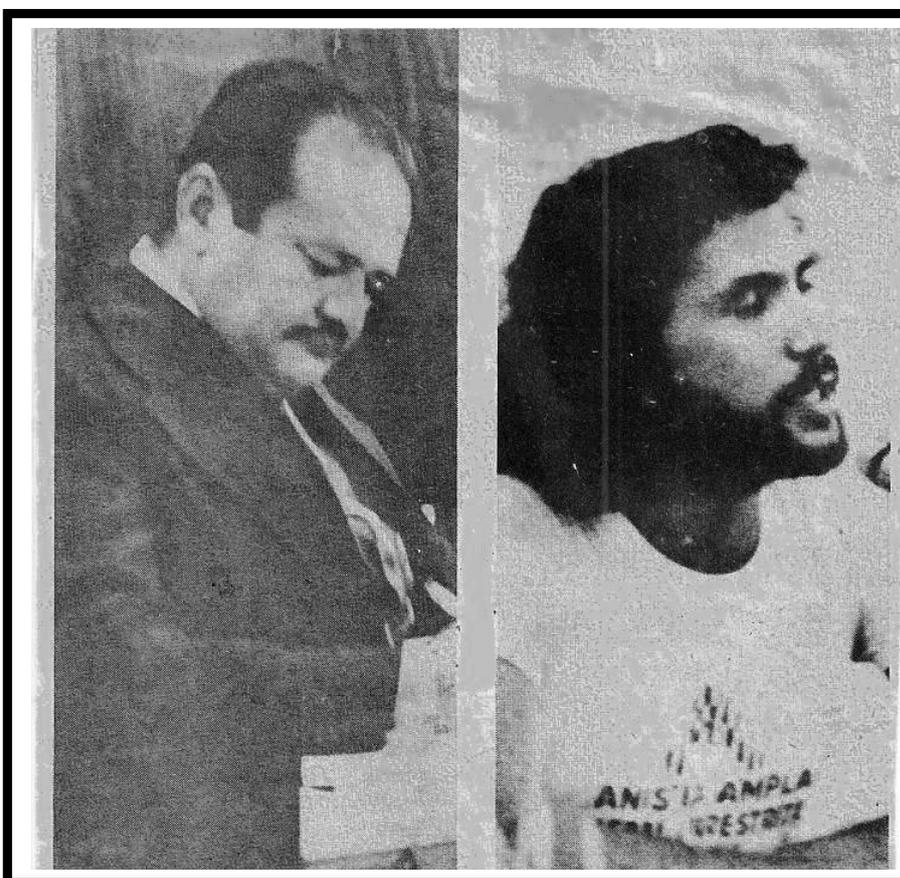


Figura 23: Professor José Camilo da Silveira Filho - Reitor da UFPI (1976-1981) e Ruy César Presidente da UNE, 1979.

Ruy César conseguiu reunir cerca de 500 estudantes para ouvi-lo, considerando que a reitoria não dispensou as aulas daquele dia, a platéia tinha um número considerável de estudantes. Baiano, de voz pausada, vestindo camiseta que ainda estampava a frase, “anistia ampla, geral e irrestrita”, empolgou a platéia, quer

⁸⁷ RIBEIRO, op.cit.2004,p. 30.

pelo fato de ser denominado pela imprensa como “socialista radical” ou por presidir uma entidade ainda não reconhecida oficialmente pelo governo. Ruy César falou do programa de trabalho da UNE, do papel dos estudantes nas transformações sociais necessárias ao país, das dificuldades na reorganização da entidade e das condições de ensino no Brasil. Afirmando que a Universidade brasileira vivia no luxo, conseguiu resposta, do então reitor da UFPI, Professor Camilo Filho,

Contestou ainda a colocação de Ruy César sobre o luxo que se observa nas Universidades declarando que a nossa Universidade "fincada no chão", ecumênica, mas absolutamente adequada ao meio-ambiente. Disse Camilo que tem advogado que todas as atividades da vida estudantil ocorram no recinto do Campus, não para dar uma de bom moço, mas porque os fatos justificam que isto é o mais acertado. Durante os cinco anos que é reitor, nunca registrou um só dia de greve, nem desrespeito as autoridades constituídas, nem a destruição de bens públicos. Finalizou declarando que assim procedendo, os estudantes obtêm a ressonância dos movimentos, evitam a contaminação de outros segmentos da sociedade e evita-se a possibilidade de choques com os órgãos de segurança.⁸⁸

A representação tecida pelo reitor sobre o ME local, é, no mínimo “comportada e respeitosa”, mal previa ele, as greves estudantis que eclodiriam nos anos seguintes.

Ruy César, o baiano que participou ativamente da reconstrução da UNE, em entrevista concedida no ano de 2005, declara: “na época, 1979, ainda sob a ditadura militar, tudo era muito difícil. A maioria das entidades estudantis estava fechada. Viajei por todo Brasil [...]”⁸⁹. Essa calma na fala é bem representativa do ponto de vista da memória, o homem que rememora em 2005, não é o jovem entusiasta que militou no Movimento Estudantil Universitário nas décadas 1970 e 1980, não é mais aquele que provocou a reitoria da UFPI no passado e a fez se posicionar. Agora, suas memórias são carregadas pelo presente, pelo conjunto de experiências, de outras práticas que a vida foi lhe conferindo. É a partir do presente que fala, que trava o diálogo possível, contextualizado, de perguntas e respostas.

Além de Ruy César, no ano de 1979, os estudantes também promoveram outros debates no campus com lideranças nacionais que reuniam grandes platéias, caso, por exemplo, de Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação do governo que

⁸⁸ REITOR critica atitude da UNE. **O Dia**, Teresina, 11 nov., 1979, p.

⁸⁹ O PRESIDENTE da reviravolta. **Revista Movimento**, n. 12, São Paulo: UNE jun., 2005, p.21.

acabava de chegar do exílio, e desembarca em Teresina em março de 1979. Proferindo palestra na UFPI e no Teatro 4 de Setembro. Eventos dessa natureza, aproximaram o ME local do ME nacional, ou era uma forma das lideranças demonstrarem o quanto o movimento dos estudantes universitários teresinenses estava vinculado ao contexto nacional.

Mas, o I FEMP (Festival Estudantil de Música Popular) que aconteceu ainda em 1979 e logo passou a fazer parte do calendário anual estudantil, também mobilizou a comunidade universitária. Realizando a primeira eliminatória, segunda eliminatória e finalíssima, o FEMP foi bastante elogiado pela imprensa, que divulga assim o resultado,

A música vencedora foi “Como se Tudo Fosse Parado” composição de Renaud e Enéas, ambos universitários, coube aos vencedores, como prêmio, um violão de doze cordas, doado por uma loja da Cidade. As músicas “Ingratidão” de Naeno e “de Pé no Chão” de Feijão e Garibaldi, foram classificadas em segundo lugar e terceiro lugar respectivamente. Aos compositores, foi entregue um violão de seis cordas para o segundo lugar e um cavaquinho para o terceiro [...] a promoção do DCE foi elogiada pelos alunos, pais e professores presentes ao certame.⁹⁰

Marcos Napolitano, falando dos festivais televisivos no Brasil de 1966 a 1968, descreve que a fórmula era a música de protesto, politizada, com letras que evocavam resistência política ao regime militar. Essa música engajada, “festivalesca”, vai pouco a pouco cedendo lugar para uma música mais abrangente que falava do homem brasileiro, do jovem, de questões cotidianas, de novos valores, “[...] experiência sociocultural coletiva, momento mágico na qual arte, política e lazer pareciam se confundir.”⁹¹

⁹⁰ UNIVERSITÁRIOS fazem festival de música. **Jornal O Dia**, 11 dez, 1979.

⁹¹ NAPOLITANO, Marcos. Os Festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p.215 (Coleção História).



Figura 24 – Fonte: Charge de ilustração de uma nota sobre o I FEMP na UFPI, **Jornal do Calouro**, 1979.

Os festivais, em algumas universidades, na virada da década de setenta, tinham conteúdo da época, mas carregavam gestos daqueles festivais nacionais do início da década de sessenta. Naeno, que ficou em segundo lugar no primeiro FEMP da UFPI, cantou a “Ingratidão”, de alguém que foi embora, sem levar em conta todo um passado vivido, duvidava que alguém, “tenha feito até hoje, tal ingratidão.”

Os jornais locais faziam suas análises acerca do movimento estudantil,

Porque merecem a compreensão e benemerência dos mais experientes, mesmo quando se rebelam contra o estabelecido e os sistemas vigorantes, os jovens estudantes devem igualmente ser advertidos e orientados nesta fase singular da nova lua – de – mel dos brasileiros com a fina e sutil dama democrática.

Informa-se que panfletos foram distribuídos entre os seis mil universitários piauienses, no campus da Ininga, [...] Os panfletos inserem os chamados “sete pontos básicos da U.N.E.”, nem é de boa origem esse tipo de documento reivindicador. Não acreditamos que os líderes mais esclarecidos do campus da Ininga se deixem envolver por campanhas que não dizem respeito às aspirações dos jovens universitários. Daí essa advertência para que se examine melhor a questão e se façam impor as verdadeiras lideranças do nosso mundo universitário.⁹²

⁹² OS JOVENS e a UNE. **O Estado**: Teresina, 30 ago. 1979.

Interessa observar, quantos conceitos perpassam pelo escrito: juventude, estudante, democracia, política, movimento estudantil. “Jovens estudantes” é uma associação que diz muito, eram estudantes de pouca idade cronológica que careciam ser compreendidos, orientados, porque a democracia estava chegando e era exterior a eles, a sutil e fina dama se instalava pronta, mas era necessário maturidade, experiência para saber aproveitá-la. O movimento estudantil não deveria ser um espaço de ação política, compreendida enquanto prática mais ampla ou, como aquelas questões que ultrapassam o específico, a “problemática estudantil.” O movimento estudantil estaria sendo usado pela política partidária, com infiltrações alheias aos interesses estudantis.

As representações são definidoras de valores, normas, impõem limites, o lugar de sujeito, comportamento e atitudes, a partir do que representam, são próprios ou impróprios para determinados lugares sociais.

Algumas fontes do Movimento Estudantil Brasileiro evocam para as infiltrações que existiam nos movimentos organizados. Para a ditadura militar os comunistas se infiltravam nos movimentos sociais, para os estudantes, por exemplo, os pelegos informantes do Serviço Nacional de Informação (SNI), se infiltravam entre os estudantes. Essa temática foi bastante explorada nas charges publicadas em jornais, pelo ME local e nacional.

O Sistema Nacional de Informação - SNI foi criado logo após o golpe militar e extinto em 1992, no governo Fernando Collor de Melo (1990 – 1992), quando este presidente o substituiu pelo Departamento de Inteligência (DI). A Assessoria de Segurança e Informação (ASI), através de seus agentes, segundo os estudantes, perseguiram silenciosamente os opositores do regime. Mantendo a identidade em sigilo, circulavam principalmente pelas universidades.

A polícia militar, ao contrário, era a inimiga declarada, mesmo não existindo registro de enfrentamentos físicos mais agressivos no período em Teresina, o imaginário sobre essa relação era riquíssimo. A perspectiva dessa relação através de charges em alguns jornais, que nem sempre eram jornais estudantis, exploravam com muito humor, como cada um representava o outro.



Figura 25 –Fonte: **Jornal Movimento**, p.24, out.1979.

Do lado dos estudantes, os soldados ameaçam pelos cassetes, mas são analfabetos do ponto de vista de saber ler e escrever palavras; os soldados olham para os estudantes sempre desconfiados de alguma manifestação mais aguerrida, mas os temem pelo poder do conhecimento que possuem. É recorrente, a representação do policial militar do Piauí por alunos e pela imprensa, como iletrado, analfabeto.



Figura 26-Fonte:**O.Estado**.Teresina.2.ago.1979.

Figura 27-Fonte:**Jornal do Calouro**,Teresina,1979.

Rodrigo Patto Motta ⁹³, referindo-se à linguagem caricatural, afirma que todas as formas de imagem gráfica possuem grande poder de comunicação, fazem as mensagens chegarem ao público de forma rápida e impactante, com a capacidade de resumir idéias e conceitos, poder que as palavras não possuem. Um outro recurso poderoso é a comicidade e o humor, a força do riso como arma na luta política. Em momento de opressão política a criatividade dos artistas fica mais aguçada, como forma de fugir à censura ou como inspiração em função dos desmandos. De fato, existe uma variedade significativa desse recurso em se tratando de documentação do movimento estudantil universitário, local e nacional, no período dos governos militares.

É necessário ressaltar que imaginário não é utilizado neste trabalho como o não real, mas como um conceito capaz de realizar análises, sistemas imaginários de representação. Sobre essa questão Chartier ⁹⁴, falando do mundo europeu do antigo regime, afirma que a representação era confundida pela ação da imaginação, essa, mestra do erro, da falsidade, desvio do real, signo visível como prova de uma realidade que não o é. Essa idéia de imaginação associada à representação seria, portanto, para o autor, uma deturpação da representação. Enquanto conceito, é amplo, abarcando o espaço da experiência humana, atuando no dinamismo das construções imaginárias dos períodos históricos, sendo na História Cultural, um conceito importante para leitura e análise.

Vistas de pontos diferenciados, múltiplas e complexas, as representações se apresentam e vão dando a ver o movimento estudantil na UFPI. A universidade, definida a partir de 1971 pelo urbanismo, como um lugar de Teresina, foi-se transformando em um espaço pelos seus passantes, um lugar praticado, um cruzamento de forças em movimento. “A opacidade do corpo em movimento, gesticulando, andando, gozando, é que organiza indefinidamente um aqui em relação a um alhures, [...]” ⁹⁵

⁹³ MOTTA, op. cit. 2004, p.181

⁹⁴ CHARTIER, op. cit. 1998, p. 22

⁹⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 4 ed., Tradução de Epraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 217.

4 GESTOS E PRÁTICAS: JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DÉCADA DE 1980

“Há tanto em uma festa quanto em uma criação artística, algo que não é um meio, mas que basta a si próprio: a descoberta de possibilidades, a invenção de achados, a experiência de outros “pontos de partida”, à falta dos quais o ar se torna irrespirável e a seriedade nada é além de tédio em uma sociedade. [...] enquanto a festa estiver sob o domínio dos exclusivistas que expulsam ou eliminam formas diferentes [...] Ela surge com esses limites repressivos que cada movimento social ultrapassa ao estabelecer desvios. A política não garante a felicidade nem confere significado às coisas. Ela cria ou recusa condições de possibilidades. Interdita ou permite: torna possível ou impossível.” (CERTEAU, 2005)

A cidade de Teresina ingressa na década de 1980 recebendo a breve visita do Papa João Paulo II, que, segundo a imprensa local, formou a maior aglomeração humana já registrada na história da cidade. Algumas das faixas que foram exibidas no encontro, “Santo Padre, o povo passa fome”, ou “Piauí povo sem vez”, segundo os jornais, terminaram levando seus portadores a uma visita ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de fiscalização e punição mais imediato do regime militar.

O evento deixou transparecer as condições de existência de parte da população teresinense, seja do ponto de vista da miserabilidade, ou do controle sobre as manifestações de idéias, ainda exercido pelo regime de exceção. Teresina não esboçava uma situação urbana muito animadora para alguns, naquela década de 80,

“Todavia, se a pobreza, até a década de 1970, parecia uma imagem esmaecida, por situar – se na periferia da cidade [...] numa clara demonstração de que não é mais possível ser escondida nas periferias, nos espaços longínquos [...]”⁹⁶

⁹⁶ LIMA, Antônia Jesuíta. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003, p.67.

Esse quadro exposto de pobreza levou os governos a intensificarem as construções de conjuntos habitacionais na cidade, tentativa de minorar as questões urbanas que afloravam e desafiavam políticas estatais nesse setor.

Na UFPI, as eleições para os diretórios setoriais e central dos estudantes da Universidade Federal do Piauí marcam o início da década de 1980. De acordo com o calendário eleitoral da instituição, deveriam ser realizadas no dia 30 do mês de maio, tendo sido adiadas para o dia 03 de junho a pedido das lideranças estudantis. É preciso esclarecer que as eleições para o Diretório Central dos Estudantes – DCE ocorreriam apenas em 14 de maio de 1980, com voto livre e, o pleito sob a coordenação dos estudantes, situação ainda não desfrutada pelos diretórios setoriais, cujas eleições em 1980 ainda foram controladas pela universidade.

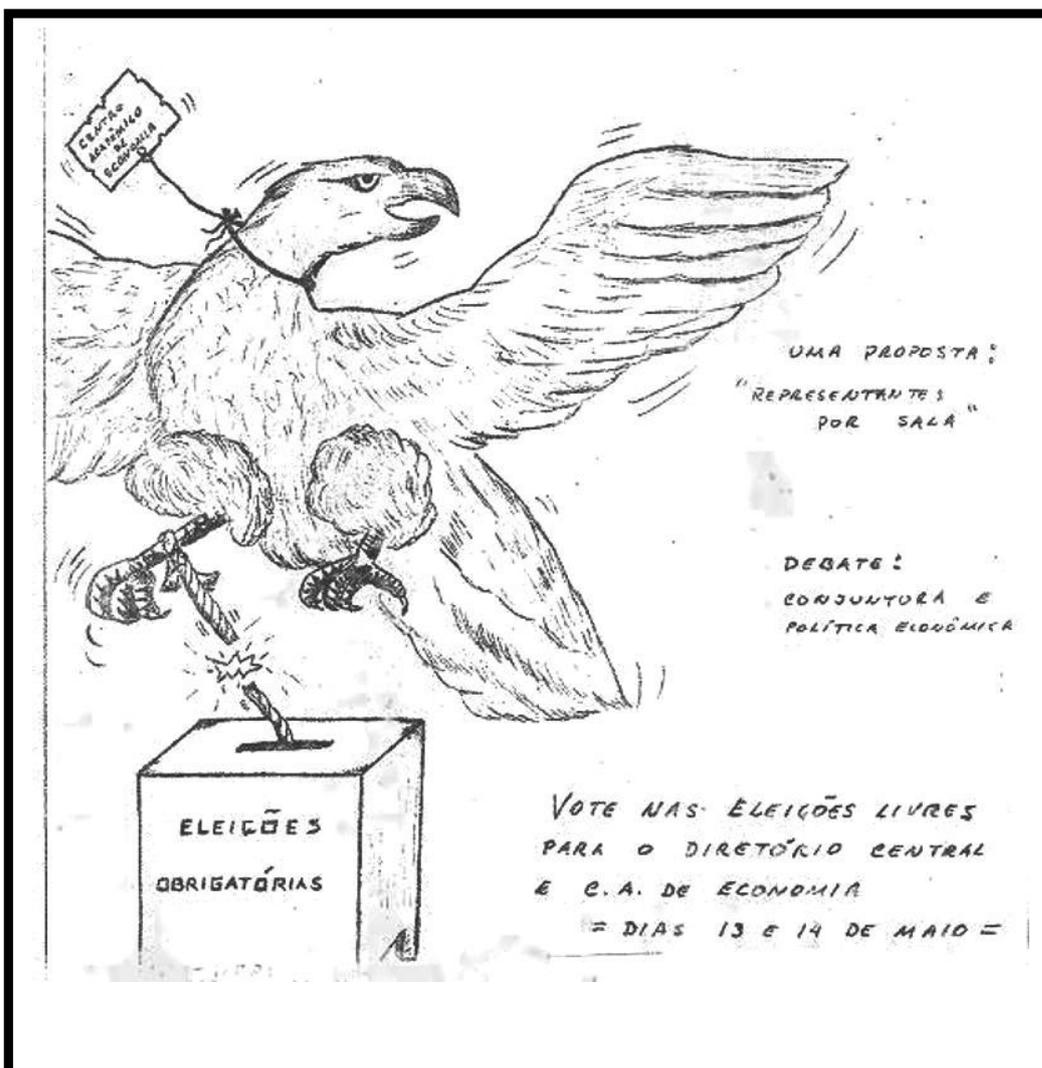


Figura 28 - Fonte: **Jornal do Centro Acadêmico de Economia da UFPI**, divulgando eleições livres naquela entidade para a gestão: 80/81, Teresina. UFPI.

Duas novidades, entretanto, irão pontuar as eleições no ano de 1980. A primeira, o voto não obrigatório dos estudantes. Em outubro de 1979, o Ministro da Educação assinou a portaria nº 1.104, que retirava a obrigatoriedade do voto e dispunha também sobre a elegibilidade dos estudantes, com critérios mínimos de aproveitamento, com ou sem reprovação no histórico escolar. Na época todos os dirigentes da UFPI tiveram acesso ao documento, mas, os alunos somente no início de 1980, souberam das alterações feitas.

A segunda foi a decisão do curso de Economia em desvincular – se do Diretório Setorial Cromwell de Carvalho do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, organizando e realizando eleições para o Centro Acadêmico de Economia, ficando como o primeiro CA criado na história do Movimento Estudantil Universitário da UFPI. Esse seria o caminho trilhado pelos demais cursos, criação dos Centros Acadêmicos (CA's), rompendo com as entidades de representatividade mais ampla, que eram os diretórios setoriais, particularizando as lutas. Essa é, na verdade, uma característica dos Novos Movimentos Sociais na década de oitenta, organizações por interesses mais específicos, de grupos.



Figura 29: Eleições CA de Economia na UFPI 1980.
Fonte: **O Dia**, Teresina, 15 maio, 1980.

Stuart Hall, explicando as idéias de identidades ao longo da história, que perpassaram o sujeito iluminista, o sujeito sociológico e o sujeito pós – moderno, destaca os movimentos mais específicos, tais como, os juvenis e, principalmente, o feminista, como uma das contribuições para o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. Ou seja, estes novos movimentos ajudarão no conceito de sujeito pós-moderno, no seu descentramento, em que ele não tem uma única e imóvel identidade, mas, assume várias identidades, inacabadas, fragmentadas e abertas. Para o sujeito pós-moderno, a identidade é uma celebração móvel, diferenciando– se em determinados momentos, às vezes, contraditórias e não resolvidas, por isso em constante deslocamento.⁹⁷



Figura 30– Fonte: **Boletim Informativo do DCE / UFPI**, 1980.

A diretoria do DCE começou, ao longo do primeiro semestre de 1980, uma campanha por eleições mais representativas. Foi elaborado e divulgado um boletim que esclarecia sobre a filosofia, estrutura e funcionamento do DCE, além de sugerir uma postura do alunado frente à escolha de seus dirigentes. Fica claro a necessidade de legitimar o caráter de representatividade da entidade, com uma maior participação dos estudantes, e o rompimento do voto por simpatias pessoais

⁹⁷ HALL, Stuart. op.cit.2000. p.44 - 45

ou colegismos, vindo a prevalecer o voto baseado no teor das cartas – programas das chapas que disputavam os pleitos.



Figura – Fonte 31: **Jornal Unha de Gato**, Teresina, DCE/UFPI, 1980.

Concorreram neste ano, as chapas Resistência⁹⁸, Travessia e Diferença. Antônio Fonseca Neto, candidato a presidente pelo grupo Travessia, e que havia tido sua candidatura impugnada para o mesmo cargo no pleito anterior, foi eleito o novo presidente do Diretório Central dos Estudantes. Travessia não era simplesmente um nome de chapa concorrendo às eleições, mas um grupo reconhecido dentro da UFPI, passaria a ser identificado como o grupo dos petistas em oposição ao grupo dos tribuneiros, que eram os militantes do Partido Comunista do Brasil, (PC do B). A declaração destas vinculações político-partidárias,

⁹⁸ A chapa Resistência tinha a seguinte composição: Presidente Cacá Resende (CCHL), Vice-Presidente Cordão (CCHL), Secretaria Geral Walber Picos (CCS), Secretaria de Finanças Laura Ribeiro (CCN), Secretaria de Cultura Achyles (CT), Secretaria de Esporte Aníbal (CCA) e na Secretaria de Imprensa Holanda (CCE), substituindo poucos dias antes das eleições a estudante do CCE Ana Rosa Sudário.

qualificavam o grupo de militantes mas, também o diferenciavam dentro do coletivo que representavam, que era o conjunto dos estudantes universitários.



Figura 32 – Fonte: Capa da carta programa da Chapa Resistência que concorreu às eleições DCE/UFPI, 1980.

Ainda no primeiro semestre de 80, uma passeata dos estudantes contra a poeira que invadia as salas de aula, movimentou o Campus da Ininga,

A má qualidade do ensino, com denúncia de professores não preparados, bibliotecas defasadas, falta de aulas práticas, entre outras coisas, foram às manifestações verificadas numa passeata realizada ontem a tarde, no campus. [...] Os estudantes se concentraram inicialmente para protestar contra a poeira numa estrada em construção [...] Discretamente, vários agentes federais e do DOPS, se infiltraram no meio dos estudantes [...] Amotinados em frente ao bloco da reitoria, os estudantes ouviam discursos inflamados [...] ⁹⁹

Ao lado do Campus, passava uma estrada de chão batido que dava acesso a uma empresa privada, o intenso tráfego produzia nuvens de poeira que cobriam a UFPI. Depois de inúmeros pedidos dos estudantes sem que nenhuma atitude fosse tomada, aconteceu a passeata no interior da UFPI, com a caminhada finalizando seu trajeto em frente à reitoria.

⁹⁹ NO CAMPUS uma passeata contra poeira. **O Dia**, 21 jun. 1980, p.11.

Os discursos foram para além da poeira, denunciando as precárias condições de ensino oferecidas pela instituição. Outra questão colocada pelos estudantes era o fato de que o projeto de pavimentação da estrada envolvia um convênio entre a Prefeitura Municipal de Teresina e a universidade, ficando para a UFPI o investimento de Cr\$ 360,000 (trezentos e sessenta mil cruzeiros), enquanto que seus ônibus, que transportavam os alunos, estavam parados sob a alegação que a instituição não tinha dinheiro para pagar os fornecedores de combustível. O fato da UFPI está utilizando então verbas públicas para beneficiar uma empresa de iniciativa privada, era uma forte acusação que gerava um clima tenso entre estudantes e administração superior.

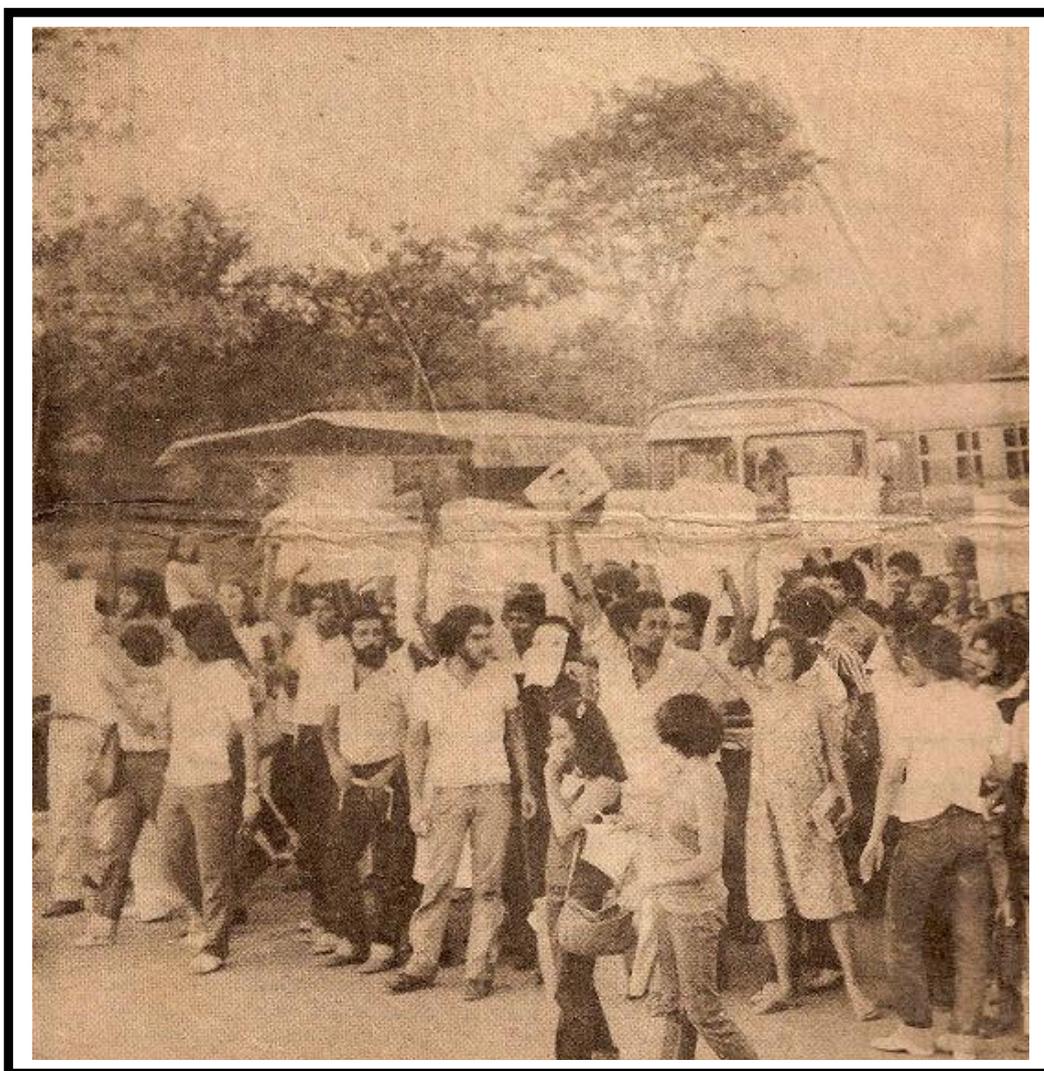


Figura 33: Estudantes da UFPI em passeata protestando contra a poeira que invadia o Campus.
Fonte: **O Dia**, Teresina, p. 11, 21 jun.1980.

Quanto às infiltrações dos agentes nas passeatas, da Polícia Federal e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), é preciso considerar o forte imaginário presente neste momento político do país, sobre vigilâncias, perseguições e delações daqueles que se colocavam contrários ao regime militar. Agentes da Polícia Federal ou do DOPS, informantes do Serviço Nacional de Informação (SNI), seja qual for a denominação, eram os inimigos ocultos, particularmente dos estudantes.

Comentava – se na UFPI que esse “inimigo oculto” agia como agente disfarçado de estudante, pois eram, sem prestar vestibular, matriculados em cursos da instituição e agiam como estudantes regulares, mas, eram na verdade, responsáveis pela identificação e delação de atos e atitudes que eram consideradas subversivas. Esse imaginário levava as lideranças estudantis a algumas denúncias, desconfiando sempre da postura de alguns. Ressalte – se, que imaginário é a “criação incessante e essencialmente indeterminada [...] de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar – se de alguma coisa.”¹⁰⁰



Figura 34- Estudantes em assembléia no auditório da UFPI.
Fonte: **O Estado**, Teresina, 21 jun. 1980

A União Nacional dos Estudantes – UNE, em outubro de 1980, realizou o seu primeiro congresso após aquele da reconstrução, foi o 32º Congresso, desta feita na cidade de Piracicaba – SP,

Se o 31º Congresso havia sido o maior e, talvez, mais representativo da história da UNE até então, evidenciando a maturidade e a disciplina com que encaminhava a reconstrução, o 33º foi, segundo a revista *Veja* (22 out.

¹⁰⁰ CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 18

1980), “o mais alegre e descontraído” já promovido pela entidade. Também, não era para menos, pois os estudantes contaram, de 13 a 16 de outubro, com o apoio oficial da Prefeitura de Piracicaba, a 165 quilômetros da capital paulista, e de uma universidade, a Metodista (Unimep), cujo o reitor, Elias Boaventura, cedeu o campus para o encontro. Durante quatro dias, os cerca de cinco mil universitários (2.600 delegados) puderam comprovar que, pelo menos, em Piracicaba, a abertura já era uma realidade: o prefeito João Hermann Neto (PMDB) declarou a cidade “território livre da UNE”. Os congressistas, por sua vez, embora firmes e mesmo radicais no conteúdo de algumas teses, também suavizam na forma: até o senador Jarbas Passarinho, ex – inimigo do movimento, foi convidado. Agradeceu e desejou sucesso ao encontro, o que alguns interpretam como reconhecimento oficial da UNE, que exibia insólita moderação.

No plano interno, como sempre, os debates foram acalorados, resultando na aprovação de posposta pela reinvidicação de 12% do orçamento da União para a educação; pelo boicote ao repasse dos reajustes semestrais dos professores às unidades; pela suplementação de verbas as escolas públicas; pela refiliação da UNE a União Internacional dos Estudantes (UIE), sediada em Praga, da qual se desfiliará em 1966; pela filiação à Organização Caribenha – Latino – Americana de estudantes (Oclea), com sede em Havana; por eleições livres e diretas para todos os cargos de direção nas universidades; pela convocação de uma assembléia nacional constituinte; por um terço de representação estudantil os órgãos colegiados das instituições de ensino superior; pela revogação da lei de segurança nacional; e pela imediata apuração das responsabilidades pelos atentados terroristas que assustavam o país, com a punição dos culpados.¹⁰¹

Um grupo de universitários teresinenses viajou para a cidade de Piracicaba-SP, para participar do 32º congresso da UNE. As despesas dos estudantes foram assumidas pela Universidade Federal do Piauí,

O reitor José Camilo da Silveira Filho, de acordo com informações de sua assessoria de imprensa, cumpriu o que havia prometido para os universitários, pois havia dito há poucos dias que, embora não reconhecendo a União Nacional dos Estudantes como entidade estudantil, mesmo porque a UNE não é reconhecida pelo Governo Federal, daria, ainda assim, toda a espécie de ajuda que fosse possível. Além do ônibus o reitor Camilo Filho liberou os estudantes das aulas e disse que somente quer um relatório do que aconteceu em São Paulo. Nesse sentido, o reitor designou um estudante somente para bater fotografias a fim de confeccionar um álbum.¹⁰²

¹⁰¹ POERNER, Arthur. op.cit.,2004, p.294 – 295.

¹⁰² REITOR colabora com viagem de estudantes. Teresina, **Jornal da Manhã**, 8 out. 1980.



Figura 35 - Estudantes no congresso da UNE em Piracicaba- SP.
Fonte: **Jornal de Piracicaba**, São Paulo, 14 out. 1980.

De fato, a década de 1980 se anunciava enfatizando a possibilidade da privatização do ensino superior, ao tempo em que a educação pública carecia de maiores verbas. Assim, depois do congresso de Piracicaba, “12% do Orçamento da União para a Educação”, virou palavra de ordem na boca dos militantes do ME, que passaram a especificar este percentual de forma mais ampla: “mais verbas para a educação”.



Figura 36 - Fonte: **Boletim Informativo**, DCE- UFPI, out. 1980.

O então ministro da educação do governo Figueiredo, Eduardo Portela, era identificado como um dos mentores do projeto de privatização do ensino superior no Brasil. Em um mal formado discurso sobre a questão, virou zombaria a sua afirmação de que “os ricos pagam, os pobres não”.

A crise brasileira não se restringia, obviamente, à educação. A partir da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou numa profunda crise de desenvolvimento. O país se insere de forma passiva e subordinada na economia mundial, o mercado de trabalho sinaliza estreitamento com o avanço do desemprego, o excedente de mão-de-obra produzido é proporcional à ampliação de segmentos não organizados do trabalho. Atividades de sobrevivência como prostituição, tráfico humano e de drogas, crimes e jogos de azar, se impõem nesse contexto. Avança a proletarização da antiga classe operária industrial e o desaburguesamento da classe média.

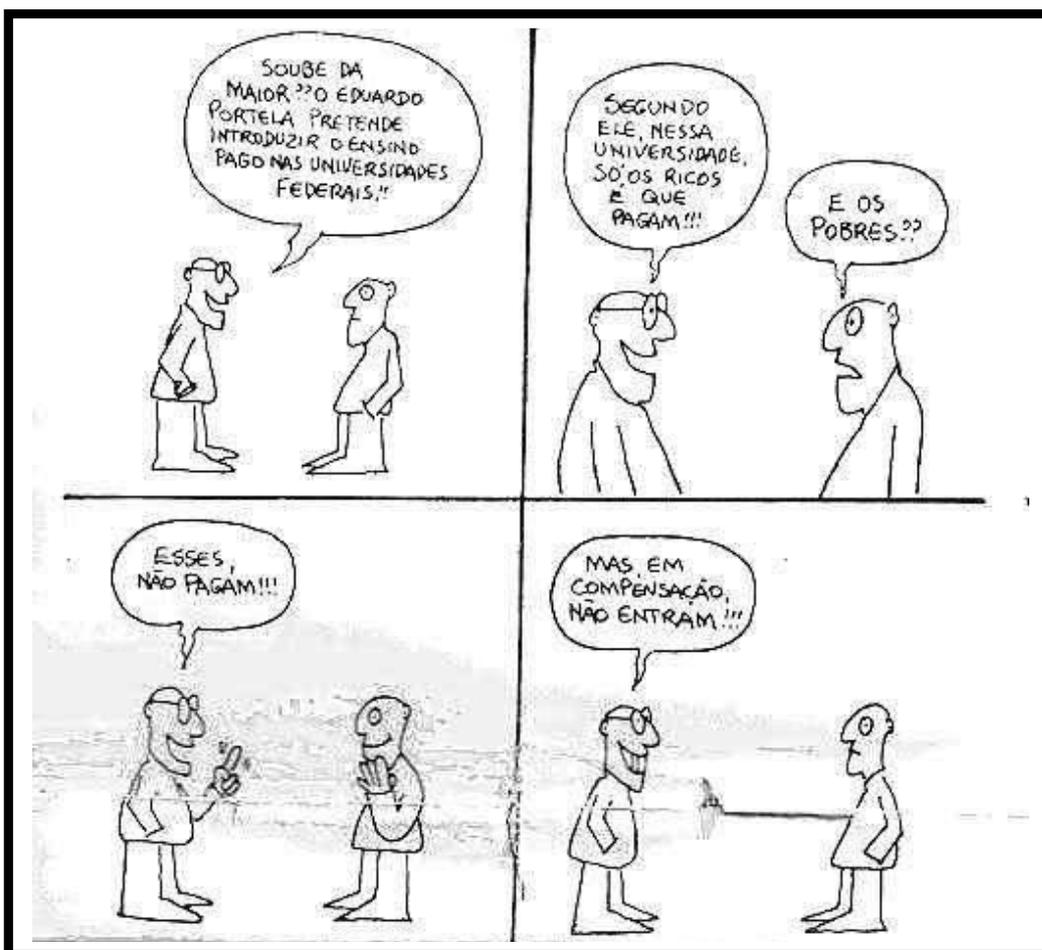


Figura 37 - Fonte: **Boletim Nova Ação**, Salvador-BA, 1980.

Para Malloy,¹⁰³ a crise da década de 80 na América Latina tem duas dimensões. É política devido à transição de regimes militares para a democracia, e é econômica, devido às enormes dívidas externas contraídas na década de 70 e a conseqüente explosão inflacionária, passando assim, a ser fundamental a questão da governabilidade. A crise passou a ser enfrentada com programas econômicos austeros de reeducação de consumo e estabilização, baseada no crescimento capitalista e centrado no mercado. Estes programas tinham caráter neoliberal de economia política, iniciada e reforçada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e Estados Unidos.

Nesse quadro de crise, a greve geral passa a ser a grande arma dos trabalhadores enquanto instrumento de luta. No segundo semestre de 1980, assistiu-se, particularmente na área da educação, a vários movimentos reivindicatórios. Em 14 de outubro, véspera do Dia do Professor, os docentes das redes oficiais de ensino de 1º e 2º graus de quase todo o país (atualmente Ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente), paralisaram suas atividades, na luta por reajustes salariais semestrais, mais verbas para a educação, ensino público e gratuito e aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Os professores universitários anunciavam para o início do mês de novembro, dois dias de paralisação nacional. Discutiam a criação de uma entidade nacional de docentes do ensino superior e negociavam reivindicações pautadas na precariedade das condições de trabalho e da situação preocupante do ensino e da pesquisa na universidade brasileira. Os universitários de Teresina, atendendo à convocação da União Nacional dos Estudantes - UNE, aderiram à proposta de greve geral, que foi marcada para os dias 10, 11 e 12 de setembro de 1980.

O protesto era contra o ensino pago no país, e pelo aumento para 12% das verbas destinadas à educação, levando em conta que o percentual naquele ano, girava em torno de 4,28%.

¹⁰³ MALLOY, James. Política economia e o problema da governabilidade democrática nos Andes Centrais. In: SOLA, L. (Org) **Estado, mercado, democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.



Figura 38 - Fonte: **Jornal da Manhã**, Teresina 1980.

A greve foi considerada sui-generis no país, por não se tratar de um movimento paredista, mas, paralisação das atividades para se debater os problemas universitários, com debates entre alunos, professores e a administração. Os estudantes receberam apoio de diversas entidades, entre elas, a Associação dos Professores do Estado do Piauí – APEP, a Associação do Corpo Docente da Universidade Federal do Piauí – ADUFPI e do Centro Colegial dos Estudantes Piauienses – CCEP.



Figura 39 - Fonte: **Jornal da Manhã**, Teresina, 1980.

Os estudantes da UFPI, através de carta aberta, convocavam os demais estudantes para três dias de greve, fazendo uma análise da situação educacional brasileira e piauiense,

Em 1963, Darcy Ribeiro, então Ministro da Educação, tinha à disposição do seu ministério, 11,7% do orçamento da união, mais que o percentual estabelecido pela Constituição Brasileira de 1946. No ano passado, o Ministro Eduardo Portela dispôs de apenas 4,28%. Quais as conseqüências de tão drástica redução. [...] Na nossa Universidade, ela age diretamente sobre os professores, na medida que lhes exige na esmagadora maioria dos casos, a simples recitação de uma aula; age também de forma ameaçadora, sobre o restaurante, os laboratórios, as dependências sanitárias, o sistema de transportes, os hospitais-escola, as bibliotecas etc... Esse conjunto de fatores, indispensáveis ao desempenho

do Ensino, está seriamente comprometido pela falta de verbas, o que nos leva a lutar para reverter tal situação.¹⁰⁴

Uma das atividades desenvolvidas pelos universitários durante o período grevista foi a convocação de alguns políticos piauienses para debaterem com a comunidade universitária. Estes encontros, entre estudantes e políticos, resultavam sempre em algum incidente,

Agressões, insultos, debates acalorados, vaias e palmas, tudo isto na greve dos estudantes universitários do Piauí, que ontem contou com uma platéia de 700 estudantes e participação de políticos, em maior número do Partido dos Trabalhadores. Os partidos políticos que foram convidados pelos estudantes em greve se fizeram representar pelo Srs. Celso Barros (PMDB), Carlos Lobo (PDT) Wall Ferraz e Ribeiro Magalhães (PP) Francisco Leite e Antonio Rezende (PT) Moraes Souza e Joaquim Bezerra (PDS). [...] O deputado Moraes Souza foi vaiado e cercado de perguntas pela maioria dos estudantes que condenavam o regime e ao mesmo tempo o sistema político do Estado. Já o professor Wall Ferraz, que representava o Partido Popular, agrediu a estudante de agronomia, Eugênia Medeiros, quando esta disse que não acreditava nos políticos que ali se encontravam, “que estes só tinham palavras bonitas, mas que jamais colaboravam com os estudantes, “como era o caso do professor Wall Ferraz, que foi prefeito de Teresina e nada fez pelos universitários do Piauí. [...]O deputado Moraes Souza, o “Mão Santa” representante do PDS foi o mais solicitado e ao mesmo tempo o mais vaiado. [...] Os estudantes acusaram o Governo Federal de destinar 30% dos recursos da Nação para as Forças Armadas e somente 4.18% para o setor educacional. “Mão Santa” não conseguiu explicar a disparidade e quando falou no nome do senador Petrônio Portela levou uma vaia de quase 2 minutos [...] Os aplausos para Mão Santa foram ainda mais veementes quando ele criticou a estrutura da Universidade Brasileira, particularmente do Piauí, solicitando aos estudantes que pedissem ao Reitor Camilo Filho que renunciasse seu mandato.¹⁰⁵

As discussões giraram em torno da urgência de uma Assembléia Nacional Constituinte, que possibilitasse a elaboração de uma nova Constituição Federal para o Brasil; prorrogação dos mandatos para prefeito e vereadores e verbas para a educação. As manifestações dos estudantes por meio de vaias e aplausos, naquele universo multifacetado, eram direcionadas as propostas, a partidos políticos e à simpatia pessoais.

¹⁰⁴ CARTA aberta aos estudantes e à população. [Teresina], Diretório Central dos Estudantes - DCE, Diretórios Setoriais, Centro Acadêmico de Economia, Comissões Pró-Centros Acadêmicos, UFPI, [1980]. Não paginado.

¹⁰⁵ TUMULTO na reunião dos estudantes. **O Estado**, Teresina, p.4, 10 set. 1980 .

O então reitor da UFPI, Professor Camilo Filho, também declara seu apoio à greve. Em entrevista concedida, declarou, “a maneira como os estudantes estão organizando a manifestação é correta e as reivindicações que eles pretendem fazer por mais verbas para a educação é mais do que justo [...] eu não seria um democrata liberal, se agisse de outra maneira”.¹⁰⁶

A posição assumida pelo reitor, lhe valeu elogios em jornal local,

Posição

A habilidade política do Reitor Camilo Filho é fato incontestável. Agora mesmo ele vem de dar outra demonstração, apoiando o movimento grevista dos universitários, que realizarão a manifestação pacificamente, e, o que é mais gratificante, debatendo e estudando assuntos de real interesses deles próprios e do próprio sistema educacional brasileiro.

Deixar de apoiar um movimento com esse espírito disciplinado e justo seria quebrar a confiabilidade existente entre o comando da Reitoria e o corpo discente.

O Reitor Camilo Filho foi exato, lúcido e certo mais uma vez.¹⁰⁷

Mas também ataques,

Indicado pela direção do PMDB para representar o partido ao lado de Celso Barros Coelho na greve dos universitários, o ex-deputado Francisco Figueiredo não compareceu e alegou para a imprensa que “essa greve não passa de um movimento sem objetivos”,

Disse mais Chico Figueiredo que a greve, além de não ter objetivo estudantil não tem também alcance popular porque as proposições dos universitários não tem ressonância e explica: “a Universidade Federal do Piauí recebe dinheiro até demais, mas acontece que não é utilizado em favor do estudante pobre que não pode nem se inscrever para um vestibular devido o elevado preço da taxa de inscrição.”

Declarou ainda Figueiredo que “se o dinheiro que o Governo manda para a Universidade do Piauí não está dando é porque ali existe um verdadeiro empreguismo político feito descaradamente”.

O ex-parlamentar opositor afirma que aceitaria um debate em praça pública e não na universidade. No seu entender os grevistas deveriam vir a rua para dizer ao público que dinheiro existe na universidade mas não está sendo aplicado no ensino”.¹⁰⁸

Mas, as desavenças entre homens públicos tinham em sua base o viés partidário, notadamente eram disputas entre homens do Partido do Movimento

¹⁰⁶ REITOR não boicota greve. **O Dia**, Teresina, p. 8, 3 set. 1980.

¹⁰⁷ POSIÇÃO. **O Estado**. Teresina, p. 2, 9 set. 1980.

¹⁰⁸ FIGUEIREDO critica a greve e acusa a universidade. **A Hora**, Teresina, p.2, 13 set. 1980.

Democrático Brasileiro - PMDB e homens do Partido Democrático Social - PDS. É certo que alguns se sobrepunham a estes conflitos pela própria performance, caso de Celso Barros Coelho citado no fragmento, professor da UFPI e jurista dos mais respeitados no Estado, pela competência, gozava naquele momento, de grande prestígio junto à sociedade, tendo trânsito livre, mesmo em espaços, partidariamente falando, contrários ao seu. Outro ponto, que também movimentava o debate acerca dos recursos disponíveis na UFPI, eram os gastos com a folha de pagamento. A instituição era considerada por alguns, como espaço para o empreguismo político local, idéia corroborada pela ausência de concurso público para provimento dos seus quadros administrativos.

Os estudantes encerraram a greve com ato público na Praça Pedro II, onde diversas lideranças se pronunciaram, sendo finalizado com a leitura de uma “Carta Aberta à População” que no geral do texto, reafirmava a luta por mais verbas para a educação e repudiava o descaso dos últimos dezesseis anos, com os interesses da população brasileira.



Figura 40 - Fonte: **Jornal da Manhã**, Teresina, 13 set.1980.

Em meio às lideranças intelectualizadas e de reconhecimento público, é significativo o pronunciamento de um engraxate da praça, Pedro Pereira, que afirmou, “fico muito feliz em presenciar um ato público de pessoas interessadas em pedir que todos sejam educados. Pois caso eu fosse educado não ficaria aqui todos os dias limpando os pés de ninguém.”¹⁰⁹

É interessante perceber na praça, a ressonância do projeto da educação como forma de ascensão social, projeto aliás, que era também de alguns estudantes universitários.

A greve dos estudantes da UFPI, no segundo semestre de 1980, significou muito mais uma paralisação nacional com o intuito de travar uma discussão em torno da problemática universitária com a comunidade. Com o apoio da reitoria, as aulas foram paralisadas, mas, segundo depoimento de um dirigente do DCE para um jornal local, eles não conseguiram reunir os estudantes para o debate como queriam as lideranças.¹¹⁰

Em abril de 1981, mais uma paralisação na UFPI, dois dias de protestos em nível nacional liderados pela União Nacional dos Estudantes – UNE. Protestavam contra a intransigência do Ministério da Educação e Cultura – MEC, que se negava a negociar as pautas de reivindicações das universidades brasileiras. Em Teresina, a paralisação contou com debates, reuniões e uma maior organização das comissões Pró – Centros Acadêmicos.

Mesmo sendo a paralisação convocada pela UNE com uma pauta de reivindicações nacionais, aqui os estudantes entregaram à reitoria um documento com questões bem locais, mesmo assim, com algumas consideradas específicas de cada curso e outras consideradas gerais: mais livros para a biblioteca, funcionamento da biblioteca aos sábados e domingos, diminuição do preço cobrado pela fotocópia na biblioteca, ampliação e melhoria no atendimento do Restaurante Universitário, mais transportes, mais salas de aulas, extinção dos cursos de curta duração, criação da disciplina Introdução à Filosofia no Ciclo Básico da universidade, dentre outras. Praticamente um mês depois, o reitor foi convocado

¹⁰⁹ MUITAS críticas no encerramento da greve ontem. **Jornal da Manhã**, Teresina, 1980.

¹¹⁰ FRACASSA a greve na universidade. **O Dia**, 13 set. 1980, p.7

para uma reunião no auditório, onde deveria se posicionar diante das solicitações dos estudantes.



Figura 41 - Universitários da UFPI divulgando as bandeiras de lutas da greve no centro da cidade.

Fonte: **Jornal da Manhã**, Teresina, p.5, 9 abr. 1981.

Essa prática passa a marcar a atuação do ME na UFPI, as grandes mobilizações nacionais eram, também, aproveitadas como momentos para discussões e encaminhamentos de problemas locais, específicos. Compreendemos que não temos aí um simples localismo, mas uma tendência que, no período, era dos chamados Novos Movimentos Sociais, as organizações cada vez mais identitárias, circunscritas. Ora, o Movimento Estudantil já era um correspondente dessa visão, no entanto, demonstrava claramente as dificuldades em alguns momentos de articular-se às lutas nacionais do ME. Não estamos de modo algum, desconsiderando a conexão local / nacional, nem tentando estabelecer a apologia do isolacionismo ou reducionismo, mas constatando o quanto as generalizações são fragilizadas e não dão conta de explicar o mundo.

Todavia, é importante considerar as leituras que foram feitas sobre o movimento de paralisação no início de 1981.

Dia 10 de abril,

A greve dos estudantes universitários, se pode ser condenada pelo fato de ferir a ordem administrativa do Campus da Ininga, deve, por outro lado, ser encarada como uma manifestação legítima de uma geração já preocupada com os destinos da educação e do mundo. As discussões dos problemas, organizada setorialmente, e o cominho inteligente, devendo evitar os costumeiros tumultos na abordagem dos assuntos, quando orientados de forma dispersiva.

Mas o que se sente entre todo o alunado universitário é uma total ignorância dos problemas piauienses, e até mesmo uma quase completa falta de informações sobre a realidade econômica e social do Estado, o que dificulta a condução dos debates, pois embora a greve seja um conduto para reivindicações nacionais, o Piauí deve, obrigatoriamente, ser analisado, na sua estrutura global, como um Estado diferente, pois é aqui que se concentram os mais graves problemas de ordem econômica, política e social neste País. Se os universitários de estados desenvolvidos no sul alinham um elenco de “propostas nacionais” a serem discutidas durante as greves regionais, convém destacar que muito dos “problemas” dizem respeito à economia e aos sistemas existenciais das universidades desses estados, pois como se sabe, a Universidade Federal do Piauí é bem aquinhada com recursos federais, chegando mesmo a pagar altos salários aos seus professores e a comprometer vultuosas somas em cursos que se ministram todos os meses no Estado. A reflexão, portanto, poderia ser dirigida para o ensino básico, para os salários das professoras primárias e para as magérrimas verbas que o MEC destina aos sistemas de 1º e 2º graus, dificultando o processo de ensino. Num outro plano, o estudantado universitário deverá orientar as discussões ao combate veemente ao empreguismo e ao pistolão, propondo o concurso público para todos os níveis. Estes dois péssimos hábitos piauienses são culpados de muitas anomalias existentes no processo de desenvolvimento do Estado.¹¹¹

Dia 11 de abril,

Sob o ponto de vista da conscientização universitária, a greve dos estudantes da FUFPI foi mais um fracasso da desnorteada juventude estudantil da Ininga. Os patéticos e controvertidos discursos proferidos na Praça Pedro II, além de frios e frágeis de conteúdo, não conseguiram sensibilizar sequer a platéia que compareceu ao local, formada, em sua grande maioria, por estudantes de cursinhos pré-vestibulares e de Unidades Escolares que resolveram assistir de perto o espetáculo circense da Pedro II. Sem um planejamento prévio e sem organização, sem lideranças e sem poder de persuasão, o chamado “comando de greve” não conseguiu atrair para a manifestação os próprios colegas, muito dos quais ainda hoje se divertindo na praia, para aonde foram depois que a greve foi decretada. Mais uma vez a indiferença parece contaminar uma geração inteira. Observa-se que os interesses pessoais, o individualismo, o egoísmo ainda predominam com estranha força sobre a sociedade piauiense, não a sensibilizando para as manifestações que poderiam atrair, pelo menos, os que estão direta ou indiretamente nelas interessados. A frustração da greve não pode ser

¹¹¹ A GREVE universitária. **O Estado**. Teresina, 10 abr. 1981.

debitada à desorganização do “comando”, já desorganizado em sua origem humana e estrutural, nem ao genial apoio do reitor Camilo Filho, que esfriou a excitação dos grevistas com uma atitude política de indiferença. O que aniquilou com a greve dos universitários foi a ingênua convicção de que o estudante piauiense está preparado para lutar em favor dos direitos da classe, por uma universidade livre e forte e por um futuro melhor. O sol do Equador que desaba sobre os ombros da juventude piauiense, não a faz apenas sofrer com seus dardejantes raios, mas leva-a também à demência, à preguiça e à incerteza. E estes não são, decerto, os instrumentos ideais para quem deve se preparar para enfrentar o futuro difícil que se anuncia.¹¹²

Alguns aspectos precisam ser sublinhados e analisados. Os dois fragmentos acima não foram assinados pelos seus autores, publicados pelo mesmo jornal em dois dias consecutivos. Essa repetição da matéria indica um interesse extremado em veicular uma determinada opinião. A UFPI, não era, politicamente um espaço neutro, não no sentido de que todos que ali estavam, necessariamente, tinham vinculações partidárias, mas do ponto de vista das lideranças estudantis e administrativas. As falas que incidem sobre esse universo, falam a partir de um lugar praticado. Outro dado que deve ser levado em conta, é a linguagem apresentada nas fontes, por exemplo, a expressão greve ao invés de paralisação, palavra agressiva e de certa forma perigosa, naquele momento, para o grande público ao qual destina – se um escrito de jornal.



Figura 42 - Fonte: **O Dia**, Teresina, 1981.

¹¹² A GREVE fracassada. **O Estado**. Teresina, 11 abr. 1981, p.3

Há, ainda, uma questão sobre a qual é preciso fazer referência. Esta representação extremamente negativa sobre o Movimento Estudantil e uma representação bastante positiva das atitudes da reitoria, predominam a partir do início da década de oitenta nos textos do citado jornal. É pertinente e esclarecedora a afirmativa de Chartier¹¹³ destacando a importância das lutas de representação, sempre colocadas num campo de concorrências e de competições que se encaminham em termos de poder e de dominação.

A juventude que militou no Movimento Estudantil da UFPI, não ficou imune às inúmeras imagens que foram sendo criadas ao longo das décadas sobre essa fase da vida humana, que no campo da história não se define a partir de faixas etárias ou divisão de fases. A transitoriedade é um aspecto a ser considerado, não se é jovem, se está jovem, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam¹¹⁴. Assim, ela vai sendo indicada dependendo da representação feita. Ora, como desnorteada, ora como intelectualizada, politizada etc.

Essa juventude também tem uma imagem de si, que se revela em hábitos, linguagem, gestos, preferências, gostos e roupas. Entre os que tinham militância em partidos comunistas, era comum a frase, “comunista não fala duas línguas, comunista só fala uma língua”, significando manter unidade no discurso, não apresentando versões, ou conceitos diferenciados pelos militantes, acerca dos acontecimentos. Na virada da década de setenta e mesmo no início da década de 80, os partidos comunistas ainda estavam na ilegalidade, mas se mantinham na clandestinidade, e na UFPI sabia-se quem eram seus militantes.

As roupas eram mais para o estilo largado, blusa e calça jeans, camisetas com frases em inglês ou beber coca-cola, para alguns mais radicais, era pura alienação, era estar de acordo com a exploração dos Estados Unidos sobre os países do “terceiro mundo”.

Janine lembra do sentar:

Minha geração que foi jovem nos anos 1970, celebrava a imprecisão. Um exemplo era o modo de se sentar, escarrapachado. As pessoas quase se deitavam nas poltronas. Esta imprecisão era por vezes cultivada, mesmo os

¹¹³ CHARTIER, op.cit. 1988. p.17

¹¹⁴ LEVI & SCHMITT, op.cit.1996.p. 8 – 9.

mais cultos; se sentiam levados socialmente, a fazer uso de gíria, de expressões vagas.¹¹⁵

Em junho de 1981, nas eleições para o DCE, foi eleita a chapa Nossa Voz, encabeçada por Osmar Júnior, aluno de Engenharia Civil. Naquele pleito, petistas e tribuneiros haviam se unido em torno de uma só chapa, o que ocorreria pela primeira e última vez. Consolidava – se, dessa forma, as duas expressões para os dois grupos de estudantes que se sobressaíam, em número e em visibilidade no ME local.

Entretanto, ainda no ano de 1981, as divergências afloram, renunciaram aos cargos o secretário de finanças e o secretário de cultura. Outro ponto de tensão se deu com a participação de alguns membros da diretoria do DCE no 33º Congresso Nacional da UNE que aconteceu em Cabo Frio no Rio de Janeiro. O então presidente do DCE, se pronunciou sobre as renúncias,

[...] Osmar Júnior, confirmou ontem a existência de divergências políticas dentro do DCE – “o que não significa necessariamente divisionismo” – ressaltando que os dirigentes permanecem unidos na luta por melhores condições de ensino [...] a renúncia dos ex-secretários de Finanças, Victor, e de Cultura, Sales, ocorreram por outros motivos, [...] Sales renunciou [...] por causa do grande número de disciplinas que iria pagar neste segundo semestre [...] “Victor [...] está se preparando para ser transferido para a Paraíba.”¹¹⁶

Alguns jornais, na época, noticiaram o fato como um choque ideológico. Os estudantes teriam renunciado aos cargos por não concordarem com a linha de atuação dos demais dirigentes.

O 33º Congresso da UNE, a participação de alguns estudantes teresinenses, também gerou conflitos entre as lideranças na UFPI,

O ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes, Antônio Fonseca Neto, disse ontem que uma carta aberta aos universitários foi divulgada, anteontem à tarde, pelo Diretório do Centro de Ciências Humanas e Letras pede a renúncia do atual presidente da entidade, Osmar Júnior e de outros dirigentes “por terem se distanciado dos verdadeiros objetivos da classe.” [...] pela forma como se comportou a direção do DCE durante o 33º Congresso Nacional dos Estados, culminando com o apoio para a eleição

¹¹⁵ RIBEIRO, op.cit. 2004,p. 25-26.

¹¹⁶ PRESIDENTE do DCE diz que há divergência. **O Estado**, Teresina, 24 nov. 1981.

da nova diretoria da UNE, sem antes ter havido um debate sobre a forma de escolha dos novos líderes.¹¹⁷

Ainda sobre o congresso ocorrido em Cabo Frio – RJ,

Consolidou-se em Cabo Frio, rio de Janeiro, o que os universitários brasileiros haviam iniciado em Piracicaba, São Paulo. O Congresso de Cabo Frio, ficará na história, como sendo o maior bacanal de todos os tempos já patrocinados pela entidade que se diz força máxima da estudantada brasileira.[...] Os estudantes reunidos em Cabo Frio, discutiram tudo, menos os problemas da classe . Tal como em Piracicaba, houve um festival de pornografias, com faixas, cartazes, panfletos e manifestações históricas, tudo sob a coordenação das esquerdas interessadas na queda do regime. [...] Aqui em Teresina, os estudantes que foram ao Rio na maioria, do Diretório Central, tendo a frente o presidente Osmar Júnior, voltaram decepcionados e revoltados com o que presenciaram, posto que, fizeram uma greve aqui protestando contra tudo e contra todos e quando chegaram a Cabo Frio se depararam com o mesmo sistema, e de tão envergonhados, estão se escusando de dar entrevistas a imprensa sobre o “Bacanal de Cabo Frio”.¹¹⁸

É preciso salientar, a princípio, que toda essa tensão se configurava numa disputa pelo espaço privilegiado de representatividade daquele coletivo na UFPI, eram dois grupos distintos identificados como militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). O congresso da UNE havia eleito indiretamente o espanhol Francisco Javier Alfaya, da Universidade Federal da Bahia, como presidente da entidade para a gestão 1981-1982. Javier era estrangeiro, foi eleito de forma indireta e apoiado pelo PC do B, pois segundo Poerner¹¹⁹, [...] os congressos anuais da UNE se tornaram tão rotineiros quanto a preponderância do PC do B, que vinha desde a eleição de Rui César e se estenderia até 1987, [...].

A última citação é uma matéria de jornal assinada pelo estudante do curso de Pedagogia Pedro Alcântara, que nas eleições de 1981 para o DCE da UFPI, concorreu como presidente pela chapa “Transformação”, disputando com a chapa “Nossa Voz” que tinha como candidato à presidência, o estudante Osmar Júnior.

Todas estas questões, portanto, são atinentes do ponto de vista das renúncias e do acontecimento do 33º congresso da UNE, ou seja, esclarecem os conflitos.

¹¹⁷ ESTUDANTES pedem cabeça do presidente do DCE. **O Estado**, Teresina, 23 nov. 1981.

¹¹⁸ NASCIMENTO, Pedro Alcântara. O bacanal de Cabo Frio. **O Estado**, Teresina, 1981.

¹¹⁹ POERNER, op.cit. 2004, p. 295.

A propósito, as eleições estudantis na UFPI, no ano de 1981, não transcorreram num clima de muita tranqüilidade, resultando em confrontos entre Pedro Alcântara (chapa Transformação) e Victor Emanuel Maciel (chapa Nossa Voz). O incidente foi transformado em literatura de cordel pelo estudante Ferreira, do curso de Direito,

Cordel das Eleições

[...] Pedro empurra o Vítor,
O Vítor o Pedro empurra,
Foi nome feio por todo lado,
Tape os ouvidos meu senhor,
O nome mais macio,
Senhor não pode ouvir,
Crianças nem se fala,
Pois o tímpano pode explodir
O Pedro todo rasgado,
Bem como se lastimou,
Quero que esse diabo se acabe,
Pois nunca mais entro,
Em movimento de estudantes,
Pois essa classe foi o diabo que inventou.¹²⁰

No segundo semestre de 1981, uma greve estudantil teve início na UFPI com duração de sete dias. Pela duração do movimento, os ânimos se acirraram entre as lideranças e a administração superior, o que levou a presença da Polícia Militar para o Campus. Os estudantes fizeram passeata pela cidade de Teresina, onde buscavam o apoio da população e divulgavam suas principais reivindicações. Como de costume, a Praça Pedro II serviu de espaço para ato público que marcou o fim do período grevista. Algumas reivindicações, como concurso público para admissão de docentes, ampliação do Restaurante Universitário, ampliação do acervo da biblioteca e o compromisso com o fim das transferências irregulares de alunos para a UFPI, foram colocadas para a reitoria.

A praça carregava toda uma simbologia do público, do “aconteceu na praça é de todos nós”. Os estudantes justificavam a escolha do espaço, como forma de levar à sociedade as questões estudantis mais importantes, chamando – a para uma luta que não podia ocorrer de forma isolada.

Ela não era esquecida por quem militou no ME de Teresina, e escreveu sobre o movimento grevista quatro anos depois,

¹²⁰ SOCOS e pontapés nas eleições do DCE. **O Dia**, Teresina, p.8, 14 maio. 1981.

A greve tornou-se comentário predileto da população e o reitor, que pretendia candidatar-se ao governo do Estado pelo PDS, sofreu um desgaste político profundo. Pichações em toda a cidade foram realizadas, declarando: “o Campus não é quartel”, fora da UFPI as tropas da polícia!”[...] Os estudantes exultaram: haviam obtido uma vitória espetacular. E o mais importante, haviam conquistado a confiança na força que representa a união a mobilização, haviam descoberto o caminho da luta para a conquista das suas reais aspirações.[...] A greve encerrou-se com uma importante manifestação pública na praça Pedro II, onde milhares de estudantes comemoraram o advento das grandes lutas de massa da UFPI.¹²¹

Chartier, argumentando a favor do peso das representações do mundo social, enquanto formas e motivos que descrevem a sociedade como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse, chama atenção para a importância de se identificar os símbolos e considerar simbólicos todos os signos, atos ou objetos, as figuras intelectuais coletivas. Estes são definidores na construção e comunicação de uma realidade apreendida¹²²

O Ministério da Educação e Cultura – ME, lançou em 06.01.1982 a Portaria n. 03, que regulamentava os preços das refeições em todos os restaurantes universitários e, logo em seguida, o corte nas verbas destinadas aos citados restaurantes. A Portaria definia os preços em Cr\$ 30 (trinta cruzeiros), para estudantes carentes e Cr\$ 130 (cento e trinta cruzeiros), para os não carentes, e os reajustes seriam semestrais, de acordo com o índice do INPC, enfim, unificava em nível nacional o preço da refeição. Mais uma greve por tempo indeterminado foi deflagrada pelos estudantes, pela tentativa da reitoria em colocar em prática os novos preços e, pela reação dos estudantes em não aceitar e ocupar o caixa do refeitório mantendo os preços anteriores, o reitor decidiu pelo fechamento do RU.

A greve durou 15 dias, e ao final da primeira semana, sem que estudantes e reitoria chegassem a um acordo, um grupo de nove estudantes resolveu iniciar uma greve de fome. Cosme, do curso de Agrimensura, José Carvalho, da Agronomia, Airton Sampaio, da Pedagogia, Sérgio, do ensino secundário, Teresinha Cortez, da História, Tetê, da Agronomia, Achyles, da Engenharia Civil, Antônio José da Pedagogia, Ésio, do Serviço Social e Helbert Maciel, do Direito.

¹²¹ LOPES Marcos. op.cit., 1985, p. 106.

¹²² CHARTIER, op.cit. 1988. p.19

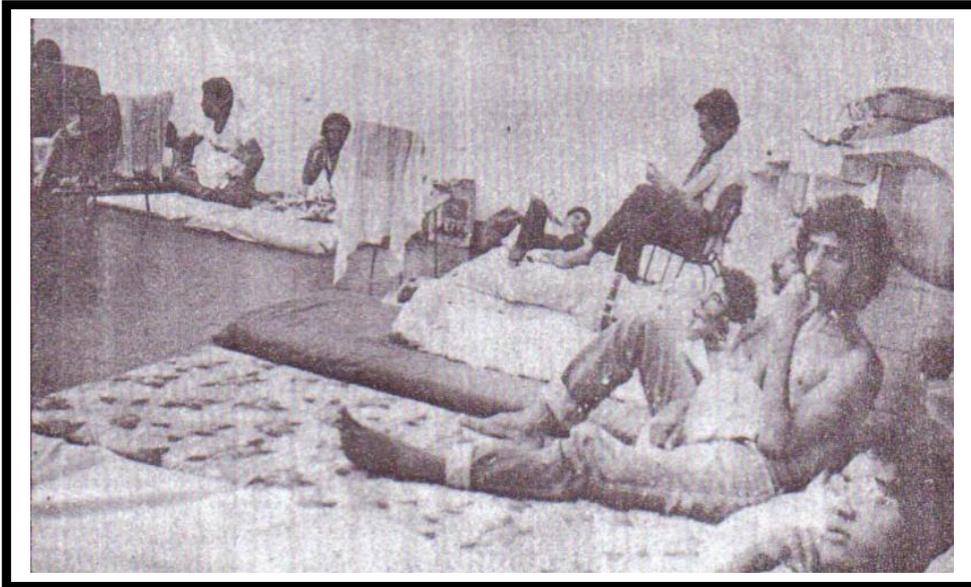


Figura 43 – Universitários em greve de fome na UFPI.
Fonte: **O Estado**, Teresina, 29 abr. 1982

Diante do fato, a opinião pública se dividia em zombarias,

A greve de fome dos universitários tem uma dieta: os dez grevistas tomam diariamente caldo de cana, geléia de mocotó, suco de limão e mel de abelha. Eles estão numa sala com ar condicionado e se deitam em colchões de molas.

Um espirituoso morador da Cidade Satélite perguntou como é que se faz para entrar nessa greve tocada a geléia, mel e caldo de cana, coisas que pelas bandas de lá ninguém sabe nem se existe.

A propósito, indaga-se se existem alimentos mais nutritivos, com mais proteínas e calorias do que a dieta universitária. Para completar, só falta uma gemada, com chocolate, de preferência.¹²³

Em zombarias e saudosismos, “Ante a relutância do reitor Lineu Araújo de não aceitar a proposta dos estudantes, um líder ativista do DCE, saudoso, comentava ontem: “Com o Camilo a gente contava piadas e tomava cafezinho”¹²⁴

Com críticas contundentes,

[...] No caso da greve que presentemente se verifica e do anúncio de um grupo de universitários solidários com a deflagração de “greve de fome”, vale se ressaltar que os estudantes têm todo o direito a alimentação subsidiada. E mais têm direito ao máximo possível de subsídios. Trata – se, na verdade, de uma afirmação que de modo algum deve chocar pessoas que, com adequado uso da inteligência, vêem nisso um privilégio, sobretudo quando se constata que, entre os estudantes alimentados por bandejões subsidiados estão filhos de famílias ricas de Teresina e o interior piauiense, tradicionalmente abastadas, capazes de pagar o justo preço pela comida

¹²³ GREVE de fome. **O Estado**, Teresina, abr. 1982

¹²⁴ GREVE de fome II. **O Estado**, Teresina, 1982

que recebem na escola, aliás o que corresponde ao grande número de universitários que freqüentam o campus da Ininga, centenas deles que para ali se deslocam em carros de luxos. [...] "comida grátis é algo que não existe", pois quando alguém está comendo a alimentação subsidiada, é evidente que alguém paga para que isso ocorra e é injusto que uma sociedade de pobres pague para que alguns ricos se aproveitem para comer também, invariavelmente aqui ostentadores de riquezas
O mecanismo deveria ser aplicado apenas para quem não pudesse comprar e para que essa discriminação fosse feita, bastava a classificação nas fichas de estudantes: o pobre, o filho do trabalhador merece comer gratuitamente, mas o filho do desembargador, do médico, do industrial e do secretário de Estado, não pode gozar desse privilégio.[...] ¹²⁵

E em reconhecimento da vitória alcançada pelo Movimento Estudantil Universitário:

O movimento grevista encenado por alguns dias no campus da Universidade Federal do Piauí, embora tenha sido pautado de posições negativas, teve um saldo visivelmente positivo, com a vitória da unidade estudantil, que procurou, por meios pacíficos e sempre adstrita ao diálogo, buscar saldos que atendessem a reivindicação em torno da redução do preço do bandejão, que foi considerado extorsivo e distante dos degraus de uma majoração justa.

A greve de fome encenada corajosamente por 12 jovens foi na verdade, um esforço para a distensão dos entendimentos que, por alguns ângulos se tornaram tensos, mas sempre com perspectivas de retomada e recuos táticos para a espera de outros avanços. A reitoria comportou – se no pós – greve com extraordinária lucidez, inclusive tomando a iniciativa de anistiar o forte contingente grevista das faltas as aulas, cujo abono evidenciou a vitória dos que estiveram no estribo de uma luta que foi deflagrada em todo do país em tom reivindicatório e não de protesto como alguns setores apressadamente antes interpretaram.

O diálogo no campus da Ininga, em Teresina, foi sempre freqüente, onde soluções foram buscadas, embora os anti – grevistas tenham saído do episódio um pouco chamuscados. Relativamente, mostraram a força de vontade e capacidade para negociação, que buscou, no bojo dos entendimentos, a compreensão e o reconhecimento lúcido da reitoria, na fixação do bandejão, que deveria custar 130 cruzeiros em apenas 25 cruzeiros. [...] ¹²⁶

Temos portanto, algumas representações do mesmo fato, que oscilam das afirmações diretas às irônicas, do afirmativo ao sugerido.

Os estudantes que fizeram a greve de fome ficaram sob os cuidados médicos com uma dieta prescrita, a idéia não era suicídio, mas, simbolicamente, com a retirada das principais refeições diárias, fazer o protesto, dar a ver uma posição.

¹²⁵ GREVE boba. **O Dia**, Teresina, 27 abr. 1982, p.2

¹²⁶ VITÓRIA da Unidade. **O Dia**, Teresina, 29 abr. 1982



Figura 44 – Universitários aguardando Assembléia Geral para discutir questões relativas à greve estudantil de 1982.

Fonte: **O Dia**, Teresina, 29 abr. 1982.

O professor Camilo Filho era um homem de posição política partidária bem recortada dentro do contexto brasileiro daquele período, ocupava, em Teresina, um cargo de confiança do governo federal, um dos mais importantes do país. Reconhecido em seu profundo senso de humor, mantinha em alguns momentos relações generosas e cordiais com lideranças estudantis, gerando especulações que duvidavam da autonomia de algumas entidades estudantis. Há de se levar em conta, que este é um novo momento que enseja uma nova relação entre Estado e movimentos sociais, entre os poderes instituídos e a sociedade, nessa relação de busca de direitos, os lados em oposição declaram interesses divergentes, mas não são inimigos. “O Estado nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos mas seu principal interlocutor” ¹²⁷

Sem dúvida que uma pesquisa acerca da situação sócio-econômica dos estudantes que freqüentavam a UFPI até meados da década de 1980, pode ser esclarecedora. Frequentemente se argumenta que naquele período no Brasil, a

¹²⁷ GHON. op.cit. 2006.pág. 287 – 288.

clientela do ensino superior seria formada em sua maioria pelas chamadas classe alta e média. Mas, a questão não passava necessariamente pela pobreza ou não do estudante, perpassava o viés da busca cotidiana de direitos, da cobrança do que era considerado devido.

A greve de 1982 terminou com a negociação do preço único do bandejão em Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), com o número ilimitado de carentes, que passaria a ser determinado por alguns critérios estabelecidos. As faltas, provas e reposições de aulas foram encaminhadas para uma solução possível, a uma comissão de professores.

A Polícia Militar, no entanto, impediu o ato público que os estudantes em greve haviam marcado para o dia 20 de abril de 1982, na Praça Pedro II, como era de costume. Não conseguindo negociar com o comandante da polícia, Agostinho Pinheiro Neto, os estudantes se dirigiram para a Praça Campo de Marte, conhecida em Teresina como a “Praça do Verdão”, situada na zona centro-norte da cidade.

A proibição estava pautada na portaria de 11 de janeiro de 1982, expedida pelo secretário de Justiça e Segurança do Estado do Piauí, José Eduardo Pereira, em que proibia a realização de atos públicos nas praças Rio Branco, Deodoro da Fonseca, Landri Sales, Pedro II, da Liberdade, da Costa e Silva, Demóstenes Avelino, João Luis Ferreira e Floriano Peixoto. Manifestações, ainda de acordo com o documento, deveriam ser previamente autorizada pela citada secretaria, mediante requerimento da entidade interessada com um mínimo de 72 horas antes da data pretendida.¹²⁸

O secretário alegava que as praças vetadas, deixavam expostos estabelecimentos bancários, repartições públicas, lojas comerciais e casas de diversão; a eventuais tumultos, saques e depredações.

Segundo Paiva¹²⁹, a sociedade brasileira dos anos oitenta viveu em momento de acúmulo de informações, do advento da cultura de massas e da produção exacerbada de signos. Não existiu na década de 1980 uma ideologia hegemônica, tendo em vista que as estratégias de poder não se centralizavam em um setor específico, mas se desenvolveram no espaço social das diversas instituições.

¹²⁸ JOSÉ Eduardo proíbe manifestação pública. **Jornal da Manhã**, Teresina, 21 abr. 1982.

¹²⁹ PAIVA, Cláudio C. de A. **Trama cultural dos anos 80**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1987.

As expressões culturais dos anos 80 são importantes nas tentativas de compreensão daquele período, foram geradas pelas relações estabelecidas entre a sociedade e os acontecimentos, demonstrando sentimentos, desejos, contradições, paixões e utopias. Destacam-se neste quadro, por exemplo, o cinema e a música, que expressavam, sobretudo, sentimentos e valores da classe média e dos jovens. A música, sem dúvida, foi um dos principais elementos dessa expressão cultural, instrumento de contestação, reivindicação e inconformismo da sociedade. O rock foi o gênero que mais se identificou com a década, com seus recursos tecnológicos e guitarras elétricas.

O grupo Barão Vermelho, em 1983, lançou a música “Pro dia nascer feliz”,

Estamos, meu bem por um triz
Pro dia nascer feliz
O mundo inteiro acordar
E a gente dormir
Pro dia nascer feliz
Essa é a via que eu quis
Nadando contra a corrente
Só pra exercitar
Todo o músculo que sente
Me dê de presente o teu bis
Pro dia nascer feliz¹³⁰

Residia aí toda a esperança pra ser feliz com o fim da ditadura militar. A música acompanhou vários comícios no Brasil pelas “Diretas Já”, campanha feita no período militar por eleição diretas para presidente da República. O mesmo ocorreu com a música, “Inútil”¹³¹, do grupo Ultraje a Rigor, além de acompanhar os comícios, aludia para a Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas no Brasil, derrotada no Congresso Nacional em 25 de abril de 1984.

Em fins de maio de 1983, a chapa Viração¹³² ganhou as eleições para o DCE da UFPI. O discurso do grupo ressaltava a crise geral em que vivia o país, a

¹³⁰ Barão Vermelho. **Pro dia nascer feliz**, Som livre, 1983.

¹³¹ Letra da música Inútil: “A gente não sabemos escolher presidente / A gente não sabemos tomar conta da gente / A gente não sabemos nem escovar os dentes / Tem gringo pensando que nós é indigente / Inútil / A gente somos inútil / A gente faz carro e não sabe guiar / A gente faz trilho e não tem trem para botar / A gente faz filho e não consegue criar / A gente pede grana e não consegue pagar / A gente faz música e não consegue gravar / A gente escreve livro e não consegue publicar / A gente escreve peça e não consegue encenar / A gente joga bola e não consegue ganhar.” Fonte: ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Expressões Culturais e Sociedade: O caso do Brasil nos anos 1980. **Revista História Actual OnLine**, n. 10, Primavera, p. 42, 2006.

¹³² Composição da chapa Viração: Presidente: Marcos Lopes (Marquinho) CT, Vice-Presidente: Modesto CCA, Secretaria Geral: Helena, Secretaria de Imprensa: Raimundo CCHL, Secretaria de

miserabilidade, a calamidade que era o ensino público. Particularizavam a fala em relação às péssimas condições de ensino, e à necessidade de democratização das relações no interior da UFPI. Vislumbravam um DCE mais dinâmico e representativo, e sem perder a chance em campanha eleitoral, prometiam a “virada” daquela situação. A chapa era composta por jovens que militavam no Partido Comunista do Brasil (PC do B).



Figura 45 – Fonte:Capa da Carta Programa da Chapa “Viração” que concorreu às eleições do DCE/UFPI para a gestão 1983/ 1985.

Cultura: Aldenires (Nira) CCHL, Secretaria de Esportes: Esther CCS, Secretaria de Divulgação: Zé Carvalho CCA, Secretaria de Finanças: Oliven CCHL, Secretaria das Relações Externas: Itajay CT, Secretaria de Intercâmbio: Ciríaco CCHL, Secretaria de Ensino e Pesquisa: Ramiro CCN, Secretaria de Assuntos Estudantis: Lucineide (Lu) CCE..

Recorrendo mais uma vez à greve, instrumento de luta ainda poderoso e que evidenciava o ME, os estudantes exigem a demissão dos funcionários fantasmas,¹³³, a melhoria das condições de ensino e de assistência ao estudante. A greve deflagrada em outubro de 1983, foi a mais duradoura até então, na história da instituição, vinte e três dias de paralisação na UFPI.

A campanha pelas “Diretas Já”, o desejo de retomar o direito de votar para presidente, mobilizam milhões de pessoas por todo o país, onde as cores quase se tornavam únicas para todos.



Figura 46: Diálogo imaginário entre o presidente da Republica João Batista Figueiredo e Ulisses Guimarães, presidente do PMDB e um dos líderes da campanha Diretas- Já. Fonte: Revista Senhor, 09 nov. 1983.

¹³³ Expressão utilizada para designar funcionários que figuram nas folhas de pagamento de órgãos públicos, mas, que, efetivamente, não trabalham.

A grande concentração na praça da Sé em São Paulo, gerou um “cartão postal” para o Brasil, e vários textos,

Era para ser apenas mais uma passeata, da praça da Sé ao vale do Anhangabaú, fechando o festival cívico da Campanha das Diretas, em São Paulo. Mas [...] todos se deram conta de que não era passeata só, eram muitas, vindas de todos os cantos, batendo [...] o recorde de gente em manifestações públicas no Brasil.

Aos políticos, já faltavam palavras para expressar a emoção de ver o vale do Anhangabaú transformado numa maré humana como nunca se viu antes igual no Brasil. Parecia que São Paulo inteira havia saído para as ruas [...] carros de som tascavam ‘Caminhando’, hino de Vandré. [...] ‘Vem, vamos embora, que esperar não é saber’ [...] Sai Vandré, entra Chico – ‘apesar de você, amanhã há de ser outro dia / ainda pago pra ver esse dia nascer...’ – vem Milton Nascimento, entra Simone, brilha Elis [...]

[...] o Anhangabaú, lotado dava o grande recado político para Brasília. O coro é ensurdecedor: ‘Chora Figueiredo, Figueiredo chora, chora Figueiredo, que chegou a sua hora.’¹³⁴

Mas a derrota no Congresso da Emenda Dante de Oliveira que propunha as Diretas, frustrou e fez chorar a mesma multidão. Em Teresina, a tristeza veio em frente à televisão, com a transmissão dos acontecimentos. Na UFPI, circulava panfleto com os nomes dos parlamentares piauienses que haviam deixado de votar ou que tinham votado contra as eleições diretas.

Em Teresina, é perdida a chance de votar para presidente da República, mas não a campanha “Diretas para Reitor”, é a nova palavra de ordem do movimento estudantil. Uma emenda aprovada em novembro de 1983 pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, definia que os Conselhos das Universidades federais passariam a elaborar listas sêxtuplas para posterior escolha pelo Presidente da República. A UFPI, através do Conselho Universitário e do Conselho Diretor, elaboraria tal lista entre 18 de julho e 17 de agosto de 1984, prazo definido para todas as instituições. Influenciar, através de alguns nomes, na elaboração do documento, passou a ser uma campanha do ME local.

O ano de 1984 trouxe a novidade de uma mulher na direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Marlúcia Valéria, aluna do curso de Serviço Social, foi eleita com a chapa “Nascente”, ficando como a primeira mulher a presidir aquela entidade.

¹³⁴ KOTSCHO, Ricardo. **Folha de São Paulo**, p. 6, abr. 17, 1984.

Mas, os sonhos,

nada de mais aconteceu,
apenas cortaram sua carne e beberam seu sangue
e louvaram aos diabos
o que ainda restava de braços
para pegar na enxada – fuzil
mas assim mesmo antes de arrancarem sua boca
ele conseguiu fecundar o chão com um beijo
e fincar unhas e dentes na terra
num desespero de libertação ¹³⁵.

Os sonhos continuaram fincados num mundo representado como truculento e maldito, imperando a força do recomeço e a busca incessante de liberdade. Era uma percepção poética daquele momento.

Analisando a década de 1980, Ventura ¹³⁶, assegura que o ano de 1985 foi um divisor de águas, onde a democracia efetivamente passou a interferir no espaço cultural. O consenso construído para combater o regime militar começou a se diluir, dando lugar ao dissenso, ao desacordo, à diferença, à democracia. A produção cultural gerava novas possibilidades.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1984, lançava campanha nacional contra o aumento das mensalidades nas escolas particulares de ensino superior,

Reunido recentemente em Brasília, o Conselho Federal de Educação autorizou os proprietários de escolas particulares de 3º grau a aplicarem um aumento de 72,7% nas mensalidades a partir de 1º de Janeiro. O índice poderá ser sancionado a qualquer momento pelo MEC. Dócil seguidor de tudo o que lhe determina a ministra, impermeável à participação ou mesmo aos reclamos da comunidade universitária, o CEE insiste na política de elitizar ainda mais o ensino de terceiro grau no país, incentivando aumentos injustificadamente acima dos reajustes pagos aos professores. O resultado é a evasão escolar constante e crescente. Embora o MEC não divulgue dados relativos a todo o território nacional, calcula-se que ela se situe entre 20% e 30% nos últimos quatro anos, significando um atraso cultural ainda maior para o país. Além da evasão, verifica-se em todos os Estados uma redução de ano para ano no número de matrículas para o vestibular, que em alguns casos passou a ser desnecessário devido ao pequeno interesse despertado pelas vagas. ¹³⁷

¹³⁵ OZEAS, de Sousa. Aconteceu. **O Berro**, Jornal do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, Teresina, mar. 1984, p.9.

¹³⁶ GASPARI, Elio. HOLLANDA, Heloisa. VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito: da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹³⁷ A UNE denuncia: aumento de 70% visa elitizar a universidade. Nov. 1984.

A proposta da UNE era que os alunos buscassem o apoio dos professores e resistissem ao aumento, visando assim, diminuir a evasão e a elitização da universidade. Ora, esta era, no mínimo, uma campanha esdrúxula, tratava-se de empresa privada e a política salarial das instituições privadas de ensino é definida, ou negociada a partir dos reajustes das mensalidades.

Apesar do “Eu quero votar para presidente”, as eleições para presidente do Brasil, em 1985, ainda foram decididas pelo Colégio Eleitoral. Paulo Maluf, candidato pelo PSD e escolhido pelos militares, e Tancredo Neves apoiado pela Aliança Democrática, formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Frente Liberal (PFL). Depois de 21 anos de ditadura militar, tivemos a folgada vitória do civil Tancredo Neves, na eleição indireta no Colégio Eleitoral.. Em função do seu falecimento antes de tomar posse, assume o governo o maranhense José Sarney, vice de Tancredo e ex-presidente do Partido Social Democrático (PSD).



Figura 47: Tancredo de Almeida Neves – 34º presidente da República Federativa do Brasil indicado pelo Colégio Eleitoral, faleceu antes de tomar posse do cargo em 21 de abril de 1985.
Fonte: **Folha Acadêmica**, Rio Grande do Norte, p.05, 1985.

As chapas que irão concorrer ao Diretório Central dos Estudantes-DCE na UFPI, de 1985 a 1988, invariavelmente ressaltavam em suas cartas-programas a crise por que passava o ensino superior brasileiro e a urgência em democratizar estas instituições.

Segundo Poerner,

Entre 1987 e 1989, com a UNE esvaziada e paralisada por grandes divisões internas, o cenário das lutas estudantis foi tomado pelos secundaristas, que, com seus jingles roqueiros e suas mochilas, saíram às ruas das grandes capitais para exigir a redução das mensalidades e a melhoria do nível de ensino. Com idades de 12 a 18 anos, a chamada “geração – mochila” queria, ainda, o fim das restrições à atuação e à exigência dos seus gênios - restrições que persistiam, apesar da meia – passagem nos ônibus, reformas nas escolas e professores nas salas de aula ¹³⁸.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o estudante Carlos Lopes assumiu a presidência do DCE / UFPI, sendo por demais sintomáticas as suas reflexões sobre o Movimento Estudantil Universitário,

Há palavras de ordem caducas no campus, os problemas da juventude não têm sido questionados, por isso é necessário estimular os colegas a pensar [...] ainda prevalecem conceitos ultrapassados entre os estudantes que têm saudades das lutas da década de 70 e 80 [...] iniciar científicas análises é um passo importante no momento ¹³⁹.

De fato, a década de 1990 que se anunciava, trazia em seu bojo um novo quadro político para o Brasil, e o ME necessitava dessa compreensão para se reorganizar e continuar atuando.

A fala do presidente do DCE sobre pensar os problemas da juventude, nos remete a Glória Gohn ¹⁴⁰, quando analisa os movimentos sociais, afirma que nos anos 90, os antigos militantes envelheceram, ou cansaram – se, ou tornaram – se dirigentes de organizações, parlamentares, etc. Os novos militantes têm um perfil diferenciado, somente se envolvem com as causas coletivas quando estas têm a ver com o mundo vivido por eles. Os novos militantes da década de 90 olham mais para dentro de si próprios, deixam a paixão pelo coletivo em segundo plano e buscam

¹³⁸ POERNER, op.cit.2004. p.297.

¹³⁹ **Diário do Povo**. 05 e 06 de nov. 1989.

¹⁴⁰ GOHN, op.cit.2000, passim.

suas próprias paixões. São mais estratégicos, racionais, menos passionais, mais habernasianos, buscando, justamente, ser felizes.

Ribeiro Neto, tratando do Movimento Estudantil nos anos oitenta, defende que o movimento foi mistificado nos anos sessenta, tornando-se a concepção única de política enquanto assalto ao poder. Mas, essa concepção já não tinha mais território nos anos 80, as entidades estudantis dessa década viraram “fantasmas desencarnados das entidades e práticas do passado [...] apenas órgãos que repetem infundável e tristemente a mesma história alheios e contra a vida e as experiências das pessoas que seriam a sua substância.”¹⁴¹

Todavia, Ribeiro ¹⁴² tratando de juventude e política na atualidade, afirma que hoje a juventude está em alta e a política em baixa, sendo vista pela maioria das pessoas, como não levando a lugar nenhum. A política está em crise, não consegue realizar suas promessas, e a participação política dos jovens não chama a atenção como em 1968 ou 1984 no Brasil. Hoje, as relações são menos totalizáveis e mais grupais, mais de vínculos que experiências.

Se este é um ponto de vista sobre a relação atual da juventude com a política, não deixa de apresentar mais uma possibilidade de resposta para a relação atual dos jovens universitários com o movimento estudantil.

Enfim, pensar esse universo de práticas, quer seja da sua configuração na década de oitenta ou dos últimos anos, parece pertinente pensá-lo não como um movimento de uma determinada classe social, mas como cultura, manifestação cultural. Cultura juvenil de significados, expressões e traduções da realidade, mais ampla e fluída, plural em interesses.

¹⁴¹ RIBEIRO NETO Apud SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia**: a militância política dos jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker; FAPESP, 1999, p. 47.

¹⁴² RIBEIRO, op.cit. 2004.passim.

5 – CONCLUSÃO

O Movimento Estudantil Universitário na UFPI, de 1979, carrega todas as utopias da organização e significados que lhes eram atribuídos e reconhecidos no seu devir. O ano comemorado como marco do ME, comportando todo o anúncio de explosão do movimento na década que se iniciava, traduz-se para os estudantes militantes de Teresina, como o ano de grandes lutas. Organizar o movimento, mobilizar os estudantes, lidar com entidades criadas e controladas pela administração superior, no caso DCE e DS's e, ao mesmo tempo, romper com os DS's e criar os CA's. Tarefas complexas e incômodas dentro de um espaço em começo, afinal, a UFPI somente foi instalada em Teresina, no ano de 1971.

Como aquele não era apenas um espaço de lutas políticas, mas de sociabilidades, amplo e heterogêneo, legitimar práticas naquele universo, era desafiador.

Os jornais locais abordavam os acontecimentos relativos ao ME, sob vários ângulos, não se podendo generalizar que a imprensa escrita se resumia a ataques furiosos e fulminantes sempre. É fácil localizar comentários elogiosos e comentários grosseiros. Um dado interessante, é que os comentários desfavoráveis, no geral, são textos escritos, não assinados, os favoráveis, aparecem em sua maioria na sutileza do traço das charges, estas imagens que podem desencadear leituras diversas.

Nos primeiros anos da década de oitenta, o ME consegue visibilidade dentro da sociedade, são anos pontuados por greves, que chamam atenção para aqueles estudantes da UFPI.

A movimentação pode ser traduzida em criatividade, mediações e negociações, porque os grupos disputavam, não estavam à parte do restante dos estudantes que também compunham aquele espaço, não viviam acima das várias representações, dos sentidos e significados, que variavam acerca do movimento estudantil, das identidades para aqueles que militavam.

Não era um espaço fechado e de contornos definidos, mas fragmentado em suas tensões, contradições e conflitos, como em todo lugar onde homens estabelecem relações, mesmo sendo “movimento” que invariavelmente aponta para

um coletivo em consenso. Enquanto movimento, carregava marcas dadas, enquanto militante / estudante / jovem, os sentidos atribuídos a juventude; assim, não é possível aquele universo como singular. Chartier¹⁴³ faz uma proposta, “[...] um espaço de trabalho entre textos e leituras, no intuito de compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação.”

Talvez, situar o Movimento Estudantil na UFPI como práticas culturais que não são desvinculadas de um tempo, e que se situam e são situadas por representações sociais, amenize o saudosismo exacerbado dos anos 60 e 70, e, retire dos ombros dos jovens que hoje estão no movimento estudantil, a cobrança, ou por outra, a missão impossível de serem fantasmas de um outro tempo.

Concordamos que o conhecimento histórico é parte do real, e assim, seletivo, provisório, incompleto e limitado. Sua produção, declara lugares sociais, valores e escolhas, que jamais poderão exaurir um objeto, dar-lhe o acabamento final, o juízo cabal. Impulsionando sempre para novas criações, novas invenções.

O Movimento Estudantil Universitário em Teresina, portanto, é um espaço aberto para investidas de pesquisa, em suas múltiplas facetas e nuances, subjetividades, contradições, conflitos e fontes em aberto.

¹⁴³ CHARTIER, op.cit, p. 28. 1988.

REFERÊNCIAS

“TRAVESSIA”: vitória confirmada. **O Dia**. Teresina, 8 jun. 1979.

31º CONGRESSO – UNE. **Boletim dos estudantes da Bahia/beba**. Diretório Central dos Estudantes da UFBA. Salvador, jun. 1979, p. 2

A BROCA de Vilson, Material encontrado no DCE da UFPI sem maiores informações, com formato de jornal alternativo datado de 1979

A GREVE fracassada. **O Estado**. Teresina, 11 abr. 1981, p.3

A GREVE universitária. **O Estado**. Teresina, 10 abr. 1981.

A UNE denuncia: aumento de 70% visa elitizar a universidade. Nov. 1984.

ABRAMO, Helena N. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Pagina Aberta, 1994.

ABSTENÇÃO alcançou 80% na eleição da UNE aqui. **O Dia**, Teresina, 5 out., 1979.

ARAÚJO, Emérson. A literatura brasileira de autores piauienses na década de 70 por dentro. Disponível em: <http://emersonaraujo46.blogspot.com>. Acessado em:21/07/2008.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Amanhã, na batalha, pensa em mim. **Revista Cult**, São Paulo, n. 78, p. 60, mar., 2004

Barão Vermelho. **Pro dia nascer feliz**, Som livre, 1983.

BARBOSA, Andreza. A (des) articulação do movimento estudantil: décadas de 80 e 90). **Educação: Teoria e Prática**, v. 10, n.19, p.6, jul.dez.2002

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1994.

BORDIEU, Pierre. O tempo e o espaço no mundo estudantil. In: BRITO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

BRASIL. Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 nov, 1968.

CARTA aberta aos estudantes e à população. [Teresina], Diretório Central dos Estudantes - DCE, Diretórios Setoriais, Centro Acadêmico de Economia, Comissões Pró-Centros Acadêmicos, UFPI, [1980]. Não paginado.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da tropicália**. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 4 ed. São Paulo: Papirus, 2005 (Coleção Travessia do Século)

_____. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 4 ed., Tradução de Epraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger, **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1988. (Coleção Memória e Sociedade)

CHAVES, Leite. **Discurso pronunciado no Senado Federal** na Sessão de 15 de maio. 1979.

DECRETO proíbe participação de DCEs na eleição da UNE **Jornal do Brasil**. 2 out., 1979.
Diário do Povo. 05 e 06 de nov. 1989.

DIRETÓRIO da UFPI recebeu hoje novos diretores. **O Estado**, Teresina, p.4, 17 jun. 1978.

DIRETÓRIOS trampolim para oportunistas? Ou expressão viva da consciência estudantil? **Jornal do Calouro**, DCE, Teresina, 1979. Não paginado.

Entrevista com Antônio José Medeiros. Secretário de Educação do Estado do Piauí. 11/07/2004. Entrevista cedida para a estudante Renata Flávia de Sousa Brandão.

Entrevista com o Pe. Raimundo José Airemorais Soares. Diretor da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), no final da década de 1960. 06/02/2004. Entrevista cedida para a estudante Renata Flávia de Sousa Brandão

ESTATUTO do Diretório Acadêmico “Cromwell de Carvalho”, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 1974

ESTUDANTE denuncia violação de cartas em diretório da FUFPI. **O Estado**. Teresina, p. 4, 2 ago.1979.

ESTUDANTES comentam sobre o 477. **O Dia**, Teresina, 1979.

ESTUDANTES pedem cabeça do presidente do DCE. **O Estado**, Teresina, 23 nov. 1981.

FIGUEIREDO critica a greve e acusa a universidade. **A Hora**, Teresina, p.2, 13 set. 1980.

FONSECA nega apoio da Arena Jovem nas eleições. **O Estado**, 17 maio. 1979, p. 7.

FONTENELES, Cláudia Cristina da Silva. Entre Heráclito e Parmênides: a modernização em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. Vasconcelos, José Geraldo. (Orgs). **Outras Histórias do Piauí**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 3 ed, 1982.

FRACASSA a greve na universidade. **O Dia**, 13 set. 1980, p.7

GASPARI, Elio.HOLLANDA, Heloisa.VENTURA, Zuenir.**Cultura em trânsito: da repressão à abertura**.Rio de Janeiro: Aeroplano,2000.

GOHN, Maria de Glória. **Teorias dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GREVE boba. **O Dia**, Teresina, 27 abr. 1982, p.2

GREVE de fome. **O Estado**, Teresina, 1982

GREVE de fome II. **O Estado**, Teresina, abr. 1982

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JATOBÁ, Roniwalter. **A crise do regime militar**. São Paulo: Ática, 1997. (Retrospectiva do Século XX).

JOSÉ Eduardo proíbe manifestação pública. **Jornal da Manhã**, Teresina, 21 abr. 1982.

KOTSCHO, Ricardo. **Folha de São Paulo**, p. 6,abr. 17, 1984.

LEVI, Giovanni. SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos Jovens I: da antiguidade a era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÍDER jovem diz que a greve foi farsa.**A Hora**, 19 set., 1980, p. 2.

LIMA, Antônia Jesuíta. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LOPES, Marcos. A história recente do movimento estudantil universitário piauiense. **Almanaque da Parnaíba**. 60 ed.. Parnaíba-PI: Ranulpho Raposo. 1985.

MALLOY, James. Política economia e o problema da governabilidade democrática nos Andes Centrais. In: SOLA, L. (Org) **Estado, mercado, democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais, **Revista Lua Nova**, n. 17. São Paulo: CEDEC, 1989.

MENDES Jr., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7 – 8. (Coleção Tudo é História)

MOÇÃO de repúdio ao aumento das taxas de refeição. Teresina, Comissão Pró-Centro Acadêmico do Curso de Economia, Diretório Central dos Estudantes, UFPI, 1979

MOTTA, Rodrigo Patto. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.13.

MUITAS críticas no encerramento da greve ontem. **Jornal da Manhã**, Teresina, 1980.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998, p. 81. (Discutindo a História do Brasil)

NAPOLITANO, Marcos. Os Festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro(1966-1968).In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo.MOTTA,Rodrigo Patto Sá (orgs).**O golpe militar e a ditadura: 40anos depois(1964-2004)**.Bauru, SP: Edusc, 2004, p.215(Coleção Historia).

NASCIMENTO, Pedro Alcântara. O bacanal de Cabo Frio. **O Estado**, Teresina, 1981.

NO CAMPUS uma passeata contra poeira. **O Dia**, 21 jun. 1980, p.11.

O CAFOFO é meu... e eu vou ocupar!!! Disponível em www.une.org.br Acesso em: 10/06/2008.

O PRESIDENTE da reviravolta. **Revista Movimento**, n. 12, São Paulo: UNE jun., 2005.

OS JOVENS e a UNE. **O Estado**: Teresina, 30 ago. 1979.

OZEAS, de Sousa. Aconteceu. **O Berro**, Jornal do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, Teresina, mar. 1984, p.9.

PAIVA, Cláudio C. de A. **Trama cultural dos anos 80**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1987.

PIAUI. **Mensagem do Governador do Estado do Piauí à Assembléia Legislativa**. Teresina, 1975.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o Brasil – Colônia até o Governo Lula. 5. ed. Rio de Janeiro. Booklink, 2004

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

POSIÇÃO. **O Estado**. Teresina, p. 2, 9 set. 1980.

PRESIDENTE do DCE diz que há divergência. **O Estado**, Teresina, 24 nov. 1981.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**, Recife: Edições Bagaço, 2006, p.274.

REITOR colabora com viagem de estudantes. Teresina, **Jornal da Manhã**, 8 out. 1980.

REITOR critica atitude da UNE. **O Dia**, Teresina, 11 nov., 1979, p.

REITOR não boicota greve. **O Dia**, Teresina, p. 8, 3 set. 1980.

RÉMOND René. (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2 ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO NETO Apud SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia**: a militância política dos jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker; FAPESP, 1999, p. 47.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. IN: NOVAES, Regina,

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. v.1, Campinas, SP: Papirus, 1994, p.15.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Expressões Culturais e Sociedade: O caso do Brasil nos anos 1980. **Revista História Actual OnLine**, n. 10, Primavera, p. 42, 2006.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. A invenção da UFPI: elementos estruturantes e interfaces de poder. In: EUGENIO, João Kennedy (org). **Histórias de vários feitio e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto. 2001, p. 10 e 31

_____. Antônio Fonseca dos. O movimento estudantil no Piauí anos 70. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Ano VIII, n.18, dez. 1994.

SOARES, Wellington. Um congresso que afugentou a escuridão. **Meio Norte**, Teresina, 12 nov. 2006, Suplemento Vida, Crônica da Cidade, p. 2.

SOCOS e pontapés nas eleições do DCE. **O Dia**, Teresina, p.8, 14 maio. 1981.

TODO apoio ao Congresso de Reconstrução da UNE. **Manifesto de Apoio dos Setores Democráticos e Populares da Bahia ao Congresso de Reconstrução da UNE**. 29 e 30 de maio. Aprovado em Assembléia do Trabalho Conjunto no dia 5 de maio de 1979.

TUMULTO na reunião dos estudantes. **O Estado**, Teresina, p.4, 10 set. 1980 .

UNIVERSITÁRIOS fazem festival de música. **Jornal O Dia**, 11 dez, 1979.

UNIVERSITÁRIOS pedem a Wall que recupere acesso a UFPI. **O Dia**, Teresina, p. 11, 8 fev. 1979.

VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 3 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **A velhinha de Taubaté**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

VITÓRIA da Unidade. **O Dia**, Teresina, 29 abr. 1982



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ESTATUTO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO

"CROMWELL DE CARVALHO"

DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E

LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL

DO PIAUÍ

ESTATUTO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO
"CROMWELL DE CARVALHO" DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO - SEDE - OBJETIVOS

Art. 1º - O presente Estatuto regula as atividades do Diretório Acadêmico "CROMWELL DE CARVALHO", entidade jurídica de representação do corpo discente do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

Art. 2º - Compete ao Diretório:

- a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;
- b) manter intercâmbio social, cultural e econômico com entidades congêneres;
- c) promover aproximação e solidariedade entre os corpos docente, administrativo e discente da Universidade;
- d) preservar as tradições estudantis, o patrimônio material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- e) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo visando à complementação e o aprimoramento da formação universitária;
- f) assistir os estudantes carentes de recursos;
- g) concorrer para o aprimoramento das tra

dições democráticas;

h) pleitear dos poderes públicos e da Universidade a inclusão do Diretório em seus orçamentos; e

i) cobrar de seus associados uma taxa anual, no mês de maio, de 5% (cinco por cento) sobre o salário mínimo regional, como contribuição às metas do Diretório.

Art. 3º - Ao Diretório Acadêmico é vedado:

a) unir-se a agremiações políticas ou defender interesses de natureza político-partidária, religiosa ou racial;

b) intervir na vida dos acadêmicos com finalidade de obstar-lhes os princípios e ideais democráticos; e

c) incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único - A inobservância deste artigo poderá importar na suspensão ou destituição da Diretoria, pelo Diretor do CCHL.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS DO DIRETÓRIO ACADÊMICO

Art. 4º - São associados todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos que integram o Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí.

Art. 5º - Perderá o direito social aquele que deixar suas atividades estudantis por mais de dois períodos letivos regulares e consecutivos.

Art. 6º - O associado tem os seguintes direitos e garantias individuais:

a) de votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria, respeitadas as exigências legais e estatutárias;

b) de usar plenamente seu direito de defesa nos assuntos ligados ao Diretório e à própria Universidade, seja qual for a acusação que se lhe impute; e

c) do amparo moral e material do Diretório, quando, comprovadamente, dele necessite.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DO DIRETÓRIO ACADÊMICO

Art. 7º - São Órgãos do Diretório Acadêmico:

- a) de deliberação e eleição: a Assembléia Geral; e
- b) de administração: a Diretoria.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral, órgão de deliberação e eleição, será constituída de todos os associados quantos sejam os estudantes regularmente matriculados nos cursos ministrados pelo Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí.

Art. 9º - Compete à Assembléia Geral:

- a) eleger a Diretoria;
- b) discutir e votar o regimento interno' do Diretório;
- c) deliberar, através de votação direta, sobre assuntos que não sejam da competência da Diretoria do CCHL, do Conselho Departamental ou da Reitoria da Universidade; e
- d) reformar o presente Estatuto, ad referendum do Conselho Departamental.

Art. 10 - A Assembléia Geral funcionará em primeira convocação, com a presença da metade mais um dos associados do Diretório e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

Art. 11 - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas pelo Presidente do Diretório, com a antecedência mínima de 6 (seis) dias, mediante edital afixado na portaria

do CCHL, dos Departamentos e locais mais freqüentados pelos estudantes.

Parágrafo único - Quando se tratar de assuntos de urgente interesse da classe, a convocação poderá ser feita no prazo mínimo de 2 (dois) dias.

Art. 12 - A Assembléia Geral reunir-se-á:

I - ordinariamente:

a) na primeira quinzena do mês de maio, para a eleição da Diretoria e aprovação da prestação de contas da Diretoria anterior.

II - extraordinariamente:

a) sempre que os interesses dos associados exigirem alguma decisão; e

b) a requerimento fundamentado de, pelo menos, 100 (cem) associados.

Art. 13 - As Assembléias Gerais serão presididas e secretariadas pelo Presidente e 1º Secretário, respectivamente.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA

Art. 14 - A Diretoria, órgão de administração e deliberação, dirigirá as atividades do Diretório com mandato de 1 (hum) ano e será assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário;
- e) 1º Tesoureiro; e
- f) 2º Tesoureiro.

Art. 15 - A Diretoria será eleita pelo voto direto e obrigatório dos associados.

Parágrafo único - A posse da Diretoria ocorrerá na segunda quinzena do mês de maio, com a presença do Diretor e Chefes de Departamentos do CCHL.

Art. 16 - Compete à Diretoria:

a) reunir-se em sessões ordinárias mensais, para deliberar e apreciar assuntos de interesse da classe e, extraordinariamente, quando necessário;

b) planejar, coordenar e fazer executar programas e promoções sócio-culturais e esportivas;

c) fazer realizar as eleições do Diretório;

d) indicar a delegação estudantil que elegerá, na forma do Regimento da Universidade, a Diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE); e

e) prestar contas e apresentar relatório de sua gestão à Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 17 - A Comissão Eleitoral será escolhida pela Diretoria e devidamente aprovada pelo Diretor do CCHL até 10 (dez) dias, antes da data prevista para as eleições.

Art. 18 - A Comissão Eleitoral será composta de um estudante de cada Departamento do CCHL, sob a presidência de um professor indicado pelo Diretor do Centro.

Art. 19 - As mesas receptoras de votos serão compostas por dois professores, em cada Departamento e mais o representante estudantil junto ao respectivo Departamento.

Art. 20 - Cabe à Comissão Eleitoral receber, através de requerimento escrito, o registro prévio de candidatos ou chapas, até 48 (quarenta e oito) horas antes das eleições.

Art. 21 - Será elegível o estudante regularmente matriculado que tenha cursado, pelo menos, um período letivo regular na UFPI e que não seja do último ou penúltimo período de seu curso.

Parágrafo único - É vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 22 - A identificação do votante será feita mediante confronto com a lista nominal fornecida pela Secretaria Administrativa do CCHL.

Art. 23 - As eleições serão realizadas em um só dia, dentro do horário de atividades escolares, no recinto universitário, em data fixada pelo Magnífico Reitor.

Art. 24 - Será garantido o sigilo do voto e a inviolabilidade da urna.

Art. 25 - A apuração será imediata, logo após o término da votação, assegurada a possibilidade de interposição de recurso para o Diretor do Centro.

Parágrafo único - Considerar-se-ão eleitos os can-didatos que obtiverem o maior número de votos.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 26 - Compete ao Presidente do Diretório:

a) representar a entidade em juízo e fo-
ra dele;

b) convocar e dirigir os trabalhos de
reuniões da Diretoria;

c) assinar cheques e documentos oficiais
do Diretório;

d) criar coordenadorias e nomear os res-
pectivos coordenadores para atividades sócio-culturais, re-
creativas e esportivas, sempre que necessárias; e

e) fazer realizar as despesas constan-
tes nos planos de aplicação orçamentária, bem como ordenar
despesas mensais, sem ouvir a Diretoria, que não excedam a
5 (cinco) salários mínimos vigentes na região.

Art. 27 - Os membros da Diretoria não poderão ser
eleitos para a representação estudantil junto aos órgãos co-
legiados da Universidade.

Art. 28 - Compete ao Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente em suas fal-
tas ou impedimentos; e

b) superintender, em colaboração com o
Presidente e sob sua orientação, as atividades do Diretório.

Art. 29 - Compete ao 1º Secretário:

- a) secretariar as sessões da Diretoria;
- b) executar o serviço de correspondência do Diretório;
- c) assinar, juntamente com o Presidente, todos os atos, exceto portarias e decretos; e
- d) assinar certidões e termos.

Art. 30 - Compete ao 2º Secretário substituir o 1º, em suas faltas ou impedimentos, bem como colaborar em todas as atividades da Secretaria.

Art. 31 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) exercer o controle e a fiscalização do patrimônio financeiro do Diretório;
- b) assinar, juntamente com o Presidente, cheques e outros papéis, inclusive movimentar contas bancárias;
- c) efetuar despesas mediante autorização do Presidente;
- d) elaborar, juntamente com o Presidente, os planos de aplicação referentes a subvenções, balancezes mensais, orçamentos e prestações de contas; e
- e) receber, com o Presidente, todas as dotações destinadas ao Diretório.

Art. 32 - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º, em suas faltas ou impedimentos, bem como colaborar em todas as atividades financeiras.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - O presente Estatuto só poderá ser reformado no todo, ou em parte, em Assembléia Geral, para esse fim convocada.

Parágrafo único - As reformas aprovadas em Assembléia Geral deverão ter homologação pelo Conselho Departamental do CCHL.

Art. 34 - O patrimônio do Diretório é formado de todas as dotações e subvenções destinadas aos Diretórios das extintas Faculdades de Filosofia e Direito, bem como dos mó-

veis a eles pertencentes e dos bens que venham a ser adquiridos por compra ou doação.

Parágrafo único - Constituem, ainda, patrimônio do Diretório as taxas de anuidades e quaisquer outros emolumentos.

Art. 35 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela Diretoria, juntamente com o Diretor do Centro.

Art. 36 - O presente Estatuto, aprovado pelo Conselho Departamental, entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário. Teresina-PI, 03 de abril de 1974 - MANFREDI MENDES DE CERQUEIRA, Diretor do CCHL, substituto, e Presidente do Conselho Departamental.

- 0 -

UNHA DE GATO



ORGÃO INFORMATIVO DO DCE - FUFPI
ANO I TERESINA - NOVEMBRO 79 N° 02



- POR UM ENSINO VOLTADO PARA OS REAIS INTERESSES DA POPULAÇÃO.
- PELA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ESTUDANTES NAS DECISÕES UNIVERSITÁRIAS.

NOSSO

RECADO

A luta conjunta dos estudantes brasileiros demonstra que estes, sempre pugnaram em favor de causas democráticas. Desde a época do Brasil Colônia, com a invasão dos franceses à baía da Guanabara, quando, em punhando paus e pedras, expulsaram os invasores em defesa da integridade do território nacional. Mais tarde, a primeira voz a se levantar foi a dos estudantes em favor da proclamação da República, contra o Nazi-facismo, pela estatização do petróleo e, como sempre, na luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis.

Sabe-se que só é possível encaminhar uma luta corretamente, partindo da união e organização dos interessados. É isto que tem sido feito. Os estudantes criaram suas entidades a nível de Curso, de Universidade, e, até mesmo nacional como exercício de um direito, que por isso mesmo, não deve ser negadas.

Devê-se questionar, então, a real intenção de pessoas que vão a público, negar o papel democrático dos estudantes, atacando sua entidade representativa.

A mobilização estudantil da UFPI não possui, ainda, força suficiente para transcender os limites do Campus, realizando um trabalho junto a comunidade.

Faz-se necessária, uma ação conjunta dos estudantes para analisar as falas e os acertos ocorridos no desenrolar das lutas para que, juntos, deliberem sobre o que devem ou não extrapolar o espaço já conquistado portanto, conclamamos todos os nossos colegas a trabalharem dentro de sua entidade, questionando-a francamente, pois só assim, é possível o aprimoramento das formas de luta por liberdades democráticas.

POR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS DECISÕES DAS ENTIDADES.

UNIDADE EM TORNO DAS BANDEIAS ESTUDANTIS.

O DCE EXISTE NA PESSOA DE CADA UM

" PARTICIPE "

J-O-R-N-A-D-A J O R - N A - D A JORNADA?!

"A Universidade nova que queremos é aquela que, pelo ensino, questione a própria sociedade".

A colocação acima foi destacada da palestra feita pelo presidente da UNE, Rui César, quando esteve durante a VII Jornada Universitária. A referida palestra foi sem dúvida o ponto alto da Jornada deste ano, pois possibilitou um contato direto dos estudantes da UFPI com o presidente da nossa entidade estudantil máxima. E mais: propiciou uma discussão direta acerca do pensamento em evolução na UNE, sobre a forma e redundância do encaminhamento das lutas estudantis rumo a transformação total da sociedade em que vivemos, a partir da Universidade.



Afora a presença de Rui César, a VII Jornada Universitária deixou muito a desejar, mesmo porque não foi ela capaz de aglutinar em torno dos debates e outras atividades culturais e esportivas, o conjunto discentr que originariamente deve ser a "pedra-de-toque" de quaisquer questionamentos e e/ou ações concretas que os Diretores possam promover. Contudo, a experiência trazida por mais uma Jornada, com fracasso ou não, foi válida na medida em que nos empurrou inevitavelmente a uma autocrítica sobre a forma de encaminhar nossas lutas comuns, as quais devem tão-somente ser orientadas para adnenúncia e discussão dos graves problemas que não atingem em quanto estudantes de uma Universidade que faliu não sua missão social e comunitária.

Outras experiências nos reservam o futuro próximo. É importante a partir delas, que partamos na busca

A UNE SOMOS NÓS
NOSSA FORÇA
NOSSA VOZ

de uma mobilização estudantil conseqüente. Porque nessa via de conseqüência, atingiremos a essencialidade daquilo que Rui César deixou claro acerca do movimento estudantil e suas perspectivas, ou seja, o fato de pensar a sociedade como algo a transformar, num clima de liberdade para propor e atuar, lembrando-se apenas de que "só quem reprime o julgamento social das idéias são os que delas têm medo".

ESTATUTO APROVADO POR UMA MINORIA.

Durante as eleições de 79, para o DCE da UFPI, muitas foram as questões levantadas pelos grupos concorrentes, entre os quais a de um Estatuto para o DCE que até então achava-se sujeito à normas feitas pela Reitoria da Universidade.

Logo após assumir a Diretoria o grupo vencedor das eleições tratou de cumprir um dos pontos de sua Carta-Programa, ou seja: o do Estatuto para o DCE. Estatuto que desse à entidade máxima representativa do corpo discente da UFPI mais liberdade de ação e maior autonomia para tratar dos problemas que atigem os estudantes mais diretamente.

Os primeiros passos para elaboração do Estatuto:

1. Formação de uma Comissão entre alunos interessados e a Executiva do DCE;
2. Elaboração de uma minuta de Estatuto sucinta e clara;
3. Convocação de uma Assembléia-Geral (1a. a realizar-se na UFPI);
4. Realização da 1a. Assembléia no dia 26.09.79.

Os reais objetivos dessa Assembléia eram: discutir, questionar e encontrar um Estatuto condizente com o momento político atual e a nível de organização e consciência estudantil que possuímos. Para um auditório contendo mais ou menos 500 pessoas foram apresentadas 2 propostas de Estatuto, a primeira pela Diretoria do DCE e a segunda, pela Diretoria do DS/CCHL, proposta esta, com 52 artigos. Ao término da leitura das 2 propostas o auditório encontrava-se totalmente esvaziado. A plenária então presente, decidiu que fosse convocada uma 2a. Assembléia.

5. Convocada a 2a. Assembléia e realizada no dia 28.09.79. Nessa Assembléia, a plenária não conseguiu

chegar a um consenso entre as 2 propostas, nem votar em uma delas. Foi então decidido que fosse formada uma Comissão interdiretorial para estudar e unificar as duas propostas até então existentes.

A comissão foi formada, várias reuniões foram realizadas e finalmente a proposta única estava pronta para ser discutida e votada pelos estudantes da UFPI.

6. A Diretoria do DCE, fez ampla divulgação para uma 3a. Assembléia-Geral, cópias da proposta foram distribuídas pela Universidade e discutida nas salas de aulas.

7. A 3a. Assembléia foi convocada para o dia 7.11.79, às 18 horas no pátio de estacionamento da Biblioteca Central.

Aqui achamos conveniente chamar a atenção dos companheiros para

NINGUÉM SERÁ SUBMETIDO A TORTURA, NEM A TRATAMENTO OU CASTIGO CRUEL!



SAIU O
(((ECO)))
PROCURE
LER. A
ECONÔMIA
SE
ORGANIZA

o motivo da transferência do local da Assembléia. Devido o pátio de estacionamento da Biblioteca não suficientemente iluminado e a dificuldade de arrumar iluminação junto aos órgãos da Universidade, a Comissão organizadora da Assembléia achou por bem transferir a mesma para o Antigo Restaurante, local mais próximo ao anteriormente fixado. A divulgação da mudança foi feita através de uma faixa indicativa e foi afixada no paredão da Biblioteca e alguns membros da Diretoria do DEF ali permaneceram informando sobre o novo local.

8. A Assembléia foi realizada com um número mínimo de companheiros e por respeito a estes, foi discutida, modificada e aprovada a minuta do Estatuto para o DCE da UFPI, que de agora por diante traçará os caminhos a serem tomados pelo DCE, até que surjam propostas para sua modificação.

Gostaríamos de aqui questionar a não participação dos colegas da UFPI quando necessário se faz que decisões sejam tomadas, decisões estas, que sempre ficam ao encargo de uma minoria de companheiros.

- POR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE
- POR ENTIDADES LIVRES E SOBERANAS



FESTIVAL.

O I FEMP (Festival Estudantil de Música Popular), deveria ter acontecido na VII Jornada Universitária. Devido a problemas que fomos a nós solucionar, foi impossível. Agora ele está aí.

A 1ª eliminatória, realizou-se dia 27.11.79, às 19 horas no Campus da Ininga. A 2ª eliminatória realizou-se no dia 30.11, às 20 horas, no Bar da Livraria PUNARÉ, na Praça Pedro II.

A FINALÍSSIMA do referido Festival, realizar-se-á às 19 horas, na Sede Social do Círculo Militar de Teresina.

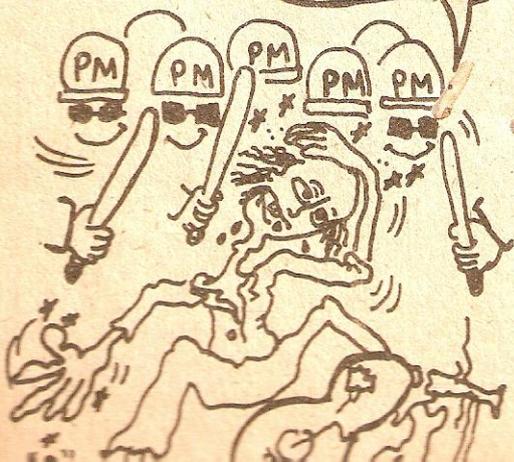
Os prêmios conferidos são:

- 1º Lugar, Uma Viola de 12 cordas;
- 2º Lugar, Um Violão de 06 cordas;
- 3º Lugar, Um Cavaquinho.

ATENÇÃO: Depois da FINAL teremos gostoso Forró de encerramento.

PROMOÇÃO: DCE-UFPI

*** TODO HOMEM TEM DIREITO A VIDA, A LIBERDADE E A SEGURANÇA PESSOAL**



Os alunos de Serviço Social da UFPI, participaram do II ENESS (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social), realizado em Salvador nos dias 31.10 e 01 e 02.11.79.

O Encontro teve como tema "Universidade"; discutindo-se Currículo, Professores, Mercado de Trabalho, Pacote Portella, Organização dos Estudantes de Serviço Social e as lutas a serem travadas. Participaram representantes de várias entidades... CBA, ABESS, DCE/UCSAL, Movimento "Brasil Mulher", UNE, etc). Além de 42 delegações de todo o país.

A ATUAÇÃO DO PIAUÍ

Nessa Escola ficou como Coordenadora da Região 01 (AM, PA, MA, e Piauí) e conseqüentemente, faz parte da Sub-secretaria de Serviço Social da UNE, juntamente com mais seis Escolas, uma de cada Região, com sede provisória em Santos-SP.

Devemos agora, orientar nossa luta no sentido de incentivar a criação de nossas entidades específicas e livres (CA's), pela unificação de nosso currículo mínimo a nível nacional, pela vinculação do ENESS ao CONESS (Conselho Nacional de Entidades de Serviço Social), à ALAESS (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social), pela garantia de estágios, campus de estágios e estágios com vínculo empregatício.

A nível geral:

- IRRESTRITO APOIO ÀS BANDEIRAS DA UNE.
- APOIO AOS TRABALHADORES E,
- POR EFETIVA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DAS ESCOLAS.

POSICIONAMENTO E "TENDENCIONISMO" DA VANGUARDA ESTUDANTIL

A situação do Movimento Estudantil da UFPI é drástico: após vários anos iludindo o conjunto dos estudantes, nossas entidades resolvem trabalhar por um maior aprofundamento nas discussões políticas, tanto a nível mais geral (problemas que afetam com mais intensidade a grande maioria da população brasileira), como a nível específico (que afetam diretamente a comunidade universitária). Um bom exemplo deste crescimento é o grande número de propostas alternativas de como encaminhar nosso Movimento, advindas tanto de grupos de "vanguarda" ou "tendências" existentes em seu seio, como de atitudes isoladas tomadas por "teóricos", com posições de finidas, mas não muito habituados a esta prática.

A princípio, este é um bom sinal, tendo como base uma análise rápida e individual, isto é, sem o devido confronto de idéias com outros companheiros, pois nos leva a questionar nosso papel enquanto representantes estudantis como também, faz com que os estudantes mais próximos a este Movimento meditem mais sobre estas questões e se voltem mais a debater e propor formas de encaminhamento das atividades de nossos diretórios.

Mas, aprofundando mais um pouco nossa análise, vimos que estas propostas ditas alternativas, a nada mais se presta a não ser "queimar" nos nossos diretórios, ocasionando ainda um maior "esvaziamento" do número de estudantes dispostos a um trabalho mais consequente. Ou seja, surgem propostas com cunho "alternativo" em Assembleia Geral deliberativa, que nada mais fazem a não ser firmar "posições" e protelar a discussão de questões importantes, impedindo-nos de um mais rápido solucionamento de nossos problemas, ao mesmo tempo que surgem "críticas" taxativas, injustas e esvaziativas aos diretórios, que se limitam a ridicularizar o desempenho no trabalho dos seus membros mais efetivos e entravar o nível, ainda

que pequeno, de mobilização em torno destas entidades.

Estamos dispostos a trabalhar, mas, nossa falta de experiências nos impede de permanecer no exercício impede de exercer corretamente nos



impede de exercer corretamente nos suas funções, e não deixaremos de discutir nossa participação, avaliar o passado e propor um melhor encaminhamento para o futuro. É assim, achamos, que se faz a prática.

E, finalizando, convocamos a todos os "grandes teóricos", a todos os detentores de propostas "miraculosas" de como salvar o Movimento Estudantil da UFPI, a nos procurar e, juntos, tentarmos resolver, e/ou, o que seria melhor, mobilizar o conjunto dos estudantes e assim solucionar todos os problemas que os afetam diretamente, como também, os problemas mais gerais dos estudantes e da grande maioria da população brasileira.

FREQUENTE O DCE !

ESTE JORNAL É FEITO:

POR ESTUDANTES DA UFPI,
PARA ESTUDANTES DA UFPI.

LEVE SEU ARTIGO, CONTO, POESIA, CARTUM, ATÉ A SEDE DO DCE ESTE É SEU JORNAL. PARTICIPE!

SOMOS CONTRA!

Veicula-se na Universidade a in-
formação sobre um provável aumento
no preço da refeição do RU (Restau-
rante Universitário), para o fim des-
te ano e outro para o início do pri-
meiro período letivo de 1980. Na me-
lhor das hipóteses os aumentos, soma-
dos, não devem inferiores a 50% do
valor atual. Será que nós estudantes
podemos suportar estes prováveis au-
mentos?

Diante disso, esta nota tem co-
mo finalidade abrir os olhos de to-
dos os colegas para mais uma artima-
nha daqueles responsáveis pela admi-
nistração central da Universidade, a
queles que não comem no RU, portanto,
não sofrem problemas de dinheiro e
nem com qualidade de alimentos.

Embora o valor do aumento possa,
para alguns, parecer insignificante,
é importante trazer em mente as man-
obras sutis que comandam esse aumento:
um pouco agora, mais um pouco depois
e assim vamos engolindo a coisa como
tem acontecido até agora. Portanto,
devemos repudiar o aumento pois é o
brigação do MEC dar ensino e assis-
tência aos estudantes, onde se in-
clui a alimentação, afinal de contas
"o Brasil é Feito Por Nós", então de-
vemos usufruir daquilo que produzi-
mos. E outra, o dinheiro destinado
ao MEC vem direta ou indiretamente
do bolso dos contribuintes, isto é,
do povo e não para fins pouco escla-
recidos e onerantes.

É necessário que nos unamos e,
se for o caso, pressionemos os res-
ponsáveis por mais essa arbitrarieda-
de, que nos dá a certeza de que pre-
cisamos de um governo para defender
os interesses do povo, vítima dos er-
ros até hoje cometidos.

Daí a campanha contra o ensino
pago, encabeçada pela UNE. Ela tem
como objetivo denunciar as artima-
nhas do Ministro da Educação, respon-
sável pelo Projeto de criação de "Au-
tarquias Especiais", primeiro passo
para a privatização do ensino. Per-
guntamos: desde quando estamos "de
graça?" Em toda Universidade existem
taxas, algumas exorbitantes, das
quais nenhum estudante se livra, e is-
to não é pagar? E os impostos pagos
pelo povo: ICM, IR, Pedágios e ou-
tros mais? Isso também não é pagar?
Se uma boa parte desse dinheiro fos-

se destinada à Educação teríamos me-
nos problemas, pois, não existiriam
mais taxas. Os nossos professores e
funcionários seriam pagos como na



realidade merecem.

Tudo isso, companheiros, nos
tra-nos que nunca estudamos "de gra-
ça" (isto é conversa pra boi dormir
ao contrário, sempre pagamos e con-
tinuamos pagando).

Contamos com o apoio de todos
durante o PLEBISCITO a ser realiza-
do nos dias 04 e 05 de dezembro, no
sentido de dar o repúdio às imposi-
ções da Ditadura e às artimanhas da
queles que aqui a representam, res-
ponsáveis pela onerante taxa e au-
mento que estamos sofrendo.

Lembre-se de que o DIRETÓRIO E
XISTE NA PESSOA DE CADA UM. PARTICI-
PE, COMPARECENDO AO NOSSO PLEBISCI-
TO NOS DIAS 04 E 05.12.79

TODAS AS TERÇAS FEIRAS A
PARTIR DAS 13.30h NA SALA
DOS RETRATOS (56-4) O PESSOAL
DO CURSO DE DIREITO SE REUNE

APAREÇA
LA' TAMBEM

* TEXTOS TIRADOS
DA DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS
DIREITOS DO
HOMEM

INFORME III CONEG

O CONEG (Conselho de Entidades Gerais), terceira instância de deliberação da UNE, constituído por todos os DCE's e UEE's filiados, vem se reunindo sempre que necessário para decidir sobre os eixos de luta da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.

A 3a. Reunião do CONEG, realizada no Rio de Janeiro nos dias 12 e 13 de novembro de 1979, contou com a participação de 35 Diretórios Centrais do país, entre eles o da UFPI. Lá foram discutidas e tomadas decisões importantes no que toca ao encaminhamento das lutas da UNE, para este final de semestre e início de 80.

PAURA PAUTA DA REUNIÃO:

- 12.11.79 - Tarde: Informes da Diretoria;
- Informes das Entidades presentes pela primeira vez ao CONEG.
Noite: Organização da Diretoria e Secretarias.
- Participação da UNE na União Internacional de Estudantes (UIE).
13.11.79 - Manhã: Anuidade das Escolas;
- Verbas para Educação;
- "Pacote Portella".
Tarde: Conjuntura Nacional. - Reformulação Partidária.
Noite: Anistia (Repressão ao Movimento Estudantil).
- Posição do CONEG para ser levada ao Congresso da Anistia em Salvador - 15 e 16.11.79.
- Secretaria de Imprensa da UNE.
- Avaliação do CONEG.

DELIBERAÇÕES: Ficou estabelecido que a Diretoria da UNE será provisoriamente sediada em São Paulo, até que o Congresso decida sobre o local definitivo, tendo os telefones 284-2311 (263 ou 262) para contato nacional. Foi contratado pela Diretoria o Advogado e Dep. Federal Airton Soares, para tratar da recuperação de seus bens materiais e da legalização jurídica de seus bens materiais e proceder análise jurídica sobre a situação da entidade.

O CONEG deliberou que a UNE teria participação na Reunião da UIE, a qual se realizou nos dias 17 e 18.11.79, em Praga na Tchecoslováquia, indo o seu Presidente como observador, levando algumas moções para serem aprovadas pela referida Reunião, entre elas: pedido de asilo para Theodomiro dos Santos, pre-

sília; 2) moção de apoio ao povo boliviano na sua intermitente luta pela democracia; 3) moção pedindo para que todos os povos do mundo lutem pela libertação de Flávia Schilling, brasileira que se encontra presa nos cárceres da Ditadura Uruguaia; 4) apoio à luta em defesa da Amazônia, por todos os povos do mundo.

Um dos pontos mais discutidos foi o que toca a Universidade Brasileira: educação, anuidades, verbas e "pacote Portella". As palavras de ordem são: 1) levar, junto com os docentes, uma campanha de levantamentos da situação da Universidade Brasileira; 2) ampla discussão nas Escolas sobre o ensino e a Universidade Brasileira; 3) pela fiscalização dos Convênios entre as Universidades e as Empresas, pois, com os mesmos, tais Empresas se acham com direito de interferirem na ideologia do ensino ministrado; 4) que, junto com a comunidade universitária e secundarista, a UNE estude a verba ideal para os programas educacionais; 5) um repúdio aos 3% destinados à Educação e cobrança ao Ministro Eduardo Portella de uma posição; 6) fixar, provisoriamente, em 12% a verba para Educação, como estabelecido pela Constituição de 46; 7) que a UNE realize ações jurídicas contra as taxas e sobretaxas na Universidade, por serem estas ilegais; 8) moção de repúdio ao projeto de escolha dos Reitores e dos Diretores e ao projeto do MDB de Minas Gerais, João Herculino, que transforma as Universidades Federais em Universidades Particulares; 9) por um encontro nacional das escolas particulares, para que nele se já decidido o que fazer com as anuidades: congelamento, fixação do índice de aumento ou boicote total; 10) organizar uma caravana nacional entre docentes e discentes das Universidades, secundaristas e todos os setores da população para ir ao MEC e ao Congresso Nacional nos dias 03 e 04 de dezembro, dias em que provavelmente será aprovado o Orçamento da União para 1980. **POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO. POR UMA UNIVERSIDADE DE LIVRE E SOBERANA.**

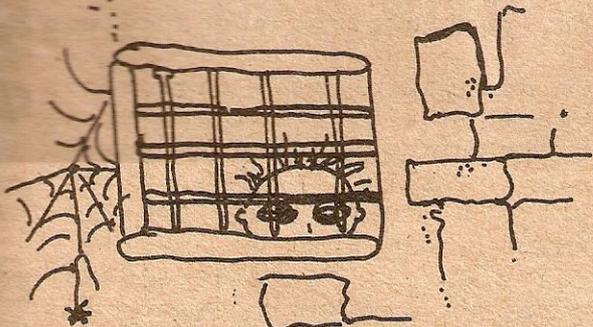
Outro ponto bastante discutido, foi o que toca à conjuntura nacional face a "reformulação partidária" da Ditadura. Cada vez mais estamos conscientes de que a Universidade é parte da sociedade e como tal tem que participar do seu processo de transformação.

Ficou decidido que a UNE se manifestará contra o Projeto de "Refor-

NAS FÉRIAS MUDAREMOS NOSSA SEDE PARA O ANTIGO RESTAURANTE ATÉ LA' FREQUENTE A SALA 5 DO 56-13

POESIA.

*NINGUÉM SERÁ
ARBITRARIAMENTE
PRESO, DETIDO
OU EXILADO



LIBERDADE

OS HOMENS ARMADOS DE AÇO

A espreita é tão monótona
Como a dor de não saber a natureza.
Com a faca na mão não tem pressa
Ele sabe lá no fundo um dia um corpo qualquer
portará
Sua ira
Não tem barreiras nem piques
Ele apavora joga susto fora
Junto da cerca explode de fúria de animal
ferido de tiro
Treme de medo com ele o silêncio
E a morte se agasalha com o seu furor
matinal

"CADÊ A
SUA?"

Mas um dia eu sei
Não vai custar
Uma força inteira de alma inteira
Em dia de sol ou lua clara
Se encontrará com o terrível gigante
E ele sucumbirá pela força da alma
inteira
Que se agita assim no ar tão púbra
Num céu antes de homens tão pesados e
negros
Os sons de primavera eu sei então virá.
chico castro

O Governo pôs a Amazônia em leilão

O Governo formou um grupo de trabalho que está tomando decisões sobre a exploração da floresta Amazônica. Vai entregar nossas melhores madeiras para as grandes empresas, principalmente para as multinacionais. Eles ficarão mais ricos e nossa floresta virará um deserto.

O povo brasileiro, os movimentos de defesa da Amazônia de todo o País só podem repudiar e denunciar mais essa investida contra nossas riquezas. Basta de entreguismo! Nossas riquezas devem ser exploradas em benefício do povo brasileiro. Não admitimos que num País rico o povo viva na miséria. Isso vem ocorrendo porque não é o povo que decide sobre os destinos do País. Esse governo representa uma minoria de privilegiados.

Infelizmente a ameaça contra a nossa floresta não é um caso único. Com esse modelo econômico e com esse regime político só ocorrem destruição do meio ambiente, expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, invasão das terras dos índios pelos latifundiários, aumento do custo de vida, arrocho salarial, violências da política contra a população, repressão às greves e a falta de todas as liberdades. Enquanto isso, as multinacionais e os grandes empresários brasileiros se enriquecem. Na Amazônia, somente o multimilionário Daniel Ludwig possui um latifúndio quase duas vezes maior do que o Estado do Sergipe - O Projeto Jari.

Temos de impedir a devastação e a entrega da floresta Amazônica. — Entre nessa briga, participe dos movimentos de defesa da Amazônia.

a e total liberdade de organização
rtidária.

O último ponto de pauta, foi
lativo à Anistia pois, necessário
fez tirar no 3º CONEG um posicio-
mento para ser levado ao Congresso
Anistia, que se realizou em Saiva
r, nos dias 15 e 16 de novembro. O
sicionamento tirado e assumido pe
Diretoria da UNE foi: 1) esclare-
mentos sobre todos os estudantes
rtos ou desaparecidos nos anos ne
os da repressão; 2) indenização dos
istiados; 3) contra a manutenção do
arato e da legislação repressiva; 4)
pla liberdade democrática para o po
brasileiro; 5) pela reintegração
s estudantes expulsos das Universi
des; 6) pela manutenção dos Comitês
asiliros pela Anistia até que se
nsiga uma Anistia Ampla, Geral e Ir-
strita para as pessoas punidas pela
gislação pós-Golpe Militar de 64; 7)
la criação de núcleos pela Anistia,
s Universidades; 8) o mais amplo e
tal apoio aos estudantes do Mara-
ão que foram enquadrados da Lei de
gurança Nacional, por lutarem por
direito do estudante (DIREITO À
IA PASSAGEM); 9) apoio aos estudan-
se professores de Cuiabá, que se ma-
testaram contra a prisão e espanca-
nto de um estudante, dentro da Univer-
dade. "ANISTIA É GERAL. ANISTIA ATÉ
NATAL".

O DCE E O DS "7 DE ABRIL" INFORMAM : EM DEZEMBRO
(data e local por definir), SERÁ REALIZADA NA SAÚDE UMA
ASSEMBLEIA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR :
PROFESSORES FANTASMAS * CURRÍCULO * DISSCIPLINAS QUE FUN-
CIONAM PRECARIAMENTE * PROFESSORES DESORIENTADORES
convoeamos desde já todos a participarem pois, o resultado
definirá o encaminhamento desta luta

ECCO

ÓRGÃO INFORMATIVO
DOS ESTUDANTES
DE ECONOMIA
DA UFPI

MAIO/80

Nº 2

ELEIÇÕES LIVRES PARA
O CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA

= INSCRIÇÕES ABERTAS =

PROCURE A COMISSÃO ELEITORAL NO D.C.E.



UMA PROPOSTA:
"REPRESENTANTES
POR SALA"

DEBATE:
CONJUNTURA E
POLÍTICA ECONÔMICA

VOTE NAS ELEIÇÕES LIVRES
PARA O DIRETÓRIO CENTRAL
E C.A. DE ECONOMIA
= DIAS 13 E 14 DE MAIO =

LEIÇÕES LIVRES DIRETAS E SECRETAS

Desde 64 nos foi tirado o direito de expressarmo-nos ideologicamente através do voto direto e secreto, a nível de Presidente, Governador, bem como de prefeito nas capitais e "áreas de segurança". Além desse ato arbitrário e alheio às nossas vontades e necessidades, foi estimulada a coação no sentido da obrigatoriedade do voto a nível de Senador, Deputado, Prefeito e Vereador.

A FUFPI, também, como não podia deixar de ser, embuiu-se dessa filosofia arbitrária e paternalista da obrigatoriedade do voto a nível de Diretório Setorial e Central. Como resposta, comprovamos que vários de nossos colegas, em protesto a esse abuso de paternalismo, respondiam com o voto nulo ou em branco nas eleições. Como a Comissão Pró-Centro Acadêmico de Economia, juntamente com o conjunto dos estudantes, está certa de que o voto é uma oportunidade que temos de nos expressar ideologicamente dentro de uma determinada conjuntura, é que em assembléia geral optamos pelo VOTO LIVRE, DIRETO e SECRETO, para que todos juntos elejamos nossos representantes, no sentido de que seja composta a Diretoria Executiva do C.A. .

Não obstante, devemos lembrar que o comparecimento às urnas é vital, não só no sentido da representatividade como também na segurança do conjunto que somos, tendo em vista que a credibilidade e a força de nossa Entidade far-se-ão na medida em que todos, organizados e unidos, reivindicarmos soluções para os nossos problemas e procurarmos participar e apoiar nossa Entidade quando necessário for.

- Pelas eleições livres do DCE e CA de Economia, dias 13 e 14 de maio.
- Pelo VOTO LIVRE, DIRETO e SECRETO em todos os níveis.

FARTICIPE DAS ELEIÇÕES LIVRES
PARA O D.C.E
E C.A. DE ECONOMIA
DIAS 13 E 14 DE MAIO

A FRAQUEZA DO PODER DE COMPRA

A palavra "abertura" tornou-se hoje, no Brasil, bastante popular, em função do que significa ou simplesmente pela propaganda veiculada nos canais de comunicação de massa, com o objetivo claro de desviar as atenções do povo dos problemas mais agravantes, que por sua natureza contribuem para a péssima condição de vida do mesmo.

A afirmação de que entramos numa fase de maiores liberdades não soa muito claro; sabemos que liberdade como direito não tem significação, quando o homem não tem "poder de ser livre". Igualdade jurídica, igualdade de sufrágio e igualdade de oportunidades para todos os direitos políticos são miragens para o homem economicamente miserável, empenhado de corpo e alma em salvar o maior de todos os direitos humanos, que é o direito à vida.

A revista VISÃO, numa publicação de 18 de abril de 1977, traz um artigo onde se analisa os problemas sociais do Brasil, causados pela defasagem entre os salários e o custo de vida. O que se vê é uma familiar padrão (4,9 membros) pertencente ao extrato de renda mais baixo, gastando, por exemplo, em São Paulo, a metade do salário mínimo (Cr\$. 430,77 em 1977) por mês para se alimentar, distribuído conforme quadro abaixo:

PRODUTOS	QUANT.	UNID.	VALOR (Cr\$)
Banha	750	gr	15,00
Café	600	gr	28,20
Carne de 2a.	6	kg	108,00
Leite tipo C	7,5	l	22,50
Feijão	4,5	kg	30,42
Arroz	3	kg	16,20
Farinha de trigo	1,5	kg	5,70
Batata	6	kg	18,00
Tomate	9	kg	63,00
Pão	6	kg	36,00
Banana	7,5	dz	60,00
Açúcar	3	kg	12,75
Margarina vegetal	750	gr	15,00
T O T A L			430,77

FONTE: Revista VISÃO, abril/77

Restam, ainda, outros gastos tão básicos como estes, ou seja: habitação, locomoção, educação, vestuário, saúde, etc.

Fazendo uma análise comparativa, em função dos valores disponíveis (Cr\$ 430,77 e Cr\$ 1.036,00, a metade do salário mínimo em 1977 e 1980 respectivamente), os resultados a que se chega mostram a crescente queda do salário real do trabalhador. Tomemos como exemplo dois produtos relacionados no quadro acima - feijão e carne. Em 1977, para adquirir seis quilos de carne de segunda e quatro quilos e meio de feijão, o trabalhador utilizava do seu salário aproximadamente 25,07% para a car

ne e 7,06% para o feijão. Hoje, para comprar as mesmas quantidades dos produtos, ele precisaria utilizar do seu ordenado 66,29% e 16,57% respectivamente. Quatro quilos e meio de feijão e seis quilos de carne representam 82,86% da metade do salário mínimo; se dois produtos apenas participam com tão expressiva parcela, imagine os outros onze produtos, em quantidades que ainda assim não alimentam condignamente uma família de 4,9 membros. Com tudo isso, a conclusão que se tira é a de que fatos como esse vem acelerar mais ainda o processo de deterioração social no Brasil. A igualdade perante a lei não basta para resolver as contradições criadas pela produção capitalista.

Não há como deixar de reconhecer a verdade traduzida na doutrina do materialismo histórico de Marx, quando sustenta que a estrutura social, jurídica, política e religiosa das sociedades decorrem do fator econômico. Como salienta o eminente sociólogo cearense Abelardo F. Montenegro, "de nada serve dizer que o povo é soberano na democracia, se nela o povo não passa de um soberano descalço, de um soberano analfabeto, de um soberano doente e miserável".

INSCRIÇÕES DE CHAPAS PARA AS ELEIÇÕES LIVRES DO C.A. DE ECONOMIA

Requisitos indispensáveis: 1) Carta-Programa; 2) Cinco pessoas para os seguintes cargos: Secretário de Finanças, Secretário de Imprensa, Secretário para assuntos estudantis, Secretário de Cultura e Secretário de Esportes; 3) Histórico Escolar, para saber se o estudante encontra-se ou não no último período do curso, conforme Estatuto.

Local de inscrição das chapas: Sede do D.C.E., SG-5, no bloco da biblioteca.

OBS. As inscrições estarão abertas até o dia 08, próxima quinta-feira.

CURTAS E RÁPIDAS

. ASSEMBLÉIA GERAL: Na noite de oito de abril cerca de 90 estudantes de economia, na sua primeira assembléia geral, discutiram e aprovaram o ESTATUTO do Centro Acadêmico de Economia. A principal inovação desse estatuto é o estabelecimento de uma diretoria sem hierarquia - o colegiado.

VAMOS FAZER ALGUMA COISA PELA MATRICULA- Com o fim de determinar qual a demanda de disciplinas para o 2º semestre, a Comissão Pró- C.A. está levantando uma coleta de dados nas turmas. todos os colegas devem participar definindo antecipadamente as disciplinas que desejarem cursar no 2º semestre. Os dados colhidos serão comparados com o quadro de oferta do departamento. Isso facilitará o encaminhamento das lutas por mais turmas daquelas disciplinas cuja oferta não atenderem a demanda. Participe. Escolha suas disciplinas e informe a Comissão.

O setor primário do Estado do Piauí é o esteio básico de sua economia, neste setor, observamos contradições ou obstáculos seríssimos para um melhor desempenho das atividades agrícolas.

O sistema agrário piauiense, segundo dados do IBGE - Censo 1975, está constituído de 10 milhões, 523 mil e 517 hectares apropriados, distribuídos em 216 mil estabelecimentos agrícolas, dos quais 71% têm menos de 10 hectares, ocupando apenas 3,3% da área total, enquanto os com mais de 100 hectares são 0,6% do número e 44% da área.

A situação agrava-se quando analisamos a utilização das terras, verificando-se uma relação inversamente proporcional ao tamanho do estabelecimento com a sua utilização. Observando a atividade das lavouras, registramos percentuais estarrecedores:

- a) menos de 10ha - 82%;
- b) entre 10 e 100ha - 16%;
- c) entre 100 e 1000ha - 3,8%;

- d) entre 1000 e 10.000 - 0,9%;
- e) mais de 10.000 - 0,2%

E o que é pior, os dados ainda mostram tendências de absorção dos pequenos pelos grandes estabelecimentos agrícolas, geralmente tidos pelos latifundiários como meras reservas de valores ou como armas políticas diante da fraca classe camponesa que a eles ficam subordinados, e a quem lhe extrai, em parte, o excedente econômico, além, é claro, do fácil acesso ao crédito agrícola ou subvenções oferecidas pelo governo, com quem passará a barganhar favores de toda natureza.

O excedente gerado nesse setor é apropriado por intermediários, tais como comerciantes, agiotas, etc., e pela referida classe proprietária, como já foi dito, que o utiliza para adquirir produtos gerados no setor secundário, mantendo um elevado nível de consumo ou uma elevada posição social.

ISSO VAI LHE INTERESSAR

As perspectivas para o movimento estudantil no Curso de Economia são as melhores possíveis, haja vista a unidade interna dos nossos colegas. No entanto, torna-se um pouco difícil o trabalho de se atingir os quase quatrocentos colegas espalhados entre o Campus e o Colégio Agrícola, para que possamos desenvolver trabalhos com a participação integral do Curso.

Desta forma, sugerimos a possibilidade de estabelecer Representantes de Salas, os quais seriam eleitos semestralmente pelos seus colegas de aula. Numa etapa posterior, após as elei-

ções para o Centro Acadêmico, seria criado o Conselho de Representantes de Salas.

As vantagens que advirão são inúmeras. Esses representantes teriam a função de encaminhar, à Diretoria Executiva do C.A., os problemas, as críticas e as sugestões de sua turma específica, com vistas a intensificar o elo de ligação entre os estudantes e aqueles eleitos para desenvolverem as suas lutas.

Você gostou da proposta?

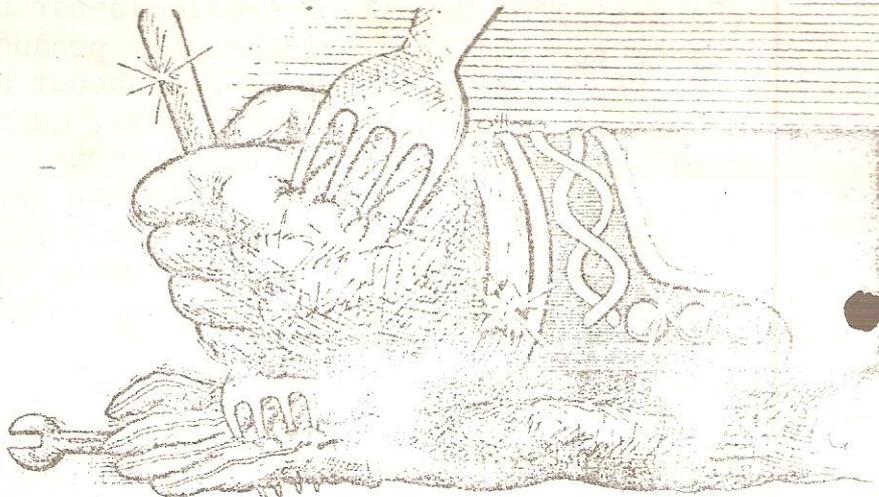
A Comissão Pró-Centro Acadêmico de Economia passará nos turnos para aprofundar a discussão.

PARTICIPE-PARTICIPE-PARTICIPE-PAR

Da crise econômica à política

MARCOS GOMES

Está servindo para desencadear nos trabalhadores a consciência de que é necessário transformar o atual regime econômico que vigora no País



A palavra "crise" andou meio desgastada junto aos análises econômicas pela maneira apocalíptica com que foi utilizada principalmente após o golpe militar de 1964. Em termos genéricos, a crise pode ser definida como um ponto em que o nível da atividade econômica — sobretudo da indústria — cai violentamente, provocando até mesmo uma queda no volume físico da produção. As empresas não conseguem mais realizar, através do mercado, o valor de suas mercadorias, e por isso começam a fazer estoques, reduzem os investimentos (atingindo imediatamente o setor produtor de máquinas e equipamentos) e acabam por diminuir seu nível de produção. Ou seja, interrompeu-se o processo normal de acumulação de capital. Em consequência, aumenta o desemprego da força de trabalho e cresce o exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que aumentam também as falências das empresas, principalmente aquelas que não dispõem de recursos para resistir à crise e que não conseguem lutar no grande hospital em que o Estado se transforma para salvar o capital. Sobretudo, as pequenas e médias empresas, cujo poder político junto ao Estado é muito reduzido.

Dentro desse quadro, pode-se dizer que a economia brasileira viveu uma pronunciada crise no período 1962/1967, que obviamente interferiu decisivamente nos fatos que culminaram com o golpe de estado de 1964. A situação se agravou no período pós 64, em virtude da política chamada de "saneamento econômico" colocada em prática pela dupla Roberto Campos/Octavio Pulkoski (foi nessa época que nasceu o arrocho salarial). Diante de um quadro econômico desanimador, com a economia crescendo menos que a taxa de aumento vegetativo da população e, ao mesmo tempo, enfrentando as consequências do estrangulamento externo (necessidade de divisas para pagar dívidas externas etc.), não foram poucos os que chegaram a afirmar que o país se encontrava estagnado sem saída. E a saída seria, por sua vez, a realização das famosas reformas de base propostas pelas forças democráticas antes do golpe militar e que foram um fator decisivo para que a recessão desmoronasse o movimento governista. Essas teorias, que durante algum tempo alimentaram as expectativas de muitos, logo foram derrubadas quando a economia brasileira,

particularmente a partir de 1967, retomou seu ciclo de expansão, e o país passou a registrar, pelo menos até 1973, taxas de crescimento anuais entre as maiores do mundo ocidental, às custas de uma política fascista e entreguista.

Logo, entraram em cena aqueles que apregoavam que, mesmo nos marcos do regime capitalista dependente como o nosso, a crise estava superada para sempre, pois o capitalismo sempre conseguia encontrar fórmulas para vencer suas eventuais adversidades.

Importa, pois, restaurar o significado do conceito de crise econômica num país capitalista, a fim de não se cair em conclusões ingenuas, decorrentes de uma visão puramente economicista e — muito mais importante — não dar seguimento às teorias apoloéticas do capitalismo, que negam a existência das crises. Entende-se por crise, em termos gerais, quando a economia ingressa num ciclo em que os capitalistas — sobretudo o grande capital — enfrentam obstáculos objetivos em seu processo de acumulação (não vamos repetir as observações iniciais). A crise econômica não costuma seguir um processo linear, tem suas fases tônicas e aquelas mais agudas. Combinando-se e entrelaçando-se com a situação política, com a correlação de forças existente na sociedade, com o grau de exploração das massas e do nível de consciência política e organizativa, a crise econômica pode desencadear — pois fornece a base material concreta — grandes transformações sociais. Mas pode também se resolver de forma a agravar mais ainda a exploração e a opressão política dos trabalhadores, como ocorreu em 1964.

É claro que não se pretende, nos marcos deste artigo, entrar em todas estas questões, mas simplesmente fornecer indicadores a respeito da atual situação econômica do país.

Não há dúvida que o Brasil vem apresentando, nos últimos anos, sinais claros de que ingressou numa fase de crise e de dificuldades. Após o período claramente expansivo da economia, o país entrou, a partir de 1974, numa linha de zigue zague, com altos e baixos, onde se pode captar uma tendência de desaquecimento econômico.

Tomemos, para facilitar, o desempenho da economia no último ano. A taxa anual de inflação, que já vinha crescendo desde 1974, quase duplicou no decorrer de 1979, passando de 42,7% em fevereiro do ano passado (acumulada nos doze meses) para 82,4% em fevereiro deste ano. O déficit da balança comercial triplicou, pulando de US\$ 1 bilhão para US\$ 3 bilhões. E a indústria passou a registrar uma queda em seu ritmo de expansão (8,1% em 1978 e 6,3% em 1979), tendência que persiste no primeiro trimestre de 1980.

Refletindo a queda no ritmo dos investimentos, a indústria de bens de capital teve, em 1979, um crescimento em torno de 4%, muito distante da taxa de 20% ao ano, que experimentou na primeira metade da década de 70. Da mesma forma, vem se registrando uma queda na expansão do nível de emprego, cuja taxa, em 1979, de acordo com o IBGE, se situou muito abaixo do crescimento da força de trabalho.

Obviamente, o Brasil não escapa a essa crise. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a situação econômica dos países capitalistas desenvolvidos se agrava.

Nos Estados Unidos, as previsões para 1980 indicam uma queda de 1% no Produto Nacional Bruto (PNB) e um aumento da taxa de desemprego (de 5,9% em dezembro último para 7,5% ao final deste ano), além de um recrudescimento da inflação, que po-

derá superar os 13% de 1979. A Comunidade Econômica Europeia (CEE) apresenta um quadro semelhante, prevendo-se um aumento da taxa de desemprego e da inflação.

É claro que a prática e a teoria dos políticos e economistas capitalistas desenvolveram fórmulas para mitigar os efeitos da crise, e para tentar reduzir sua duração. E é também claro que as nações capitalistas que em geral têm mais sucesso nesta empreitada são as nações imperialistas, que submetem e dominam de uma forma ou de outra vastas regiões do globo. Os países imperialistas, com sua política anticrise, não jogam o ônus da recessão apenas nas costas do proletariado que lá vive e trabalha, mas igualmente nos ombros dos trabalhadores e dos povos dos países que submetem.

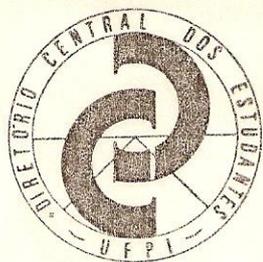
Por isso, não é gratuitamente que o povo brasileiro enfrenta atualmente os efeitos de uma política extremamente antipopular e antinacional, decorrente da crise do capitalismo brasileiro acoplado e submetido aos países imperialistas também em crise. Cada viagem de um ministro do regime militar ao exterior significa novas e pesadas cargas em cima da população.

Assim, a indústria brasileira não somente desacelera seu ritmo de crescimento, não somente reduz seus investimentos e passa a empregar menos trabalhadores. Ainda que, pela inércia natural de grandes projetos iniciados anos atrás, apresente taxas positivas de crescimento, para que seu ritmo não caia cada vez mais é necessário que o governo equacione o problema das contas com o exterior, pagando as dívidas vencidas e atraído mais capital dos grandes financeiros e grupos monopolistas para cá. Como a situação mun-

dial é de crise, o preço que o país paga por essas dívidas e por esses capitais tende a aumentar — o que na prática significa que o país, para dar seguimento ao seu capitalismo dependente e monopolista, deve aumentar a transferência líquida de riqueza gerada pelos trabalhadores para o exterior. Em 1973, a dívida externa do Brasil andava pela casa dos US\$ 10 bilhões. Hoje, já superou US\$ 50 bilhões. Em 1977, os juros que o Brasil pagava pelos empréstimos tomados no exterior rondava os 7,7% ao ano. Hoje, as taxas de juros anuais no mercado internacional já superaram a marca dos 18%.

Estimativa otulista feita recentemente pela Fundação Getúlio Vargas mostra que, somando o que o Brasil deve pagar este ano entre juros e pagamento das prestações vencidas da dívida (na hipótese de a taxa média de juros se situar em 18%), o montante atinge US\$ 13 bilhões líquidos, o que representa um aumento de 35% em relação a 1979, que por sua vez já havia externalizado um enorme crescimento em relação a 1978.

Esse conjunto de fatores é que explica o fato de os trabalhadores sofrerem cada vez mais na carne as crises e as consequências do desenvolvimento capitalista no Brasil, a despeito dos "enormes" sucessos econômicos que o governo vive alardeando (pois já seríamos uma "potência média", que produz mais de um milhão de veículos por ano, cerca de 15 milhões de toneladas de aço, aparelhos eletrônicos, além de o Brasil ser um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo). A atual crise, fato objetivo, se está provocando uma piora nas condições de vida do povo, está também servindo muito para desencadear nos trabalhadores a consciência de que é necessário transformar radicalmente o atual regime econômico que vigora no país.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES-DCE
CAIXA POSTAL 242 - 64.000 TERESINA - PIAUÍ

ELEIÇÕES LIVRES 1980
RESULTADO FINAL
D.C.E.

CHAPAS CENTROS	RESISTÊNCIA	TRAVESSIA	DIFE- RENÇA	NULOS	BRANCOS	TOTAL
C:C.H.L.	430	616	186	20	17	1.083
C.T.	95	136	41	07	01	239
C.C.N.	137	202	65	09	03	351
C.C.E.	237	145	92	03	03	388
C.C.S. (1)	30	87	57	06	01	124
C.C.S. (2)	135	159	24	04	02	300
C.C.A.	112	144	32	08	05	269
Envelopes abertos	15	13	2	-	-	28
TOTAL GERAL	1.191	1.502	311	57	32	2.782

Notas: (1) Centro de Ciências da Saúde - Av. Frei Serafim;
(2) Centro de Ciências da Saúde - Campus da Ininga.

CARTA ABERTA AOS ESTUDANTES E À POPULAÇÃO

Em 1963, Darcy Ribeiro, então Ministro da Educação, tinha à disposição do seu ministério, 11,7% do orçamento da união, mais que o percentual estabelecido pela Constituição Brasileira de 1946. No ano passado, o Ministro Eduardo Portela dispôs de apenas 4,28%. Quais as consequências de tão drástica redução?

Tal indagação fica mais polêmica se considerarmos que, no mesmo período, a população estudantil cresceu enormemente. A universitária, por exemplo, foi multiplicada por 8 ou 10. Ora, se há uma redução nas verbas para a educação, e, ao mesmo tempo, um ecentuado crescimento no número de estudantes, necessariamente verifica-se uma deteiorização do ensino e uma proliferação de escolas particulares. Hoje, cerca de 80% dos estudantes universitários brasileiros são alunos de empresas particulares de ensino, e o segundo grau caminha no mesmo sentido. (Faça um teste tomando a cidade de Teresina como mostrador: até há bem pouco tempo, praticamente só existiam o "Diocesano" e o "Colégio das Irmãs". E hoje, quantos colégios particulares existem?) Por outro lado, a deteiorização do ensino é assombrosa. E essa é uma afirmativa irrefutável. Vejamos o caso da maior Universidade Brasileira, a USP - Universidade de São Paulo. As verbas destinadas para todo o ano de 1980 foram consumidas no Primeiro Semestre e, ao final deste, essa Universidade estava sem um centavo para custear todas as despesas do segundo Semestre. A falta de verbas mediocriza o ensino de várias maneiras.

Na nossa Universidade, ela age diretamente sobre os professores, na medida que lhes exige, na esmagadora maioria dos casos, a simples recitação de uma aula; age também de forma ameaçadora, sobre o restaurante, os laboratórios, as dependências sanitárias, o sistema de transportes, os hospitais-escola, as bibliotecas etc... Esse conjunto de fatores, indispensáveis ao desempenho do Ensino, está seriamente comprometido pela falta de verbas, o que nos leva a lutar para reverter tal situação.

Essa é uma realidade crua e ameaçadora, que afeta os interesses da maioria da população brasileira que, a cada dia, vê diminuídas suas oportunidades de estudo.

Foi a partir da discussão de toda essa problemática, que centenas de Entidades Estudantis do Brasil (reunidas no Conselho de Entidades de Base - CONEB, da União Nacional dos Estudantes-UNE - Rio de Janeiro - Julho de 80) decretaram que todos os estudantes brasileiros levarão, neste segundo Semestre, a luta POB MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO, exigindo o imediato retorno ao mínimo de 10% estabelecido pelo artigo 169 da Constituição de 1946. O CONEB foi além, e decretou que, como forma de pressão e meio de discussão sobre toda a realidade da Educação Brasileira, os universitários realizarão uma GREVE NACIONAL UNIFICADA, nos dias 10, 11 e 12 de setembro próximo. As entidades Estudantis da Universidade Federal do Piauí la estavam e votaram a favor dessas decisões. CABE a TODOS NÓS ENCAMINHÁ-LAS, JA.

POB MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO

CONTRA A MEDIOCRIDADE DO ENSINO

POB UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA

CONTRA O TERROR E A REPRESSÃO

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES - D C E

CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA

DIRETÓRIO ACADEMICO "CROMWELL CARVALHO" - CCHL

DIRETÓRIO SETORIAL DO C.C.N.

DIRETÓRIO SETORIAL "7 DE ABRIL" - C.C.S.

DIRETÓRIO SETORIAL DO C. T.

DIRETÓRIO SETORIAL DO C.C.A.

DIRETÓRIO SETORIAL "PROF. CAMILO FILHO" - C.C.E.

COMISSÕES PRÓ-CENTROS ACADEMICOS - UFPI